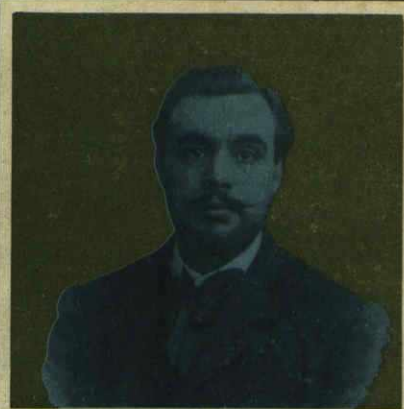
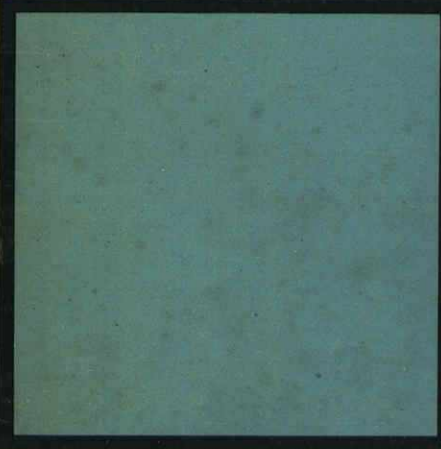
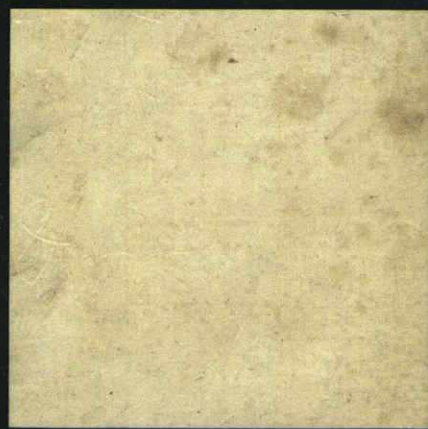
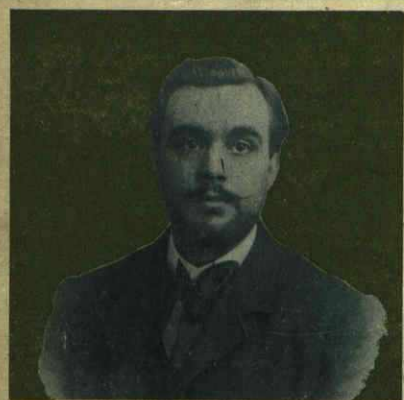


EMÍLIO COSTA E O SINDICALISMO
DA FORMAÇÃO LIBERTÁRIA À CASA SINDICAL

Seleccção, Introdução e Notas

ANTÓNIO VENTURA e ALBERTO PEDROSO



- 12 *Revista Brasileira*
- 11 Um jornal na Revolução *Revolução Brasileira* e a Revolução de 1910
no Mundo de 2 de Outubro de 1910
- 10 *Revista Brasileira*
- 9 *Revista Brasileira*
- 8 *Revista Brasileira*
- 7 *Revista Brasileira*
- 6 *Revista Brasileira*
- 5 *Revista Brasileira*
- 4 *Revista Brasileira*
- 3 *Revista Brasileira*
- 2 *Revista Brasileira*
- 1 *Revista Brasileira*

volumes publicados:

Jacinto Baptista

- 1 *Um jornal na Revolução*
«O Mundo» de 5 de Outubro de 1910

Eduardo Guerra

- 2 *Evolução da Economia Portuguesa (1963-1966) e outros estudos*

Armando Castro

- 3 *Estudos de Economia teórica e aplicada*

Álvaro Neto

- 4 *Crítica a alguns aspectos do Plano de Fomento*

Victor de Sá

- 5 *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852) (2.ª ed.)*

F. Keil do Amaral

- 6 *Histórias à margem de um século de História*

Alexandre Vieira

- 7 *Para a História do Sindicalismo em Portugal*

António Baião

- 8 *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa (vol. I)*

António Baião

- 9 *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa (vol. II)*

António Baião

- 10 *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa (vol. III)*

Alexandre Cabral

- 11 *Os Crimes da Monarquia*

João Medina

- 12 *Eça Político*

Alexandre Vieira

- 13 *Para a História do Sindicalismo em Portugal (2.ª ed.)*

- César de Oliveira
- 14 *O Operariado e a República Democrática*
- Raul Esteves dos Santos
- 15 *Os Tabacos, suas influências na vida da Nação (vol. I)*
- Raul Esteves dos Santos
- 16 *Os Tabacos, sua influência na vida da Nação (vol. II)*
- Manuel Fernandes Tomás
- 17 *A Revolução de 1820*
- César Oliveira
- 18 *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*
- Mário Castelhana
- 19 *Quatro anos de Deportação*
- António Borges Coelho
- 20 *A Revolução de 1383 (3.ª ed.)*
- Sá da Bandeira
- 21 *Diário da Guerra Civil (1826-1832) (vol. I)*
- Sá da Bandeira
- 22 *Diário da Guerra Civil (1826-1832) (vol. II)*
- Bento Gonçalves
- 23 *Escritos (1927-1930)*
- António Ventura
- 24 *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*
- David de Carvalho
- 25 *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*
- Beatriz Ruiivo e Eugénio Leitão
- 26 *O Sindicalismo do Funcionalismo Público na I República*
a cultura e a sociedade portuguesa
- 27 *Emílio Costa e o Sindicalismo — da formação libertária à Casa Sindical*

14	O Operariado e a República Democrática	Raul Esteves dos Santos
15	Os Tabacos, sua influencia na vida da Nação (vol. I)	Raul Esteves dos Santos
16	Os Tabacos, sua influencia na vida da Nação (vol. II)	Raul Esteves dos Santos
17	A Revolução de 1830	Manuel Fernandes Torres
18	O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português	Alvaro Novo
19	Quatro anos de Depuração	Cam. Oliveira
20	A Revolução de 1833 (3.ª ed.)	António Borges Coelho
21	Diário da Guerra Civil (1836-1837) (vol. I)	Si da Bandeira
22	Diário da Guerra Civil (1836-1837) (vol. II)	Si da Bandeira
23	Factores (1917-1920)	Bento Gonçalves
24	Subsídios para o Estudo do Movimento Sindical em Portugal (1910-1914)	António Ventura
25	Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1920)	David de Carvalho
26	O Sindicalismo de Funcionários Públicos na I República	Beatriz Rêgo e Eugénio Leitão
27	Estudo sobre o Sindicalismo de Funcionários Públicos na I República	Beatriz Rêgo e Eugénio Leitão

coleção «Seara Nova»

Introdução e Notas

ANTÓNIO VENTURA e ALBERTO PEDROSO

Emílio Costa e o Sindicalismo

Da Formação Libertária à Casa Sindical

Capa de Jorge Acosta

© Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.

Rua Henrique Lameira, 23-1. Espinho, PORTUGAL

SEARA NOVA

a cultura e a sociedade portuguesa

Capa de *Soares Rocha*

© Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.
Rua Bernardo Lima, 23-1.º Esq. — LISBOA


Seleção, Introdução e Notas

ANTÓNIO VENTURA e ALBERTO PEDROSO

Emílio Costa e o Sindicalismo

Da Formação Libertária à Casa Sindical

Índice	5
Uma Explicação Pôster	11
Introdução	17
Antologia	25
<i>«O Amigo do Povo»</i>	
Indústria Cartoista	37
Tempo do Minério	39
Os Salvadores	50
Féreas e Suberanos	51
Famílias e Leis	52
Princípio do Fio	54
11 de Novembro de 1891	58
A República	60
<i>«Fazem a República?»</i>	
Socialistas e Libertários	65
<i>«A Lucto»</i>	
Social-Democrata	68
<i>«O Coquetto do Fio»</i>	
O Congresso d'Amsterdam	79
O Congresso d'Amsterdam	79
O Congresso d'Amsterdam	84
Sindicatos e Sindicalismo	90
<i>«Carta a um Amigo»</i>	101


SEARA NOVA
1977

Seleção, Introdução e Notas
ANTÔNIO VENTURA e ALBERTO PEDROSO

Emílio Costa e o Sindicalismo

Da Formação Libertária à Casa Sindical

Capa de Souza: Ruych

© Companhia de Publicações Seara Nova S. A. R. L.
Rua Bernardo Lima, 28-1.º andar, Lisboa

SEARA NOVA
1977

INDICE

Indice	9
Uma Explicação Prévia	11
Introdução	17
Antologia	45
 «O Amigo do Povo»	
Indústria Corticeira	47
Traço de História	49
Os Salvadores	50
Pátrias e Soberanias	51
Justiças e Leis	54
Princípio do Fim	56
11 de Novembro de 1887	58
A República	60
 «É Precisa a República?»	
Socialistas e Libertários	65
 «A Lucta»	
Social-Democracia	85
 «A Conquista do Pão»	
O Congresso d'Amsterdam	91
O Congresso d'Amsterdam	93
O Congresso d'Amsterdam	94
Sindicatos e Sindicalismo	96
 «Carta a um soldado»	
	101

«Alma Nacional»

O Proletariado e a República	115
-------------------------------------	-----

«O Sindicalista»

O Congresso Sindicalista	119
Queimando Açúcar	122

«Acção Directa e Acção Legal»

Uma Fortaleza Sindicalista — Inaugura-se a Casa Sindical. (Notícia de «O Sindicalista»)	123
Acção Directa e Acção Legal	129
Notícia de «Renovación» de Gijón	153

«O Semeador»

Aos Monárquicos e aos Republicanos	157
Aos Monárquicos e aos Republicanos	158
Aos Monárquicos e aos Republicanos	160

«As Classes Pobres» de Alfredo Nicéforo I

Prefácio do Tradutor (Emílio Costa)	163
Índice Remissivo	167

9	Índice
11	Uma Expedição Prévia
17	Introdução
48	Antologia
	«O Amigo do Povo»
47	Industria Coticeira
48	Troço de História
50	Os Salva-Vidas
51	Pátria e Sobrevivência
54	Justiça e Leis
56	Franco do Fim
58	11 de Novembro de 1981
60	A República
	«As Precisas e Repúblicas»
63	Socialistas e Libertários
	«A Lactar»
65	Social Democracia
	«A Condição do Povo»
69	O Congresso d'Amsterdã
71	O Congresso d'Amsterdã
73	O Congresso d'Amsterdã
74	O Congresso d'Amsterdã
76	Sindicalismo e Socialismo
	«Canta a um soldado»
101	

UMA EXPLICAÇÃO PRÉVIA

— Porquê escrever sobre Emílio Costa, hoje, e recolher, seleccionar, anotar e fazer o relançamento público duma parte da sua obra? — Porquê, ainda, este renascer da sua figura e dos seus escritos — cem anos após o seu nascimento e vinte e cinco depois da sua morte? — E porquê, finalmente, a publicação em antologia de textos predominantemente anarquistas, promovido por uma editora cujas linhas de orientação, neste campo, as de ontem a as de hoje, nunca foram identificáveis com as do autor?

Eis aqui um conjunto de interrogações legítimas que alguns certamente formularão.

Antes, porém, de respondermos concretamente a tais perguntas, colocadas com justeza, convirá decerto tecermos algumas breves considerações acerca do homem, do pensador e do militante.

Emílio Costa não foi apenas um intelectual progressista que ocupou algumas horas, deixadas livres pela sua actividade docente, a reflectir e a discorrer sobre os problemas sociais existentes no seu país e no seu tempo, na louvável intenção de reformar ou redimir o multiseccular edifício das instituições monárquicas portuguesas, já em notória decadência no último quartel do século XIX.

Cedo abandonando o republicanismo que abraçara nos tempos da Faculdade, em Lisboa; desiludido com a ausência

de perspectivas sócio-económicas válidas proporcionadas por um Partido Republicano bem implantado politicamente mas portador duma plataforma de reorganização social imprecisa; descrente, não apenas, na efectiva capacidade de mobilização das massas trabalhadoras do país por esse partido, mas, sobretudo, sem ilusões quanto ao seu real interesse em promover a concretização dum projecto verdadeira e profundamente transformador da sociedade portuguesa -- Emílio Costa é empolgado, então, pelos ideais libertários, integrando-se decididamente nas suas fileiras, continuando, não obstante, a manter uma atitude intervencionista em relação à República.

Possuindo Emílio Costa uma formação moral irrepreensível e uma vocação pedagógica sobejamente comprovada ao longo de toda a sua vida, ve-lo-emos a partir de então exercer o seu magistério não apenas nas salas dos edifícios escolares, mas também, e muito decisivamente, nas salas de conferências das associações de resistência e dos sindicatos, nos congressos e conferências operárias e sobretudo nos inúmeros jornais operários em que colaborou com assiduidade. E tão intensa, prolongada e profunda foi esta acção, que na verdade não se pode hoje falar ou escrever sobre a história do Movimento Operário e Sindical Português durante o primeiro quartel do século XX, sem que o seu nome imediatamente nos surja como um dos intervenientes mais notáveis na formulação das bases teóricas que iriam enformar a organização operária nacional.

Ao reconhecer aqui o facto não nos preocupa, como é óbvio, apreciarmos criticamente os resultados alcançados (ou não), mas tão somente sublinhar a extensão desse labor de muitos anos e a honestidade de propósitos que, inalteravelmente, o orientou.

Com efeito, desde 1901 e durante muitos anos, irá desenvolver uma intensa actividade de propaganda, quer como divulgador dos ideais libertários, quer como tradutor e propagandista das primeiras obras teóricas sobre o sindicalismo revolucionário, predominante em França, donde provinha.

Como jornalista, a sua acção é bem notória na imprensa operária da época, em especial durante o período vulgarmente designado por República Democrática. O seu esforço como publicista encontra-se eloquentemente demonstrado no elevado número de opúsculos e livros por ele escritos e publicados, os quais, conjuntamente com alguns dos seus textos

na imprensa operária e coligidos na antologia incluída neste volume, dão-nos uma ideia aproximada da inegável extensão da sua actividade como militante e propagandista.

Será oportuno, entretanto, sublinhar aqui a nossa convicção de que as tarefas do militante e do propagandista não se terão confinado exclusivamente a estes campos: há, sem dúvida, uma face oculta, clandestina ou quase, impossível de referenciar e muito menos de reconstituir, dada a escassez de materiais de que dispomos, mas fácil de entrever; cremos pois que, para além da actividade visível e conhecida, outra não menos intensiva se deverá ter verificado: os contactos pessoais mais ou menos quotidianos, adentro da orgânica das hostes do anarco-sindicalismo, a discussão e preparação de manifestos, de teses e de intervenções para os congressos, para as conferências e para as reuniões magnas das associações operárias. Igualmente deverá ter havido o contacto regular através de correspondência — de que possuímos, aliás, testemunhos indesmentíveis.

O decurso dos anos, as incompreensões, as calúnias e as desilusões, não lhe enfraqueceram o ardor de militante sindicalista. Assim, trinta anos depois, em 1931, já em plena fase ascendente da implantação do fascismo no nosso país, assistimos ainda ao derradeiro esforço (no plano legal, pelo menos) de Emílio Costa na defesa e divulgação dos seus ideais sindicalistas — de cujas bases certamente discordamos, mas cuja proclamação, em 1931, não podemos deixar de reconhecer ter constituído uma demonstração da coragem e da dedicação do velho militante. Emílio Costa intentava ainda, contra a corrente, contribuir (dentro da sua perspectiva) para o ressurgimento das organizações operárias que, por essa época, e na sua grande maioria, já se encontravam destroçadas, não só pelas perseguições movidas pela «lei» e pelas polícias do regime, mas também pelo divisionismo, pelo sectarismo duma parte dos seus antigos dirigentes, pela traição, pelas renúncias e pela descrença dalguns outros, pelo temor e pelo exílio de outros tantos.

Foi uma tentativa vã, controversa e inconsequente esta de Emílio Costa — mas foi, de qualquer modo, um acto de resistência à fascização dos sindicatos, pouco depois consumada no plano legal, muito embora nunca o tenha sido ao nível da consciência de classe da grande maioria dos trabalhadores portugueses.

Posto isto, cremos ser altura de responder finalmente às interrogações levantadas no início, justificando a razão de ser deste livro.

— «Porquê escrever sobre Emílio Costa, hoje, e fazer o relançamento público duma parte da sua obra?» — Naturalmente porque a dimensão da sua figura de teórico do movimento operário e sindicalista português, ao longo dos períodos mais importantes da sua existência, é uma realidade indesmentível, seja qual for o quadrante ideológico em que nos situemos. No plano doutrinário não encontramos nenhuma outra figura que, tão persistente e profundamente, tenha influenciado a orientação da organização operária portuguesa durante a primeira década deste século e uma boa parte da segunda — anos de ascensão do movimento do proletariado português e determinantes da sua evolução e do impasse e posterior declínio na última parte dos anos 20.

Reconhecido isto, fácil será então compreender o interesse do relançamento daqueles textos que mais significativos nos pareceram no vasto conjunto da sua obra.

— «Porquê ainda este renascer da sua figura e dos seus escritos, cem anos após o seu nascimento e vinte e cinco depois da sua morte?» — Pela convicção em que nos encontramos de que o inventário e a ordenação do espólio documental do movimento operário e sindical português avançarão um pouco e ficarão mais enriquecidos com a divulgação dos textos aqui coordenados. Divulgá-los, significa por outro lado, prestar uma singela mas justa homenagem no centenário do nascimento de um militante sindicalista, de cujas inclinações ideológicas divergimos profundamente mas a cuja conduta cívica, dignidade intelectual e honrada militância não podemos recusar admiração e respeito.

Por último, restará justificar (mas será necessário?) o porquê do relançamento pela «Seara Nova» de documentos com uma vinculação ideológica com que, ontem como hoje, a «Seara» jamais se identificou? — Não será difícil responder. Na verdade, para além do facto de Emílio Costa ser um homem desta casa, (a qual, durante muitos e difíceis anos da sua vida já sexagenária, pôde contar com o seu generoso e dedicado esforço nas tarefas da sua direcção quotidiana), e de muitos dos seus livros aqui terem sido publicados — para além destes dois factos, um outro se impõe: a editora procura cumprir a sua missão recolhendo nas suas colecções os documentos

que considera mais válidos e significativos sobre a cultura, a história e a política, produzidos por autores nacionais ou estrangeiros. Os textos de Emílio Costa, a nosso ver, satisfazem esta condição. Daí a sua publicação.

A. V. — A. P.

INTRODUÇÃO

Emílio Martins Costa nasceu em Portalegre em 21 de Fevereiro de 1877. Era filho de Boaventura Costa e de Angélica Martins Costa.

Pertencente a um extracte social que podemos situar como intermédio entre a média e a grande burguesia urbana, a família Costa caracterizava-se pela sua vocação marcadamente liberal. A patenteá-lo temos o facto de os próprios empregados da Casa Costa terem, de uma forma ou de outra, uns mais que os outros, contribuído para a propaganda republicana. O guarda-livros Frederico Porto e José Maria Carvalho, o Carvalhoinho, como era popularmente conhecido, foram intervenientes na vida política local. José Silvério, também empregado da Casa, deslocava-se a pé desde a sua freguesia de origem, Fortios, situada a cerca de sete quilómetros da cidade, para assistir às sessões de propaganda proferidas pelos republicanos.

Portalegre era então uma cidade afélica às demais cidades de provincia, embora possuísse um índice bastante superior à média, de população operária. Com a sua fábrica de transformação de cortiça «Robinson», sem dúvida a maior de todas as que existiam na cidade, a família do industrial inglês George Robinson gozava de um indelével prestígio, e de uma influência sem igual na vida social e económica de Portalegre.

que consideramos válidos e significativos para a história e a política, produzidos nos melhores momentos estrangeiros. Os textos de Emilio Costa, a nosso ver, são de grande importância. — «Tudo isso dá uma parte da sua obra. — Não obstante, a obra de Emilio Costa é um movimento de ordem política e sindicalista português, ao longo dos períodos mais importantes da sua existência, mas não é, em termos ideológicos, tão abrangente e tão importante quanto os outros. No plano doutrinário não encontramos nenhuma outra figura, que, tão persistente e profundamente, tenha influenciado a orientação organizativa operária portuguesa durante a primeira década deste século e uma boa parte da segunda — anos de ascensão do movimento do proletariado português e determinantes da sua evolução e do impasse e posterior declínio na última parte dos anos 20.

Reconhecido isto, fácil será então compreender o interesse do relançamento daquelas texturas que mais significativas nos pareceram no vasto conjunto da sua obra.

— «Porquê ainda este renascer da sua figura e dos seus escritos, cem anos após o seu nascimento e vinte e cinco depois da sua morte?» — Pela convicção em que nos encontramos de que o inventário e a ordenação do espólio documental do movimento operário e sindical português é urgente e pouco e ficarão mais enriquecidos com a divulgação dos textos aqui coordenados. Divulgá-los, significa por outro lado, prestar uma singela mas justa homenagem no centenario do nascimento de um militante sindicalista, de cujas indicações ideológicas divergimos profundamente mas a cuja conduta cívica, dignidade intelectual e honrada militância não podemos recusar admiração e respeito.

Por último, restará justificar (mas será necessário?) o porquê do relançamento pela «Seara Nova» de documentos com uma vinculação ideológica com que, entate como hoje, a «Seara» jamais se identificou? — Não será difícil responder. Na verdade, para além do facto de Emilio Costa ser um homem desta casa, (a qual, durante muitos e difíceis anos da sua vida já sustentara, pôde contar com o seu generoso e dedicado esforço nas tarefas da sua direcção quotidiana), e de muitos dos seus livros aqui terem sido publicados — para além destes dois factos, um outro se impõe: a editora procura cumprir a sua missão recolhendo nas suas colecções os documentos

INTRODUÇÃO

Emílio Martins Costa nasceu em Portalegre em 21 de de Fevereiro de 1877. Era filho de Boaventura Costa e de Angélica Martins Costa.

Pertencente a um extracto social que podemos situar como intermédio entre a média e a grande burguesia urbana, a família Costa caracterizava-se pela sua vocação marcadamente liberal. A patenteá-lo temos o facto de os próprios empregados da Casa Costa terem, de uma forma ou de outra, uns mais que os outros, contribuindo para a propaganda republicana. O guarda-livros Frederico Porto e José Maria Carvalho, o Carvalhinho, como era popularmente conhecido, foram intervenientes na vida política local. José Silvério, também empregado da Casa, deslocava-se a pé desde a sua freguesia de origem, Fortios, situada a cerca de sete quilómetros da cidade, para assistir às sessões de propaganda promovidas pelos republicanos.

Portalegre era então uma cidade idêntica às demais cidades de província, embora possuísse um índice bastante superior à média, de população operária. Com a sua fábrica de transformação de cortiça «Robinson», sem dúvida a maior de todas as que existiam na cidade, a família do industrial inglês George Robinson gosava de um indesmentível prestígio, e de uma influência sem igual na vida social e económica de Portalegre.

Ainda nos primórdios da segunda metade do século XIX, a vida associativa começou a tomar forma, mobilizando principalmente as camadas operárias da cidade, e, de uma forma mais genérica, as camadas trabalhadoras. Assim, durante o século passado assinalamos a existência de várias associações de carácter mutualista ou recreativo, a saber: o Real Montepio Operário e Artístico Portalegrense, o Montepio Fraternidade (1), o Montepio Euterpe (2), a Sociedade dos Artistas (3) e a Sociedade União Operária. Paralelamente floresciaam colectividades de teatro amador, que em alguns casos estavam ligadas às associações já existentes, e formadas quase exclusivamente por operários, tais como o Teatro Recreio Operário, o Teatro Livre e a Sociedade União Operária que possuía também um agrupamento teatral, o Teatro União Operária (4).

Constituindo sem dúvida uma parte importante da população, o proletariado local irá desconhecer durante décadas outra forma de organização para além da mutualista. O «modus vivendi» existente entre os operários e o patronato local era cordial, desconhecendo-se qualquer tipo de conflito entre eles durante todo o século XIX. Podemos dar vários exemplos do que afirmámos.

Em Julho de 1898, um violento incêndio destruiu parte das instalações da fábrica «Robinson». Depois de terem lutado contra o sinistro, os operários da fábrica deslocaram-se em cortejo até à residência de George Robinson, manifestando-lhe o seu pesar pela ocorrência. O porta voz do grupo foi José de Marques Lemos, operário serralheiro, sem dúvida alguma o operário com maior prestígio na classe em toda a cidade, prestígio esse que só depois da proclamação da República desaparecerá por acção dos militantes sindicalistas.

No Primeiro de Maio de 1898, o mais grandioso de todos os que se comemoraram na cidade no século passado, depois de um imponente cortejo com carros alegóricos e com a participação de todas as associações locais, operárias e recreativas, a manifestação terminou junto do edifício onde estava instalada a sede da União Operária, levantando-se então «vivas ao Sr. Robinson» (5).

Estes factos que descrevemos demonstram de forma inequívoca a ausência de consciência de classe nos trabalhadores locais e consequentemente a ausência de lutas.

Em 1898 é fundada a Cooperativa Operária Portalegrense, ainda hoje existente. Já em Julho de 1897, uma comissão de

operários da «Robinson», juntamente com trabalhadores de outros sectores de actividade, dirigiram-se ao Governador Civil local, o bacharel Joaquim Ferreira de Pina Calado solicitando a continuação da importação do pão de Espanha. O governador, invocando os prejuízos causados por essa importação à produção local, recusou a pretensão dos operários, resposta esta que, no dizer da imprensa da época, «desagradou ao operariado». A partir daí começou a tomar corpo a ideia de constituição de uma cooperativa para solucionar a carência do pão. Realizaram-se várias reuniões, mas somente um ano depois a Cooperativa seria formada (6).

Um grupo de 50 operários onde predominavam os corticeiros, e onde é justo salientar o papel de Manuel Maria Ceia, guarda livros da «Robinson» e a alma da Cooperativa, estão na origem da C. O. P. Começando com a compra de uma saca de farinha, com a sua transformação em pão e com a sua venda, com base nos lucros obtidos, iniciaram por assim dizer a existência real da C. O. P. que se foi desenvolvendo até adquirir já neste século um considerável volume de sócios e de vendas, bem como de património e bens imobiliários. Será à sombra da Cooperativa Operária Portalegrense que em 1910 se desenvolverá a corrente sindicalista em oposição ao mutualismo até então dominante, e que empreenderá a tarefa da constituição das primeiras associações de classe.

Curioso é também salientar que é por alturas da fundação da Cooperativa que o jornal operário do Porto «O Trabalhador» insere alguma correspondência de Portalegre, o que origina reparos da imprensa local que considera aquele jornal como defensor de «doutrinas subversivas e perigosas para a ordem social» (7).

Em 1905, no «Les Temps Nouveaux», Emílio Costa analisa a vida local numa interessante monografia que é ao mesmo tempo uma resenha muito bem documentada sobre as actividades dos trabalhadores locais, salários, condições de vida, etc. Dela respigamos alguns pontos que nos ajudarão a criar uma perspectiva mais concreta sobre Portalegre nos últimos anos do século XIX e princípio do século XX.

«A vida dos trabalhadores decorre numa exploração completa. Os camponeses que podem viver menos dificilmente, são os que podem alugar uma horta, ou um pomar que cultivam, e dos produtos de que eles dispõem à excepção do azeite que pertence ao proprietário (...).

Mas todos estes explorados não se apercebem destas injustiças, porque eles estão embrutecidos, indiferentes às miseráveis condições da sua existência, por causa de uma ignorância completa. A percentagem dos que não sabem ler é de oitenta por cento. E é pena porque o camponês não é estúpido, muito pelo contrário.

A cidade propriamente dita tem uma actividade comercial e industrial relativamente importante. A indústria mais desenvolvida é a de rolhas de cortiça que emprega mais de dois mil operários. Há ainda indústria de têxteis, de moinhos a vapor, de alpargatas (...), as quais, com outras de menos importância, como a fabricação de massas alimentícias, olaria, tijolos, etc., podem empregar cerca de 400 a 500 operários.

Um comércio de exportação muito importante é o da charcutaria. Os comerciantes fazem excelentes negócios porque esses enchidos são muito bem pagos em Lisboa, seu principal mercado (...).

Os operários das fábricas, juntamente com os artesãos, e outros proletários — pedreiros, sapateiros, jornaleiros, escriturários, alfaiates e costureiras, etc., são alguns milhares. Mas não há um único sindicato, um único agrupamento para o melhoramento da vida operária, excepto uma cooperativa de consumo que poderá no futuro fazer qualquer coisa de útil.

Existe uma associação operária que não conta menos de 400 associados, mas não passa de um clube recreativo: representam-se peças de teatro (nem uma única de ideias sãs) e dança-se, especialmente no primeiro de Maio.

Há sete ou oito anos a associação parecia adquirir nos seus princípios, toda uma vida nova. Mas os adormecedores (nós temo-los hábeis) não demoraram a eliminar os ASSOCIADOS PERIGOSOS, QUE NÃO FAZEM SENÃO PROVOCAR A DESORDEM, como eles dizem (...).

Portanto, as ideias penetraram em Portalegre. O operário lê um pouco, sabe pouco mais ou menos o que deve fazer, mas seja por desconfiança, seja por timidez, guarda-se de o fazer. Pode-se dizer, na generalidade, que é mais anarquista que socialista. Isso explica-se pelo carácter popular e também pelo facto de que somente nós nos interessamos pela propaganda. Os socialistas, se existem aqui, não fazem absolutamente nada para propagar as suas ideias.

Esta propaganda é aliás das mais difíceis, visto que as liberdades publicas em Portugal são quase nulas (...).

Quanto à burguesia, não há nada de interesse a dizer. Assemelhando-se a todas as burguesias, sendo ela também um produto lógico da constituição social actual (8).

Esta passagem que transcrevemos, embora escrita alguns anos depois, define ainda a vida de Portalegre, e a situação da classe trabalhadora local.

Qual foi a inserção de Emílio Costa na vida local?

Com nove anos de idade, faz parte da Banda Euterpe, anexa ao Montepio do mesmo nome, onde tocou flauta e flautim. Este facto, mais curioso que significativo, deveu-se, como ele próprio notará, à influência do pai e tios que a ela também haviam pertencido.

Em 1887 entra para o liceu, onde faz parte da liga Filantrópica de Protecção aos Alunos Pobres. Aqui, pese ainda a pouca idade, começa certamente o seu interesse pelos problemas de carácter social.

Em 1894, com dezassete anos, inicia a sua «carreira» jornalística, de parceria com José Duro, o poeta do «*Fel*» (9) e outros, ao editar a pequena folha «*A Faisca*». Era manuscrita por um velho sargento a quem os «editores» pagavam 1000 réis por 50 exemplares. Publicaram-se quatro números.

Três anos depois, já em Lisboa onde frequentava o Curso Superior de Letras, inicia verdadeiramente a sua vida política, se nos é lícito utilizar esta palavra para definir a sua actividade como militante social. Em 5 de Março de 1897, subcreve juntamente com 41 outros estudantes de escolas superiores e técnicas de Lisboa, o documento que ficou conhecido como o Manifesto Republicano Académico, onde se anunciava que:

«... um grupo de académicos, esperando que os estudantes republicanos os secundem, resolveram abrir um grémio cujo principal objectivo será trabalhar pela República». (10)

O documento parece ter sido redigido por Ponte e Sousa e João Gonçalves (11). A fundação do Centro Académico Republicano, sob forte influência do Grupo Republicano de Estudos Sociais (12), contou também com a colaboração de Emílio Costa. Em Abril de 1897, na sequência da actividade desenvolvida pela propaganda republicana, sai o primeiro número de «*A Rua*», por iniciativa de Emílio Costa, Carlos

Amaro, José Soares, Carlos Marques e José Barroso, tendo como editor Ilideo Analide da Costa, que, segundo confessa E. C., «quase tinha a profissão de editor de jornais republicanos como o nosso era». A sua colaboração era assinada com o pseudónimo de Jorge Pires ⁽¹³⁾.

A vida do semanário foi curta e repleta de incidentes. O terceiro número foi querelado e o quarto apreendido pela polícia. Em 1 de Julho de 1897, os elementos a ele ligados são julgados e condenados a 20 dias de prisão, 100\$00 de multa, custas e selos. Os advogados de defesa foram Manuel de Arriaga e João de Meneses, e a acusação esteve a cargo de Trindade Coelho. No dia 23 de Julho, Emílio Costa sai do Limoeiro, depois de cumprir a pena a que fora condenado.

Participa juntamente com Artur Duarte da Luz Almeida, Carlos Amaro (estudante de Agronomia), João Gonçalves (estudante de Medicina), José Brito Camacho (irmão do escritor), numa reunião em casa de Adolfo Bordalo (estudante de Veterinária), onde é fundada uma sociedade secreta denominada *Maçonaria Académica*.

Faz parte da Loja Montanha que «formava à esquerda», exercendo o grau de Orador e depois de Mestre, na terceira Alta Venda da C. P.: Pouco depois, e porque «o desalento dos republicanos motivado por tantas revoluções adiadas, começara a reflectir nas fileiras carbonárias, a segunda Alta Venda fora substituída pela terceira, composta pelos seguintes «bons Primos» — Luz de Almeida, José Maria Cordeiro, Ivo Salgueiro, Ferreira Marcos e Emílio Costa» ⁽¹⁴⁾.

Entretanto, e não perdendo o contacto com Portalegre, Emílio Costa colabora nas actividades de um grupo de teatro local, chegando a participar na representação das peças «O Ganso» e «A Madrinha de Charley» que traduziram por «Uma Tia do Brasil». Desse grupo faziam parte entre outros António de Matos, Fabião, José Castelo, Marcelo, Guapo e Joaquim Fernandes ⁽¹⁵⁾.

Mas é em 1901 que Emílio Costa inicia a sua actividade como propagandista marcadamente libertário, ao publicar em Portalegre o semanário «*O Amigo do Povo*».

De 5 de Dezembro de 1901 a 15 de Março de 1903, foram publicados 61 números. O editor e administrador era Luís Augusto d'Almeida Saraiva, que desempenhou esse cargo até 22 de Julho de 1902, data em que foi substituído por António Joaquim Costa. A Redacção e Administração estavam

situadas na Rua Infante D. Manoel n.º 12 e as oficinas no Bairro Alto n.º 17, em Portalegre.

Os artigos de Emílio Costa são assinados com o pseudónimo de *Demétrio*.

Esse ano vê E. C. participar na Comissão de esforços relativa ao célebre Caso Calmon que abalou o país e suscitou uma enorme onda de anti clericalismo (46). A 5 de Dezembro, com a saída de «*O Amigo do Povo*», embora num meio maioritariamente hostil, começa a actividade que elevará Emílio Costa ao nível dos maiores propagandistas libertários do nosso país nos primeiros vinte anos deste século. O jornal marca, por assim dizer, a sua transição do republicanismo-social para o anarquismo, anarquismo este que conservará características intervencionistas muito claras. A própria confecção de «*O Amigo do Povo*» é uma prova dessa transição, ao coexistirem textos onde se faz a propaganda do nihilismo, de Bakunine e das acções anarquistas noutros países, com outros onde se defende a República, o registo civil, o anti-clericalismo. A terceira página, composta de textos transcritos, e intitulada de «*Página Alheia*», traduzia bem a amálgama ideológica que norteava a jornal, ao serem colocadas lado a lado citações de Marx, Bakunine, Proudhon, Garibaldi, Nietzsche, Vitor Hugo, e dos escritores republicanos portugueses.

Nas bibliografias, raras infelizmente, que se tem publicado como apêndices a obras sobre o movimento operário e sindical em Portugal, «*O Amigo do Povo*» é normalmente esquecido. Num recente estudo de Carlos da Fonseca (47), numa útil e interessante resenha de jornais e outras publicações anarquistas, também não é citado aquele periódico. Tal facto deve-se, sem dúvida, ao seu carácter local, de âmbito extremamente limitado, e talvez ao seu cunho híbrido. No entanto, naquilo que se pode considerar como a primeira bibliografia sobre a imprensa anarquista em Portugal, incluída no estudo que Campos Lima intitulou «*O Movimento Operário em Portugal*» e datado de 1904, «*O Amigo do Povo*» aparece enquadrado com esta frase «*Houve ainda um jornal anarchista em Portalegre, intitulado ...*» (48). Este trabalho de Campos Lima, antecede as tentativas de síntese da história do movimento operário nacional feitas no ano seguinte (49), é um trabalho curioso, contrastando com as posições conservadoras dos outros, dedicando-o «*Aos estudantes libertários meus contemporâneos na Universidade*».

Como se processou o «salto» de Emílio Costa do republicanismo para o anarquismo?

Não podemos passar do campo das conjecturas, mas também não é difícil equacionarmos um certo número de factos que deverão ter contribuído para essa evolução. Por um lado, a intensa propaganda anarquista que a partir da década de 80 se fez sentir, com a publicação de numerosas brochuras de Bakunine, Mella, Malatesta e sobretudo Kropotkine irão fornecer todo um material teórico, procurado ávidamente pelas gentes novas, sempre curiosas em conhecer novas ideias. Por outro lado a edição de «*A Evolução Anarquista em Portugal*» de Gonçalves Viana, em 1894 e 1895⁽²⁰⁾, e de «*Socialismo Libertário ou Anarquismo*» de Silva Mendes, este em 1896, são de uma importância muito significativa, porque representam as primeiras tentativas de sistematização da história do anarquismo em Portugal e no mundo, estabelecendo ainda o livro de Silva Mendes um paralelo com o marxismo. Dada a proximidade destas datas com o ano de 1897, em que Emílio Costa foi estudar para Lisboa, não é de estranhar que tenha tomado conhecimento com os mesmos.

Por outro lado, era já tradicional uma certa influência anarquista entre os estudantes de Lisboa, a partir da constituição da *Federação Académica*, em Novembro de 1871, e onde colaborou entre outros Eduardo Maia, o autor de «*Da Propriedade*»⁽²¹⁾.

No entanto, estas conjecturas não podem passar do campo das hipóteses. O que é um facto é que, no «*Amigo do Povo*», o anarquismo é a corrente dominante.

Ainda em 1902, Emílio Costa faz parte da comissão de leitura do «*Theatro Livre*», como adjunto. Segundo os estatutos da associação, à comissão de leitura competia:

«1.º — *Apreciar todas as obras dramáticas que forem entregues à sociedade para serem representadas.*

2.º — *Dar parecer sobre os programas de espectáculos e mais trabalhos a que se referem os n.º 1 e parágrafo 1.º do artigo 2.º dos estatutos, e cooperar na sua organização.*

3.º — *Cumprir e fazer cumprir integralmente os intuitos e fins artísticos da sociedade, tendo sempre em atenção o que se acha expendido no parecer que precede a elaboração destes estatutos e que, com o relatório dos trabalhos preparatórios,*

fica depositado na sede social como documento da mesma sociedade.

§ único — As suas funções são gratuitas (22)».

«O Amigo do Povo» termina a sua missão em 1903, ano em que E. C. inicia a sua colaboração no jornal operário de Lisboa «A Obra». Sai entretanto «É Precisa a República?», opúsculo onde Emílio Costa sintetizará o seu pensamento quanto à oportunidade e necessidade da instauração da República no nosso país; pela sua importância, transcrevemos na Antologia o capítulo que nos pareceu de mais interesse, e onde o autor aborda a questão da colaboração ou não do movimento operário na instauração da República em Portugal. Defendendo a participação dos trabalhadores na luta contra a monarquia, mas notando bem que não se trata de uma aliança com os republicanos, mas de uma *cooperação* com eles.

A 3 de Outubro de 1903, inicia o seu contacto com os meios anarquistas estrangeiros, ao partir para Bruxelas, a fim de frequentar a Universidade Nova (23). Estes contactos terão como expoente a sua regular colaboração num dos mais prestigiados jornais anarquistas franceses, «Les Temps Nouveaux», colaboração essa que, iniciada em 1905, se prolongará até 1914. Dirigido por Jean Grave, esse periódico publicará nas suas páginas numerosa colaboração de E. C., versando temas ligados ao movimento social português, textos esses que se revestem de muita importância devido ao grande número de informações sobre lutas operárias, movimento anarquista, situação política e até informações diversas, como é o caso da monografia sobre Portalegre que já atrás referimos. Mercê das graves divergências surgidas no movimento anarquista internacional relativamente à guerra, o «Les Temps Nouveaux» deixará de ter a importância anterior, chegando a suspender a sua publicação.

Em 1906, inicia a sua colaboração no jornal de Brito Camacho «A Lucta», sobre temas sociais, que se manterá até 1909. Mais tarde, em 1908, publicará as «Cartas da Bélgica» também naquele jornal.

É em plena ditadura franquista, quando a repressão dos sectores mais retrógrados da monarquia, então no poder, se abatia impiedosamente sobre o povo e mais concretamente sobre os republicanos e as classes trabalhadoras, que se inicia a publicação de um importante jornal, em Lisboa. Referi-

mo-nos ao semanário «*A Conquista do Pão*». Com Emílio Costa como director, por obrigação da lei, como ele próprio nota ⁽²⁴⁾, contava com a colaboração de um grupo de propagandistas libertários que se manterá unido até 1918, onde se salientavam Adolfo Lima, Severino de Carvalho, Bernardo de Sá, Francisco Luís Veríssimo, César Porto, António Veríssimo, Augusto Machado, entre outros. Este semanário incluirá, para além de numerosas notícias sobre o movimento operário nacional, algumas referências ao Congresso Anarquista de Amesterdão, algumas das quais transcrevemos na Antologia. Suspenderá a sua publicação ainda nesse ano.

A actividade de Emílio Costa não fica unicamente pela sua colaboração na imprensa. Ainda no ano de 1907, pronuncia um grande número de conferências, de que destacamos as proferidas em 14 de Abril na Associação de Classe dos Encadernadores na Rua de São Boaventura, 57, sob o tema «A Defesa dos Operários deve ser feita por eles Próprios», em 25 de Abril na Associação do Metalúrgicos, na Calçada de S. João Nepumoceno, 9, e em 9 de Maio na União das Classes da Construção Civil na Travessa de André Valente, 13 1.º, todas em Lisboa ⁽²⁵⁾. Note-se os locais onde E. C. pronunciava as suas conferências, o que, de certo modo demonstrava a sua estreita ligação ao movimento operário nacional de tendência anarquista.

No ano de 1908, inicia a sua colaboração no «*Germinal*» de Setúbal, órgão anarquista intervencionista, e na excelente revista «*A Sementeira*», que o operário caldeireiro Hilário Marques dirigirá de 1908 a 1914, na sua I Série, e de 1916 a 1919 na sua II Série. Trata-se de uma das revistas anarquistas de maior nível, tanto no que respeita a informação, como, e principalmente, a textos de carácter doutrinário, exercendo uma influência notável no movimento operário ao longo dos seus quase 11 anos de existência.

Ainda nesse ano, em Paris, entra para a administração de «*La Revolution*», como empregado; nesse jornal colaboraram alguns dos maiores vultos do sindicalismo francês, tais como Georges Yvetot, Victor Griffuelhes, Pierre Monatte e Emile Pouget. Nessa cidade, entra em contacto com um grupo de intelectuais fundadores da Liga Internacional de Educação e que editava o «*L'École Renovée*», e de onde se destacam os nomes de Francisco Ferrer, mais tarde fuzilado pela reacção em Espanha, Charles Laisant, matemático, Max

Nordeau, Alfred Naquet e Henriette Meyer secretária, com quem Emílio Costa trabalhava. No «Resumo da Minha Vida,» E. C. chama a esta última Hemidt Mayor. Cremos tratar-se de um lapso, pois num documento dactilografado dos estatutos da Liga e traduzido para português, o nome indicado é o de Henriette Meyer. Durante a sua permanência em Paris, Emílio Costa exerceu também as funções de secretário particular de Ferrer, embora somente por uns meses. Era na residência daquele que os membros da Liga se reuniam.

Em Portugal, a Liga de Educação Racional também encontrou eco. Constituiu-se um grupo de Lisboa, com estatutos próprios, e de cuja primeira Comissão faziam parte:

Magalhães Lima	— Presidente
Delfim Guimarães	— Vice-Presidente
César Porto	— Secretário
António Francisco Santos	— Vogal
António Lima	— Vogal ⁽²⁶⁾

O Grupo de Lisboa tinha como seu órgão de imprensa «*A Escola Nova*».

Por volta de 1909 E. Costa traduz três brochuras que são editadas pela Editora José Bastos & C.^a, antiga Casa Bertrand, que se revestem de uma importância enorme na divulgação das experiências e do ideário do sindicalismo revolucionário francês. Trata-se de «*Sindicalismo e Socialismo*», uma colectânea de textos de Hubert Lagardelle, Arturo Labriolla, Robert Michels, Boris Kritchewsky, «*A Confederação Geral do Trabalho*», de Emile Pouget, e «*A Acção Sindicalista*» de Victor Griffuelhes. Estes livros foram editados na sua versão original, em França, na Bibliotheque du Mouvement Socialiste, propriedade da Librairie des Sciences Politiques et Sociales Marcel Riviere, ligada à revista «*Le Mouvement Socialiste*», dirigida por Hubert Lagardelle, e fundada em 1899. Alexandre Vieira considera estas três brochuras como «... as primeiras (...) relativamente ao novo método de luta operária publicadas...» ⁽²⁷⁾. Ainda em 1909, em Portalegre, dirige um curso de explicações com o professor Gueifão ⁽²⁸⁾. Fundou também na sua casa na Rua dos Violeiros, uma Biblioteca Popular, destinado a empréstimo de livros mediante o pagamento de uma pequena soma mensal. Como ele próprio recorda, a ideia surgiu-lhe «por ter ...quando morava em Bois-

-Colombes, perto de Paris utilizado uma biblioteca assim». (29). É curioso notar que esta biblioteca, ou melhor, a ideia que presidiu à sua criação, encontrará uma certa semelhança, anos depois, em 1942, e também numa cidade provinciana, com a Biblioteca Móvel que Victor de Sá lançou e manteve durante 8 anos em Braga (30).

Continua, paralelamente, com a actividade regular em Portalegre. Colabora no jornal republicano «*O Intransigente*», dirigido por Baltazar Teixeira, futuro deputado por Portalegre às constituintes de 1911, e pronuncia conferências, como por exemplo a de 22 de Junho no Centro Democrático de Portalegre sob o tema «*O Povo em face da actual situação política*» (34). Esta intensa actividade militante em prol da República, inseria-se na linha intervencionista já anteriormente defendida por Emílio Costa. É nessa condição que, em 1910 escreve um artigo no «*Alma Nacional*» intitulado «*O Proletariado e a República*», apenas um mês antes da Revolução, e que reproduzimos na Antologia.

Depois do triunfo da República faz parte de uma Comissão Arbitral, juntamente com Sebastião Eugenio e outros, cuja missão era servir de medianeira entre os operários e os patrões nos frequentes conflitos laborais surgidos.

Em Novembro de 1910 inicia a sua publicação «*O Sindicalista*», mercê da militância de alguns operários como Francisco Cristo, Alexandre Vieira, Augusto Machado, António Evaristo e João Pedro dos Santos. Também neste semanário «*defensor da classe trabalhadora*» colaborou Emílio Costa, até à sua partida para a Suíça no ano seguinte, onde iria desempenhar as funções de Secretário particular de Guerra Junqueiro, nomeado embaixador português naquele país. E dizemos iria, porque na realidade nunca chegou a desempenhar as funções para que havia sido designado. Em Março de 1911 o operariado das fábricas de conservas de Setúbal declarara-se em greve, e manifestara-se nas ruas. Como resposta, as autoridades desencadearam uma repressão feroz, sendo mortos dois trabalhadores na Avenida Luísa Tody, e havendo numerosos feridos e presos, entre os quais se contava José Carlos Rates, ao tempo servente numa fábrica de conservas e Secretário-Geral da União dos Sindicatos de Setúbal, que iria permanecer detido de 13 de Março a 8 de Junho (32). A reacção de Emílio Costa a estes factos é-nos relatada por Alexandre Vieira nos moldes seguintes:

«Sabe-se que o grande lírico fora designado, pelo Governo Provisório, para Ministro de Portugal na Suíça. Ora, antes de partir para Berna, pediu Guerra Junqueiro a Brito Camacho que lhe indicasse uma pessoa que reunisse as qualidades morais e intellectuais necessárias para preencher o lugar de seu secretário-particular. Reflectiu o chefe republicano uns instantes, após o que disse ao poeta: «Conheço um homem que preencheria perfeitamente esse lugar. Somente esse homem é mais do que republicano: é anarquista». E indicou o nome de Emílio Costa.

Guerra Junqueiro convidou imediatamente o nosso amigo a ocupar o lugar, tendo Emílio Costa seguido para Berna poucos dias volvidos.

Porém, ao cabo duns meses era o ministro surpreendido com o pedido de demissão apresentado pelo seu secretário-particular.

Inquiriu Junqueiro da razão que o havia levado a declinar o lugar, vindo a saber, com estupefacção, que o motivo consistia na circunstância de as autoridades de Setúbal, sem o repúdio do Governo, terem usado de processos violentos em relação ao operariado daquela cidade, por se haver declarado em greve!

Retirou, pois, Emílio Costa para Portugal, abandonando um lugar que, além de ser desempenhado num país de que gostava, lhe rendia uma libra diária, o que era dinheiro, naquele tempo.

E, ao regressar, de passagem por Barcelona — soubemo-lo posteriormente, por intermédio de seu irmão —, foi maçado pela policia daquela cidade espanhola, que o considerava... «indesejável» (33).

Regressado a Portalegre, é colocado no Liceu Mouzinho da Silveira como professor, repartindo a sua actividade de propagandista entre aquela cidade e Lisboa. Ora nas associações de classe locais, ora proferindo conferências na capital, Emílio Costa desenvolve uma intensa actividade.

Para proferir a sua mais célebre conferência, «Acção Directa e Acção Legal», que transcrevemos na íntegra na Antologia, por ocasião da inauguração da Casa Sindical, deslocou-se propositadamente a Lisboa.

Por esta altura, faz parte do Grupo Libertário «Acção Directa», de Lisboa (34).

Em 1912, inicia a sua actividade no «Lumen» e como redactor do «Intransigente» de Machado Santos, jornal que se mostrava, certamente por conveniências políticas, como o

menos hostil ao movimento sindical, acompanhando até com um certo destaque as actividades da organização operária.

Em Portalegre, continuava exercendo a sua actividade docente no Liceu local, ao mesmo tempo que, na Quinta dos Cantarinhos, onde escreveu a maior parte dos seus trabalhos desta época, não descuidava a actividade de propaganda fundando, juntamente com o seu irmão, Manuel Ceia, Luiz Gomes e outros, o semanário «*O Semeador*», de feição nitidamente libertária, anti-clerical e regionalista. Publicaram-se 10 números.

A 13 de Fevereiro de 1913, inicia a sua publicação em Lisboa o semanário anarquista «*Terra Livre*» propriedade do Grupo Editor do mesmo nome, e dirigido por Pinto Quartim como director, e Jaime de Castro como editor⁽³⁵⁾.

O «*Terra Livre*» foi um dos mais influentes periódicos anarquistas que se publicaram em Portugal; duramente perseguido pelas autoridades, acabaria por sofrer um golpe decisivo, com a expulsão para o Brasil de Pinto Quartim, na sequência dos acontecimentos registados com a explosão de uma bomba durante o cortejo camoneano na Rua Nova do Carmo. De salientar a polémica travada com Manuel Ribeiro, a que damos o devido relevo na Antologia.

O número 20 do «*Terra Livre*»⁽³⁶⁾ insere uma notícia a que não podemos deixar de fazer referência pelo seu quê de recamboloso e de pitoresco. Faz-se aí menção de uma tradução de Charles Malato de um artigo publicado em «*La Bataille Syndicaliste*», da autoria de Gonzalez Sanchez, agente secreto da polícia política espanhola, que o subscreveu sob o pseudónimo de Constant Leroy. Esse artigo foi inicialmente publicado num jornal americano procurando fazer «*sensacionais revelações sobre o anarquismo internacional*». O mais curioso de tudo é que, nesse artigo, vem uma referência a Emílio Costa! Ei-la:

«Moreno () delegado pelos do Comité de Paris, foi a Lisboa na segunda quinzena de Março (**) para ver alguns republicanos. Era portador de um bilhete de Magalhães para Afonso Costa. Este, po-lo em relação com outros republicanos, e cons-*

(*) Pseudónimo do polícia Gonzalez Sanchez junto dos revolucionários.

(**) De 1913.

tituíram um comité de aliança secreta em Lisboa, presidida por Costa (***) . Depois foram a Portalegre, onde formaram outro comité, presidido por Emilio Costa, revolucionário de marca, conhecidíssimo entre os anarquistas. Em Portalegre, conseguiram organizar diversos grupos de homens armados, entre os quais havia numerosos espanhóis que para lá foram, quando obtiveram a certeza de serem protegidos pelos comités locais».

Em 1913 começa a trabalhar na Sociedade de Propaganda de Portugal, da qual chega a ser funcionário, proferindo conferências sobre turismo em várias cidades do sul. Em 1914, como funcionário, visita a região de Portalegre em missão de propaganda, ao mesmo tempo que, em Lisboa, inicia a publicação de «A Semana», onde, para além de E. C. que era o director, colaboravam Celestino Steffanina, Camara Reys, Edmundo Porto e outros.

A guerra que naquele ano estalara na Europa, e ameaçava transformar-se no maior conflito da História, suscitou, de início, a condenação da generalidade dos anarquistas, fiéis aos princípios anti-belicistas que norteavam a sua acção anterior. No entanto, e ainda em 1914, é publicada uma carta de Piotr Kropotkine ao professor Gustavo Steffen, defendendo que «É preciso completar o esmagamento completo e definitivo da Alemanha militarista».

É-nos interdito ficar neutros, porque na situação actual, a neutralidade seria apenas a cumplicidade a favor do ódio alemão» (37).

Contrariando esta posição, abertamente favorável à intervenção no conflito ao lado dos aliados, manifestaram-se várias figuras de relevo no campo anarquista, publicando um documento em 15 de Fevereiro de 1915, assinado entre outros por Errico Malatesta, Alexandre Schapiro, Emma Goldman, Alexandre Berkman e Domela Nieuwenhuis, onde se afirmava que «Aos operários das fábricas é preciso lembrar que os fuzis que tem agora entre mãos foram empregados contra eles nos dias de greve e de revolta legítima, e servirão depois contra eles para os obrigar a suportar a exploração patronal».

Em 28 de Fevereiro do ano seguinte, surge o famoso Manifesto dos Dezasseis, apoiando a posição anteriormente

(***) Afonso Costa.

defendida por Kropotkine, e sustentada agora por figuras com o prestígio de um Jean Grave, Cornelissen, Charles Malato e Paul Reclus, filho do velho patriarca do anarquismo Elisée Reclus. Estas duas tomadas de posição, diametralmente opostas, pró e contra a intervenção, tiveram o seu eco no movimento português, onde se produziu também uma cisão grave, que suscitou feridas irreparáveis no movimento anarquista nacional.

Surgiram dois grupos distintos.

No Porto, apoiando a posição não intervencionista, surgiu o Grupo de Propaganda Libertária, editor de «*A Aurora*», resultante da fusão do Grupo Aurora Social com o Grupo de Propaganda Libertária. Eram figuras proeminentes Neno Vasco, Manuel Joaquim de Sousa, Clemente Vieira dos Santos, Serafim Lucena e Mário de Azevedo.

Em Lisboa, defendendo a posição oposta, coloca-se o Grupo Germinal, editor do semanário do mesmo nome, onde pontificavam Emílio Costa, Adolfo Lima, Severino de Carvalho, Bernardo de Sá, Augusto Machado, Miguel Córdoba e outros.

A partir do aparecimento do «*Germinal*», inicia-se uma polémica permanente com «*A Aurora*», que irá por vezes ultrapassar os limites de uma discussão entre correlegionários, para tomar foros de troca de insultos e insinuações mais ou menos veladas.

Emílio Costa insere nas páginas do «*Germinal*» uma série de artigos intitulados *Os anarquistas e a guerra europeia*, onde, ora defendendo, ora atacando as posições de «*A Aurora*», define a posição do seu grupo.

Em Fevereiro de 1916, reaparece «*O Germinal*», agora mensário, e num formato mais pequeno. O director continua a ser Emílio Costa e a propriedade do Grupo Germinal. E continuam as acesas polémicas entre os «guerristas» e os «anti-guerristas», espalhando a discórdia e a intriga entre propagandistas que até ali e durante muitos anos, haviam colaborado lado a lado na divulgação das ideias libertárias em Portugal. Este conflito terá resultados nefastos em especial na actividade futura desses propagandistas, aprofundaram-se ressentimentos, os ataques pessoais substituíram a crítica de posição, todos os argumentos eram válidos, inclusivé os forjados e as calúnias, para tentar desacreditar o adversário. Não mais será possível colmatar as brechas abertas no movi-

mento libertário nacional. As feridas deste conflito permanecerão abertas muito para lá da República Democrática, reatendendo-se por exemplo, em 1950 depois da publicação de um artigo de E. C. no «*República*».

Não é nosso objectivo, nesta breve resenha biográfica de Emílio Costa, desenvolver de forma exaustiva toda a problemática relacionada com essa discussão nos meios anarquistas portugueses sobre a participação ou não participação na guerra de 14-18. Seria demasiado longo, e saía em grande parte do nosso propósito. Mas, julgamos que as referências que demos, ajudarão o leitor a ter uma ideia, parcelar, é certo, do panorama dessa luta nas fileiras libertários. É que essa luta reflectir-se-á, como já dissemos, nos anos seguintes.

No ano de 1916, Emílio Costa está em Lisboa, leccionando na Escola Comercial Ferreira Borges, onde se manterá, aliás, nos anos de 1918, 1922, 1923, 1925 e 1926. Esta actividade profissional, em Lisboa, permitirá desenvolver um trabalho de propaganda que seria difícil na província. O Grupo «*Germinal*» actua intensamente junto de associações operárias, actividade essa que se traduziu em sessões de propaganda e cursos escolares, sobre as mais variadas matérias. Estão no primeiro caso, por exemplo, as conferências pronunciadas por Emílio Costa em 19 de Novembro de 1916, na Associação dos Compositores Tipográficos, e em 22 do mesmo mês, na Associação do Pessoal do Arsenal do Exército, onde se inaugurou um curso de Sociologia Elementar, patrocinado pelo referido Grupo.

Ainda dentro da actividade desenvolvida em prol do intervencionismo, é justo destacar o aparecimento em 1914⁽³⁸⁾ em Portalegre, de mais dois números de «*O Semeador*», precisamente dois anos após o fim da sua publicação. É visível a influência de Emílio Costa neste jornal, que defende posições abertamente intervencionistas, e apresenta um formato diferente, maior, do que «*O Semeador*» de 1912, embora mantenha o mesmo desenho com o cabeçalho.

Em 1917, ocorre um acontecimento que causa espanto em toda a Europa. Na Rússia, o czarismo fora derrubado. Num artigo publicado no «*Germinal*», E. C. comenta a propósito da Revolução de Fevereiro:

«... a revolução russa, como ela se está desenrolando, foi uma surpresa e uma grande comoção, para todos ou quase todos (...).

Diz-se tanta coisa! É um 1789; é o nosso 1820; é o 1830 francês. E nós cremos apenas que é o 1917... russo.

A Rússia está em plena Revolução. Nós somos dos que não lhe temem os exageros, pois sabemos que a sua fixação há-de ficar além do máximo que ela marcar; e por isso quanto mais elevado for esse máximo, mais para diante ficará o ponto de fixação... o que só facilita novos avanços no futuro (...).

Nós somos dos primeiros, dos que rejubilaram com a revolução russa e por isso saudamos, deste modesto mensário, mais esse passo emancipador, e só ansiamos por que ele se reflita, entre esse desgraçado povo alemão, fascinado pelo kaiserismo, por que se produza na Alemanha o movimento emancipador que esperam todos os amigos da liberdade» (39).

Este extracto do artigo «*Alea jacta est*», reflecte o pensamento de um largo sector intervencionista. A revolução russa era bem vinda, mas que revolução? Tão somente a que derrubasse o czarismo, a opressão ditatorial da oligarquia realista, mas mantivesse a mesma política externa belicista, continuando a enviar para o matadouro milhões de operários e camponeses russos, morrendo pelos interesses imperialistas de uma das facções envolvidas no conflito. Ora, e enquanto o governo Kerensky continuou a política chauvinista anterior, os aliados não hostilizaram o novo regime russo, mau grado as relações de bom entendimento existentes entre muitas cabeças coroadas europeias e o czar. Mas, quando a classe operária russa começou a levantar a sua voz cada vez mais alto contra a carnificina, contra a política do novo governo provisório, quando os bolcheviques começaram a ganhar cada vez mais força e influência junto das massas, junto do próprio exército, os intervencionistas lançaram os mais violentos ataques contra o partido de Lénine, acusando-o de estar mancomunado com os alemães.

Três meses após a publicação do texto de que transcrevemos algumas passagens acima, Emílio Costa, afirmava no «*Germinal*»:

«Quando no «Germinal» nos referimos à revolução, dissemos que lhe não tememos os excessos e dissemos a razão porquê. Mas se não lhe tememos os excessos, tememos a má orientação por parte dos chamados extremistas, os quais, à força de quererem aplicar, na sua maior pureza, as doutrinas, podem

muito bem estragar o que já está feito e impedir o que pode vir a fazer-se (...).

Terminamos com a dupla pergunta: *Porque será que os reaccionários anseiam pela paz separada entre a Rússia e a Alemanha? Porque será que eles mostram tanta simpatia por Lénine e mais extremistas, isto é, pelos mais avançados?*» (40).

Como se vê, e ainda antes da Revolução de Outubro, Emílio Costa, motivado pelo seu intervencionismo, e pela necessidade que via de dar combate à Alemanha kaiseriana, atacava os revolucionários russos. No entanto, as influências da Revolução de Outubro chegarão a Portugal, mau grado o relativo atraso em relação à maioria dos países da Europa, e o próprio Emílio Costa, reflectirá mais tarde sobre esse grande acontecimento, em alguns artigos publicados em «*A Internacional*», como adiante observaremos.

Em 1918, deixa de colaborar na «*Sementeira*», por divergências surgidas com a direcção da revista, e nesse mesmo ano começa a leccionar no Colégio Estoril, onde permanece até 1921, e inscreve-se como sócio da Universidade Popular Portuguesa de que é um dos primeiros associados.

Em 1921, participa no Congresso Nacional de Educação Popular, onde apresenta a Tese «*Os Factores Dinâmicos da Educação em todos os seus Aspectos e Especialmente no Ético*». Dois anos depois, no final de 1923, é encarregado de apresentar um projecto sobre a participação portuguesa no «*Palais Mondial*» em Bruxelas, onde se dirige pessoalmente. Deixou no seu espólio grande número de cartas e outros documentos a esse propósito.

Em 1924, por incumbência do ministério João Camoesas, vai à Bélgica, onde pronuncia várias conferências sobre Portugal. A 10 de Maio, faz uma conferência sobre «*A Situação de Portugal e da Organização do Pessoal do Ensino*», na secção de Bruxelas da Central do Pessoal Socialista do Ensino da Bélgica (41).

Durante o ano de 1925, escreve alguns artigos no órgão dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha, «*A Internacional*» de que era director o sindicalista do Arsenal do Exército João Pedro dos Santos. Nesses artigos, Emílio Costa defende uma nova concepção de luta, o Bloco das Esquerdas, muito diferente das suas anteriores posições. Este facto proporcionar-lhe-ia inúmeras críticas nos meios anarquistas. Es-

tava então no auge a discussão entre comunistas e anarco-sindicalistas. Desses artigos daremos nota com mais pormenor na Antologia.

A sua actividade no organismo sindical da classe a que pertencia, a Associação dos Professores de Portugal, foi também notável. A 8 de Agosto de 1925, preside à 3.^a sessão do 2.º Congresso da Associação, em Lisboa, na sede da Universidade Livre. Na sessão anterior, a 2.^a, interviu a propósito do aumento das quotas associativas; igualmente intervém na sessão seguinte, combatendo uma moção apresentada pelo prof. Almeida Costa, na 3.^a sessão, na qual se preconizava a adesão da Associação dos Professores de Portugal à Confederação Geral do Trabalho portuguesa. E. C. traz ao debate em volta da moção novos argumentos, nomeadamente alertando que a sua aprovação seria «*mais um passo para os professores secundários e superiores se afastarem da A. P. P.*».

Não obstante a defesa da proposta por Manuel Joaquim de Sousa, representante da C. G. T. no congresso da A. P. P., e a garantia de que a Associação manteria no seio da C. G. T. a sua completa autonomia, a moção acaba por ser rejeitada por 12 votos contra 6.

Ainda dentro do espírito dos artigos publicados em «*A Internacional*», Emilio Costa pronuncia duas conferências no Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha, um dos que primeiro aderiu à I. S. V., nos dias 2 e 17 de Novembro de 1925.

Em 3 de Novembro de 1925 é contratado para o Instituto de Orientação Profissional, recentemente fundado, dirigido por Faria de Vasconcelos. Tomou posse a 23 desse mês e nele se manteve até atingir o limite de idade, em Fevereiro de 1947. Exerceu as funções de Chefe da Secção Económica-Social.

Em 12 de Novembro, é credenciado pelo IOP para intervir activamente no inquérito sobre profissões promovido pelo Instituto.

O golpe conservador de 28 de Maio de 1926, não impede que continue a sua colaboração em numerosos órgãos da imprensa operária. Somente a partir de 1933 o novo regime irá endurecer a sua posição, e serão extintos os jornais operários mercê da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional e da consequente extinção dos sindicatos operários.

Em 31 de Maio de 1927 é renovado o seu contrato como professor do IOP, tomando posse em 3 de Junho seguinte.

Em 1929, no dia 26 de Julho, é autorizado pelo Ministério da Instrução Pública a fazer uma missão de estudo a França, por 30 dias.

O Sindicato do Pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa, oferece então a E. C. uma folha solta, ricamente encadernada e com dedicatória impressa, contendo um artigo que a censura cortara, e que se intitulava «Educação Social do Proletariado».

Em Janeiro de 1930, inicia uma correspondência com Alexandre Vieira, então exilado em Paris, a qual se irá manter até ao regresso deste em Junho de 1932. Nessa correspondência, sobressai a tentativa de constituição, em Julho de 1931, de um Núcleo de Estudos e Propaganda do Sindicalismo, onde, para além de E. C., participaram Campos Lima, Jaime Brasil, Julião Quintinha, Manuel de Figueiredo e João Fernandes.

Ainda em 1930 sai a lume «Karl Marx», seguido de «Jean Jaurés e de «O Sindicalismo Independente.» (1931). Estes três livros marcam um período importante no pensamento de Emilio Costa. Os dois primeiros, para além de ensaios biográficos, contém muito do pensamento do autor, nomeadamente sobre a situação do movimento socialista a nível nacional e internacional. No terceiro livro, sistematiza a sua concepção do sindicalismo, que, em muitos pontos, choca com a sua posição de 1911, quando escrevera «Acção Directa e Acção Legal» ou os artigos do «Terra Livre».

Em Novembro de 1930, a revista «Cultura», de Campos Lima, publica na capa do seu número 3 uma fotografia de E. C. com uma legenda alusiva ao aparecimento do livro «Karl Marx».

Em 25 de Janeiro de 1934 faz uma conferência em casa de Emma Romero Santos Fonseca da Câmara Reys, antecedendo a primeira audição em Portugal das últimas melodias de Fauré (42).

Ainda em 1934, é chefe dos serviços escolares de «A Voz do Operário», em Lisboa.

Em 2 de Dezembro desse mesmo ano realiza na Universidade Popular Portuguesa uma conferência antecedendo a primeira audição em Portugal dos Contos da Sardenha (43).

Em Janeiro de 1935, profere, no salão da Voz do Operário, uma conferência de difusão dos objectivos e métodos

do Instituto de Orientação Profissional dirigido por Faria de Vasconcelos. Em 10 de Novembro, prosseguindo no seu apoio à obra cultural de divulgação musical desenvolvida por iniciativa de Emma Romero da Câmara Reys, realiza uma palestra por ocasião da primeira audição das canções de Orlando de Lassus (44), no 9.º Concerto de música do Renascimento.

Embora colaborando na «*Seara Nova*» desde o seu segundo número, (45), apenas em 31 de Março de 1936, entra para os seus corpos gerentes, fazendo parte dos eleitos para o triénio de 1936-1938, neles se mantendo durante muitos anos.

Em 30 de Dezembro de 1937, recebe da Direcção do Instituto de Orientação Profissional comunicação do «*desejo manifestado pelo Exmo. Sr. Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes de que os senhores professores desse Instituto compareçam na recepção do próximo dia 1 de Janeiro, no Palácio de Belém, a fim de cumprimentarem Sua Excelência o Senhor Presidente da República*» (46).

Neste mesmo mês e ano, cessa as suas funções de Chefe dos serviços escolares de «*A Voz do Operário*», apresentando por carta, a sua demissão.

Até 1940, mantém a sua actividade profissional, como professor, continuando a fazer parte dos Corpos Gerentes da «*Seara Nova*», juntamente com Rodrigues Lapa e Câmara Reys.

Espírito aberto, democrático, Emílio Costa não podia deixar de colaborar e apoiar as tentativas de oposição ao regime ditatorial, nascido do 28 de Maio. Participa no Movimento de Unidade Democrática desde a sua fundação, fazendo parte da sua Junta Consultiva, como vogal. A Junta tinha como presidente o general Norton de Matos, como Vice Presidente António Sérgio, e Secretário Ferreira de Macedo. Os outros Vogais, além de E. C., eram Alexandre Vieira, Câmara Reys, Carlos Olavo, o Professor Fernando da Fonseca, João de Barros, José de Magalhães, médico e publicista, o advogado Mário de Castro, Rocha Martins e o Almirante Tito de Morais. Em Novembro de 1946 subscreve, juntamente com muitas dezenas de intelectuais portugueses, uma exposição dirigida ao Presidente da República, intitulada «*Os Intelectuais Portugueses Protestam!*». Na sua parte final, os signatários faziam notar que «*Como portugueses e trabalha-*

dores do espírito, assiste-nos o direito de chamar a atenção de V. Ex.^a e da Nação para as violências cometidas — contra a lei, contra o senso da justiça, contra a dignidade da cultura — em prejuizo de intellectuais portugueses cujas pessoas e cujas obras constituem um património honroso da comunidade nacional a que pertencemos. É em nome desse direito que formulamos este protesto, reclamando Justiça e Liberdade».

Ainda dentro da sua actividade no Movimento de Unidade Democrática, subscreve o documento «A Assembleia de Delegados do M. U. D., o M. U. D. Juvenil e as Deportações para o Tarrafal» em 30 de Abril de 1947., saído dessa assembleia geral de delegados, efectuada em 27 de Abril desse ano.

Atingido pelo limite de idade, 70 anos, em Fevereiro de 1947, passa à situação de inactividade permanente no I. O. P., aguardando aposentação, que lhe é concedida em Agosto do ano seguinte.

COM UNHA ACTIVIDADE JORNALÍSTICA PRATICAMENTE CONFINADA À «República», o seu estado de saúde ia-se agravando, sofrendo repetidas crises cardíacas. Em 17 de Julho de 1952, de madrugada, Emílio Costa é vitimado por um acidente cardio-vascular, que ocorrera dois dias antes. Os seus últimos momentos foram assistidos pelos seus familiares e pelo velho companheiro Alexandre Vieira.

Em 18 de Julho de 1952, decorre o funeral de Emílio Costa, para o Cemitério da Ajuda, nele se integrando grande número de democratas, incluindo muitos dos seus velhos companheiros de ideal (47).

No dia 17 de Agosto, a «República» publica um artigo, incompleto, de Emílio Costa, o mesmo artigo que iniciara no dia em que a doença o atingira.

NOTAS

(47) O funeral foi realizado no Cemitério da Ajuda em 18 de Julho de 1952.

(48) Luis Montalvo «Historia da Republica» pag. 298.

(49) Rodrigo Rodrigues, Artigo Emílio Norton Costa, publicado na «República» numero 7778 de 30 de Julho de 1952.

Os estudantes que assinavam e declararam serem os seguintes: José de Castro e Sousa, Luis Felix, Luz de Almeida, Francisco Chagas de Almeida, João Ramalho, Eduardo Mendes Dias, José Carlos, Nogueira, António Amorim, Rodolfo Xavier da Silva, José Augusto Carvalho, José Gonçalves, Augusto dos Santos, Rodrigo Rodrigues, António Baptista dos Santos, Carlos Amaro de Miranda, Carlos Pereira, José Roberto, Avô de Brão, A. Lopes Monteiro, José Soares, Carlos Marques, Paulo Brão de Brão, S. Para, Cândido da Silva Bonifácio, José Elias Barreto, Afonso de Almeida, L. Ervidário, João Jacob, A. Gomes Rodrigues, Carlos Figueiredo, J. Lopes Costa, António Jordão, Baptista Lourenço, Joaquim dos Santos, José da Silva Mendes, Manuel Vicente, Duarte de Góes, Francisco



NOTAS

- (1) Fundado em 1855.
 - (2) Fundado em 1866.
 - (3) Fundado em 1866.
 - (4) Existiam ainda os seguintes grupos de teatro: Grupo Dramático Visconde do Reguengo (Jorge), e o Grupo Dramático Beatriz Rente.
 - (5) «Correspondência de Portalegre» número 43 de 8 de Maio de 1898.
 - (6) «Correspondência de Portalegre» números 1 de 11 de Julho de 1897 e 2 de 18 de Julho de 1897.
 - (7) «Correspondência de Portalegre» número 10 de 12 de Setembro de 1897.
 - (8) «Les Temps Nouveaux» de 9 de Setembro de 1905 págs. 3 na secção Mouvement Social.
 - (9) José António Duro nasceu em Portalegre em 22 de Outubro de 1875, era portanto ano e meio mais velho que Emilio Costa, e morreu em Lisboa vitimado pela tuberculose em 18 de Janeiro de 1899.
 - (10) Luís Montalvor «História do Regime Republicano» pág. 208.
 - (11) Rodrigo Rodrigues, Artigo *Emilio Martins Costa*, publicado em «A República» número 7770 de 30 de Julho de 1952.
- Os estudantes que assinavam o documento eram os seguintes: José da Ponte e Sousa, Luís Félix, Luz de Almeida, Francisco Cristiano da Silva, João Ramalho, Eduardo Mendes Belo, José Cordeiro, Henrique Caldeira Queiróz, Rodolfo Xavier da Silva, José Augusto Carvalho, João Gonçalves, Augusto dos Santos, Rodrigo Rodrigues, António Roiz dos Santos, Carlos Amaro de Miranda, Carlos Pestana, José Barbosa, Artur M. Brou, A. Lopes Monteiro, José Soares, Carlos Marques, Pedro Brito do Rio, S. Peres, Cândido da Silva Bonifácio, José Dias Barroso, Álvaro Solari Alegre, L. Ervidélio, João Jacob, A. Gomes Nogueira, Carlos Figueiredo, J. Lopes Costa, António Jordão, Baptista Gomes, Joaquim dos Santos, José da Silva Mendes, Manuel Vicente, Thiers da Costa, Teotónio

Ferreira, José Parreira Lança, Adolfo Bordalo, Matias Andrade Sequeira, Emílio Costa.

A ordem é a mesma por que foi assinado o documento.

(12) O Grupo Republicano de Estudos Sociais foi fundado como um «protesto contra o *status-quo*, em *eternas luminárias do Directório do Partido Republicano*». O seu manifesto-circular era assinado por individualidades de peso no Partido Republicano tais como Guerra Junqueiro, Afonso Costa, Ladislau Piçarra, João de Meneses, Manuel de Arriaga, Manuel de Brito Camacho e Teófilo Braga, num total de 68 individualidades. Sobre a origem e propósitos do referido grupo, há uma substancial documentação no livro de Fernão Botto Machado «*O Grupo Republicano de Estudos Sociais*» editado em Lisboa em 1896 pp. 107. A passagem que transcrevemos em itálico, é extraída da página 16 do referido livro.

(13) «Seara Nova» número 1276-77 de 17 de Julho de 1953.

(14) Luís Montalvor, obra citada, págs. 209 a 211 e 222.

(15) «Seara Nova» número citado.

(16) Este caso ocorreu no Porto em 17 de Fevereiro de 1901, e teve como protagonista Rosa Calmon, de 32 anos de idade, filha do Cônsul do Brasil naquela cidade, José Calmon. A questão dizia respeito ao ingresso de Rosa num convento, ingresso esse que seria forçado para uns e voluntário para outros. O caso teve como consequência o encerramento pelo governo de Hintze Ribeiro de 12 casas de religiosos, pressionado pela onda de protestos populares, e a proibição de qualquer associação de carácter religioso se poder instalar ou funcionar no país, sem autorização governamental.

(17) Carlos da Fonseca «*Introduction A L'Histoire du Mouvement Libéraire au Portugal*» págs. 30 a 33. ed. do Centre International de Recherches Sur L'Anarchisme, Lausanne, 1973. Em outro livro mais recentemente publicado, «*Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*», de Edgar Rodrigues, na Bibliografia incluída no final, aparece citado «O Amigo do Povo» de Portalegre, anarquista, embora figure duas vezes como se tivessem existido dois jornais com esse título naquela cidade.

(18) Campos Lima «*O Movimento Operário em Portugal*», 1.^a ed. pág. 134, Ed. Guimarães, Lisboa 1910.

(19) Esses estudos foram os seguintes: Luiz da Cunha Gonçalves «*A Evolução do Movimento Operário em Portugal*», José Lobo d'Ávila Lima, «*O Movimento Operário em Portugal*», Fernando Emygdio da Silva, «*O Operariado Português na Questão Social*». Estes trabalhos foram dissertações sobre o movimento operário em Portugal dado como tema pelo professor Marnoco e Sousa no seu curso de Economia Política. Ver a propósito a nota (1) em «*As Greves*», de F. Emygdio da Silva, pág. 266, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1913.

(20) Editada em duas partes, em 1894 e 1895, no Porto, na Biblioteca do Grupo Anarquista Revolução Social.

(21) Eduardo Maia «*Da Propriedade — Conferência feita na Federação Académica de Lisboa e oferecida às secções portuguesas da Associação Internacional dos Trabalhadores*», Lisboa, Tipografia do Futuro, 1873. Reproduzido por Carlos da Fonseca em «*Integração e Ruptura Operária — Capitalismo, Associacionismo, Socialismo 1836-1875*». Ed. Estampa 1975, pág. 185 a 202.

(22) Transcrito em «O Amigo do Povo», n.º 33 de 27 de Julho de 1902.

- (23) Notícia de «*A Obra*», n.º 453 de 10 de Outubro de 1903.
- (24) «*Seara Nova*», n.º 1276-7 de 17 de Julho de 1953.
- (25) «*A Conquista do Pão*», n.ºs 2, 3 e 4.
- (26) Esta relação estava incluída no referido documento dactilografado, que foi encontrado no espólio de Alexandre Vieira.
- (27) Alexandre Vieira «*Para a História do Sindicalismo em Portugal*», Seara Nova, 1.ª Edição, pág. 32, Lisboa, 1970.
- (28) O Professor Francisco Gueifão, viria a ser assassinado em Setembro de 1917, em Lisboa, por um antigo empregado da Secção Pecuária em Portalegre. Este facto, que, segundo parece nada teve de carácter político, viria a servir de pretexto para os ataques aos empregados dos Correios e Telégrafos, então em greve.
- (29) «*Seara Nova*», n.º citado.
- (30) Ver a propósito, de Victor de Sá, «*O Que Foi a Biblioteca Móvel*», Edição do Autor, Braga, 1954, pág. 50.
- (31) «*O Intransigente*», n.º 68 de 20 de Junho de 1909.
- (32) Alexandre Vieira, obra citada, pág. 42. A data indicada como sendo a do fim da prisão de Rates, não é correcta. No «*Almanaque de A Batalha*» para 1926, já se encontra o dia 8 de Junho (pág. 59).
- (33) Alexandre Vieira «*Figuras Gradadas do Movimento Social Português*». Edição do autor, Lisboa, 1950, pág. 59.
- (34) «*Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*», Edgar Rodrigues, Edição Assirio e Alvim, Lisboa, 1977, pág. 394.
- (35) Emílio Costa fazia parte do corpo redactorial do semanário.
- (36) De 26 de Junho de 1913.
- (37) Publicada em «*O Semeador*», n.º 12 de 22 de Novembro de 1914.
- (38) Estes dois números foram publicados em 15 e 22 de Novembro desse ano.
- (39) Artigo «*Alea jacta est*», publicado em «*Germinal*», n.º 15 de Abril de 1917, págs. 420/22.
- (40) Artigo «*Ilusões Perigosas*», publicado em «*Germinal*», n.ºs 17 e 18, de Junho/Julho de 1917. Págs. 477/79.
- (41) «*L'Étincelle*», Bulletin Bimensuel de la Central du Personnel Enseignant Socialiste de Belgique, n.º 17 de 5 de Junho de 1924, pág. 378/9.
- (42) «*Divulgação Musical*», vol. III, Emma Romero Fonseca da Câmara Reys, págs. 5 a 11.
- (43) Idem, pág. 191.
- (44) Idem, pág. 471.
- (45) De 5 de Novembro de 1921.
- (46) In Processo-Cadastro de Emílio Costa, arquivado no I. O. P.
- (47) Entre as centenas de pessoas presentes no funeral, destacavam-se nomes como os de João de Barros, Campos Lima, José Magalhães Godinho, António Sérgio, Rodrigues Lapa, Câmara Reys, Ramon de la Féria, Alexandre Vieira, Manuel Afonso, João Pedro dos Santos, Hernâni Cidade, Almirante Tito de Morais, Castelo Branco Chaves, Adolfo Casais Monteiro, Ferreira de Macedo, Henrique de Barros, Raul Esteves dos Santos, Carlos Ferrão, Pinto Quartim, Manuel Alpedrinha, Cristiano Lima.

«O AMIGO DO POVO»
ANTOLOGIA

Mantivemos, como nos pareceu mais uocoso e correcto
Industria corticeira e
INDÚSTRIA CORTICEIRA

A grande crise por que a industria corticeira esta passando
nos nos, demanda com urgencia medidas energicas e salva-
tores, da parte de todos que se interessam pela sorte do ope-
ariado.

No dia 26 de Janeiro realizou-se uma importante reunião
de syndicatos, no Barreiro, e fim de mais uma vez combina-
mos a melhor maneira de melhorar a sorte da classe, cujo
futuro se não apresenta muito claro, e continuarem as coisas
no pó em que se encontram.

Estiveram nessa reunião diferentes associações de diver-
tas zonas do país, representadas por delegados seus, e outros
seccos de industria, enviaram as suas adhesões ao movimento
que se iniciava naquela reunião.

Portalegre, que é um dos centros corticeiros importantes
do país, ou não se fez representar, ou fê-lo de maneira que
seu interesse ser mencionado nos resumos que os jornais fi-
zeram da reunião havida.

Qualquer das factos indica bem que a classe corticeira
de Portalegre, pade a crise se faz perfeitamente sentir, não

NOTA PRÉVIA

Mantivemos, como nos pareceu mais indicado e correcto, a ortografia original.

«O AMIGO DO POVO»

INDÚSTRIA CORTICEIRA

A grande crise por que a indústria corticeira está passando entre nós, demanda com urgência medidas enérgicas e salvadoras, da parte de todos que se interessam pela sorte do operariado.

No dia 26 de Janeiro realizou-se uma importante reunião de corticeiros, no Barreiro, a fim de mais uma vez combinarem a melhor maneira de melhorar a sorte da classe, cujo futuro se não apresenta muito claro, a continuarem as coisas no pé em que se encontram.

Estiveram nessa reunião diferentes associações de diversas terras do país, representadas por delegados seus; e outros centros de indústria, enviaram as suas adesões ao movimento que se iniciava naquela reunião.

Portalegre, que é um dos centros corticeiros importantes do país, ou não se fez representar, ou fê-lo de maneira que não mereceu ser mencionada nos resumos que os jornais fizeram da reunião havida.

Qualquer dos factos indica bem que a classe corticeira de Portalegre, onde a crise se faz perfeitamente sentir, não

pugna, por qualquer razão, pelos seus próprios interesses.

Estamos convencidos de que os corticeiros não têm propriamente a culpa do que acontece; é que é devido apenas à sua desorientação que descaram de melhorar a sua situação.

À classe dos corticeiros, a mais numerosa de Portalegre, impõe-se a formação inadiável de uma associação de classe.

É o primeiro passo e o mais necessário, para adquirirem a força precisa, capaz de sustentar as suas reclamações.

A maior, talvez a única força do proletariado, é a associação de classe inteligentemente utilizada. Infelizmente não é só Portalegre o centro de indústria corticeira que não tem os seus operários associados; mas em nenhum desses centros de indústria é talvez a classe dos corticeiros tão numerosa como em Portalegre.

Formem-se em todas as localidades do país onde se exerça a indústria corticeira, associações de classe, completamente autónomas, constituindo todas uma federação nacional dos corticeiros, que será o caminho para a formação da grande federação dos corticeiros de Portugal e Hespanha.

Enquanto não se associarem; enquanto não se conhecerem todos; enquanto não souberem que unidos é que representam uma força e é que podem em consequência melhorar a sua situação, nada de bom hão-de conseguir, gastando o tempo a lamentar-se inutilmente e revoltando-se mas sem bem saberem contra quem se dirige a sua justificada revolta.

Se os operários e os pequenos industriais, a quem a crise também atinge, não tratarem a sério dos seus interesses tão ameaçados, quem o poderá fazer?

Os grandes industriais corticeiros que nada sofrem com essas crises?

Certamente que não, porque esses podem esperar sem prejuízo que a crise acabe.

Os governos? Se os operários ainda estão tão cegos que julgam que pensam sequer neles; se imaginam que essa miséria e essa vergonha que para aí se arrasta com o nome de governação pública é susceptível de ter um momento de bom senso, então é inútil tentar o mais pequeno esforço. Mas acreditamos que assim não acontecerá; cremos que o operariado reconhecerá que unindo-se, é que dispõe de força para poder

de cabeça levantada, reclamar o que com toda a justiça lhe é devido.

Demétrio (1)

«O Amigo do Povo» N.º 8

de 2 de Fevereiro de 1902

TRAÇO DE HISTÓRIA

No dia 31 de Janeiro de 1649, foi decapitado Carlos I, rei de Inglaterra. Carlos I, que continuava abusando do poder absoluto como os seus antecessores, poz-se em lucta aberta com o parlamento, dissolvendo-o por várias vezes; foi isso que o perdeu.

A guerra civil rebentou, combatendo o rei e a maior parte da nobreza, contra os parlamentares, que tinham pelo seu lado as principais cidades, a milicia e a marinha de guerra. Deram-se vários combates, até que o rei e seus aliados, foram completamente derrotados na batalha de Náseby.

Depois de preso, Carlos I foi julgado e condenado á morte, sendo executado, como dissemos, a 31 de janeiro de 1649, e proclamando-se a republica sob a presidência ou direcção de Oliveiro Crómwell, que depois se arvorou em *lord protector*, fazendo prosperar materialmente a Inglaterra, mas exercendo o poder despoticamente.

*

Passados 242 annos, isto é, em 31 de janeiro de 1891, estalava no Porto uma insurreição republicana. Reinava então em Portugal, e ainda reina, o sr. D. Carlos I. O espirito de revolta que enchia o paiz havia um anno, desde o ultimatum inglez de 11 de janeiro de 1890, tinha feito comprehender a muita gente, que uma mudança de instituições se impunha, como remedio para os males de que a nação enfermava.

Dispuzeram-se as circumstancias para que uma parte do exercito se puzesse ao lado da República. Estalou a revolta em 31 de janeiro; mas a demasiada confiança de uns, e as traições e cobardia de outros, fizeram gorar a revolução que

pretendia acabar com a monarquia, representada pelo sr. D. Carlos I.

Carlos I de Inglaterra, foi mais infeliz.

Demétrio (2)

«O Amigo do Povo» N.º 26

2 de Junho de 1902

OS SALVADORES

Depois da aprovação do celebre convenio, depois de realizada tranquilamente a infamia, aquelles que não souberam ou não quizeram obstar a que ella se consummasse, esfalfam-se a dizer que mais do que nunca é necessaria muita energia e muito patriotismo para salvar o paiz.

Refiro-me aos republicanos.

Ha muitos annos que o povo portuguez não ouve senão o chamado partido republicano fallar na sua disciplina, na sua organização, na sua força, nos seus homens, no seu patriotismo, etc.

Sempre que alguma calamidade politica alarma a nação, o partido republicano vem immediatamente dizer ás massas que só têm que confiar nelle, proque é elle o único capaz (pela sua força, organização, etc.) de salvar o paiz de todas as desgraças presentes e futuras.

Há muitos annos que os republicanos vêm accusando, e com toda a razão, os partidos monarchicos de se enriquecerem á custa da ruina da nação, de a comprometterem no estrangeiro, de conservarem o povo ignorante, etc. Ha muitos annos que os republicanos dizem muitas verdades aos monarchicos, dizendo que o seu sistema e os seus homens são melhores; e toda a gente está convencida de que é verdade o que elles dizem.

Mas porque é então que o povo não tem confiança nos republicanos? Porque o povo já não acredita no que elles dizem quando falam da sua força e da sua organização. Porque o povo já sabe que quanto elles mais falam na sua organização, mais desorganizados se encontram, que quanto mais força dizem ter, menos força têm.

E o povo sabe isto, porque é nas ocasiões em que o paiz mais se agita politicamente e que mais interesse despertam as coisas publicas, que o partido republicano vem pedir o auxilio do povo e mostrar as suas virtudes. E o povo vê que o partido republicano, com toda a sua força é sempre batido, nunca conseguindo aquilo que constantemente apregoa poder realizar.

Chega a questão do convenio — uma desgraça e uma vergonha — e o partido republicano com toda a sua força, organização e patriotismo, não só não consegue que o convenio se não faça, mas nada tenta, para se oppôr a uma coisa que elle proclamava ser uma desgraça para a nação!

Pergunta-se: porque é isto? Que quer isto dizer?

Resposta unanime: quer dizer que o partido republicano — exceptuando individualidades que não se aproveitaram nelle — tem enganado o povo, quando lhe diz que é nelle que o povo deve confiar, porque elle é por todos os motivos digno dessa confiança.

O partido republicano propagou o seu ideal por tal forma, que ao fim de muitos annos de propaganda, o povo que elle quiz educar, encontra-se desconfiando d'elle e sem saber o que é a república.

Isto é resultado de terem mostrado ao povo que a monarchia é má, sem lhe demonstrarem porque é a república melhor; e de lhe mostrarem a má administração monarchica, (o que era desnecessário porque se vê bem) sem lhe provarem que elles eram capazes de administrar melhor.

E é depois de tudo isto, depois de terem deixado entregar a nação á agiotagem estrangeira e nacional, que vem dizer que só quem póde salvar o paiz é o partido republicano! Que garantias dão para isso? O seu passado?

Que desgraçado paiz este, onde os que se arvoram em guias e em salvadores, são os mais desorientados!

Demetrio (3)

«O Amigo do Povo» N.º 28 15 de Junho de 1902

PATRIAS E SOBERANIAS

Mais uma revolta do gentio em Africa. Para sufocar essa revolta, que, segundo dizem os jornaes, é manifestamente

justa, vão morrer alguns pretos e brancos. Teremos, para bem da patria, mais algumas heroicidades e tudo o mais que é de uso em analogos acontecimentos. Trata-se da revolta do Bailundo, na provincia d'Angola.

O facto por ser perfeitamente normal nestes últimos annos da vida portugueza, em que partem e voltam expedições sem que ninguém ligue já importância a isso, (esta é a verdade, embora os patriotas protestem), não me teria despertado a attenção, se as referencias que os jornaes lhe fazem, não viessem revestidas duma nota anormal.

Os jornaes dizem que a revolta do Bailundo é justificada! Para exemplo, estas linhas do insuspeito «*Diário de Noticias*»:

«*Mais uma vez os indigenas, desesperados com as violencias d'algumas autoridades locais, appellaram para a revolta, desabafo com frequencia justificado por oppressões repetidas*».

Calcula-se o que se terá passado para se falar em violencias *repetidas* das autoridades. Como essas violências terão sido repetidas e sobretudo patentes, para não poder deixar de se falar asperamente no caso, dizendo-se a revolta justificada!

*

* *

Mas pergunto: quaes as revoltas em Africa que não são justificadas? Porque se justifica a revolta de Bailundo e não se justificam as outras?

Todas as revoltas tendem a sacudir um jogo que se soffre. Tratando-se sobretudo de povos que pertencem a outro que é mais forte.

É por causa da palavra *pertencer*, que se acham injustas muitas revoltas do gentio, e legítimas, por consequencia, todas as repressões que castiguem severamente os que se atreverem a menosprezar, a desrespeitar a nossa tão legitima soberania, como se diz em occasiões de entusiasmo nacional.

Mas que legitimidade é por exemplo a dos europeus em Africa? Que direito podem invocar, a não ser o da força, para legalisar, em face da razão, uma soberania que é sempre um despotismo?

Em geral empregam-se dois argumentos principais para defender a soberania que os europeus exercem em Africa e noutras partes: o bem que fazemos áqueles povos levando-

-lhes a nossa civilização; e os direitos adquiridos pelos descobrimentos e pelas conquistas.

A posse dum pedaço de terra, porque essa terra se descobriu, funda-se ou melhor, legalisa-se pela mesma arbitrariedade de principios porque se legalisa toda a propriedade particular immovel, Mas, a terra que se descobriu tem um povo, que a conheceu primeiro que o nosso descobridor, e que tambem lhe fica pertencendo. Porquê? Simplesmente porque o descobridor tinha mais força ou mais astucia do que o indigena; e está justificada a conquista!

E todos os descendentes dos homens da epoca da conquista, continuam tendo os mesmos direitos. Porque? Porque nós que já não admitimos que os filhos paguem as culpas dos paes, ainda achamos muito justo que os filhos gosem, sem nada fazerem, daquilo que os paes gosaram fazendo alguma coisa.

É o direito d'herança que nada justifica, mas que desculpa muita coisa.

Sobre a decantada civilização que lá vamos espalhar, é melhor não falarmos. Começamos por mentir quando falamos em civilização, porque o ideal dos governos europeus, seria que as colonias nunca se civilizassem, para que os rendimentos que dellas tiram se perpetuassem. Com todo o nosso poder civilizador, os povos selvagens apenas (e não são todos) nos reconhecem uma superioridade — a das nossas armas de guerra. Comprehendem que somos mais fortes, mas não se convencem, e com razão, de que somos melhores do que eles.

Aos patriotas que se indignem ou se riam do que escrevo, pergunto o seguinte:

São legitimas as nossas conquistas? Devemos castigar os que se revoltam contra a nossa soberania? E' legitima a soberania que mantemos?

Se tudo isso é justo, porque enaltecem e glórficam os que nos defenderam dos castelhanos e de Napoleão?

Porque classificam os homens de 1640 de libertadores e não lhes chamam rebeldes contra a soberania dos Philippes?

Porque chamam heroe e não selvagem, a Viriato, que se oppoz aos romanos, que nos traziam uma civilização superior?

Porque repellem como illegitima a soberania dos outros em nossa casa e acham legitima a que exercemos em casa dos outros?

Quando se trata de nós, invoca-se a Patria como a coisa mais sagrada que ha a defender. Tratando-se de mais fracos a quem nos convem esmagar, não admitimos que se defendam ou se revoltem invocando a Patria, cujo sentimento dizemos ser sagrado!

E nós é que somos os civilizados!...

Demetrio (4)

«O Amigo do Povo» N.º 30

6 de Julho de 1902

JUSTIÇAS E LEIS

Na semana passada este jornal deu a noticia de ter sido absolvido na Relação, Antonio José d'Avila, que fôra condemnado na comarca d'Elvas pelo «crime de inimigo da sociedade», como gravemente dizia um jornal da terra, que teve assim occasião de falar na ordem a defender. No tribunal de Elvas foi condemnado, «sendo elle proprio a confessar as suas ideias»; «ficou portanto provado o crime».

Na Relação entendeu-se — apesar da confissão do reu — que o Avila não era um criminoso; e por consequencia foi posto em liberdade.

Quer dizer: o Avila não estava incluído na celebre lei de 13 de fevereiro de 1896.

E' para isto que servem as leis.

O que é crime em Elvas, não o é em Lisboa. O homem que em Elvas é considerado um inimigo da sociedade, tão perigoso que é necessário encarcerá-lo para que a sociedade se livre d'elle é em Lisboa considerado inofensivo e sufficientemente digno de viver no meio dos homens.

E isto tudo feito com as mesmas leis que devem ser o mais claras possivel, para evitar as differenças de interpretação!

Apparece-nos aqui um exemplo bem frisante da incoherencia das accções dos homens.

Toda a gente sabe e diz, (é questão de ser mais ou menos em segredo) que as leis para nada servem, a não ser para, com as mil interpretações que soffrem, se utilisarem como armas de defeza e de ataque, na lucta selvatica de interesses que constantemente se fere entre os homens.

As leis são feitas, não para serem integralmente cumpridas, mas para serem torcidas consoante as necessidades da ocasião. Esta, com pequenas variantes, é a frase que vulgarmente traduz a opinião que se forma das leis.

Pois bem: haja alguém que diga que as leis não são então necessárias; que os homens podem e devem viver melhor sem ellas; que as leis representam uma coacção á liberdade social do individuo; e que, logicamente não havendo leis, se dispensam os governos e outras entidades que dependem dellas. Diga tudo isso, e os proprios que ha pouco condemnavam as leis, defenderão tenazmente a sua existência como indispensáveis.

E os mais benevolos terão, para aquelle que tirou a conclusão logica do que elles diziam, o sorriso de compaixão que o visitante de um manicomio tem para os desgraçados que lá habitam; porque os outros, exigem para o infeliz que cahiu na asneira de pensar, o castigo que vulgarmente se applica aos ladrões e assassinos.

Mais: conseguiram-se leis de excepção para reprimir as manifestações do pensamento livre. Em Portugal a lei de 13 de Fevereiro pertence a esse numero.

Foi em virtude della que a justiça d'Elvas prendeu, julgou e condenou um homem. O criminoso appellando para outra justiça, obteve ser considerado um bom cidadão.

Se elle não tivesse appellado, a sociedade tinha de o repelir como um seu inimigo, porque os homens a quem ella paga para exercerem a justiça, o consideraram assim.

Mas houve outros homens nas mesmas circunstâncias, que disseram á sociedade que aquelle homem não era um inimigo, mas um bom cidadão.

Quem é que acertou?

Quem é que errou?

Segundo a gerarquia judiciaria, quem tem razão é o tribunal da Relação. Portanto errou a justiça d'Elvas, erro de que resultou ser um bom cidadão incommodado e prejudicado na vida.

Quem é que indemniza o cidadão de todos os danos que soffreu? Então um homem não pode prejudicar outro impunemente e um juiz pode?

Porque?

Mas é talvez tempo de terminarmos, porque se começamos a pensar logicamente, as conclusões que tirassemos

podiam levar-nos «muito longe», do que se não tirava proveito algum.

De resto o bom café toma-se devagar.

Demetrio ⁽⁵⁾

«O Amigo do Povo» N.º 32

20 de Julho de 1902

PRINCIPIO DO FIM

A decadencia é evidente.

Entrevê-se para não muito longe o fim de tudo isto que há bastantes dezenas de annos vêm enterrando Portugal num montão de torpezas e de ignominias. Não é necessário ser-se grande conhecedor de sociedades nem grande filosofo, para se presentir, para breve, a queda inevitável do regimem politico, economico e puramente social que tem vindo assassinando um dos povos mais aptamente constituídos para desempenhar uma notável função progressiva, que melhor quota podia fornecer para o caminhar do progresso humano, para o aperfeiçoamento moral dos povos.

D'um povo que era altivo, que tinha a consciencia dos seus direitos e da sua força, que soubera por vezes impor-se a varios exploradores, que tem o merito de conservar tradicionalmente o que é bom e de rapidamente assimilar o que, representando um progresso, lhe apparece como novidade, d'um povo que quasi chegou a realisar uma patria, no verdadeiro sentido da palavra, desse povo admirável, fizeram algumas dezenas de bandidos, o bando de carneiros mais ridiculamente desprezado que hoje se encontra.

Mas apesar de tudo, apesar de todos os traficantes grandes e pequenos, que se empenham em sugar o povo portuguez até ao ultimo alento, em o conservar no estado de rebanho inconsciente que dirige com uma vara, o povo não morrerá, porque muito acima da força de que podem dispor os bandidos sem consciencia, estão as multiplas forças sociaes, que impellem implacavelmente para a vida, todos os que lhe soffrem os effeitos. As sociedades não recuam, nem morrem,

senão aparentemente; e nos momentos em que maior desfalecimento parecem apresentar, é quando muitas vezes estão proximas d'um rejuvenescimento, em que affirmam a sua vitalidade que parecia ter desaparecido.

A troca, o embate de idéas é actualmente tão formidável, tão universal, que já não se concebe que um paiz nas circunstancias de Portugal, se possa conservar alheio ás manifestações de progresso que abalam o mundo, embora oitenta por cento de analphabetos sejam uma temivel barreira á invasão civilisadora do pensamento.

Basta consultar a historia portugueza. Sempre a reacção dispondo da força, quiz furtar o paiz ao contacto das ideas emancipadoras, julgando que alguma coisa conseguia, que impedia revelações, que uma prisão podia abafar um pensamento.

A reacção foi em todos os tempos e em todos os logares perversa e estúpida. Antagonica com o progresso, incapaz por isso de o comprehender, não vê pelo passado que nunca triunfou, que foi sempre batida.

E' o que acontece no nosso regimem hipocrita, falso desde as instituições ao pão que se come. Amordaçaram o paiz com leis tão vexatorias que só um povo previamente embrutecido, as podia tolerar pacificamente, para que ele não pudesse protestar contra as infamias de que tem sido victima.

Manhosamente, cobardamente, exercem o mais infame despotismo, em nome dum regimem a que chamaram liberal.

E tanto se acostumaram a julgar o paiz incapaz de os perceber, que nem já ocultam as torpezas e as vilanias, julgando-se certos da impunidade. E' ver como os escandalos da administração publica, estão vindo á luz do dia uns apoz sem ninguem ser perseguido, porque o que o fosse seria o primeiro elo da immensa cadeia de prevaricadores descobertos.

E elles contentes, porque o povo está calado! E' esse o erro. Julgam o povo adormecido, porque o não ouvem, quando apenas está attento ao que se passa.

E quando, o que não ha-de ser difficil, elle comprehender tudo, nesse dia acabou-se a pandega, desgraçados!

Demetrio (6)

Vão decorridos doze annos sobre os assassinatos que os sicarios da lei cometeram em Chicago.

As tragicas circumstancias de que este acontecimento foi rodeado, levam-nos a recordal-o como uma data que o proletario jámais pode esquecer.

E' uma das paginas mais sangrentas e odiosas das que conta a historia dos oprimidos justamente revoltados.

Mas se é odiosa para os que tão ferozmente defendiam o privilegio e tentavam esmagar as idéas emancipadoras, que ao tempo com fulgor refulgiam, é altamente honrosa para os martyres que nos deram, a todos que lutamos por um grande ideal, um grande exemplo de coragem e abnegação no sacrificio.

Como tantas vezes tem acontecido, em toda a parte onde ha oprimidos que não se conformam com a infame desigualdade, que mata uns de fome e outros de indigestões successivas, os operarios metalurgicos de Chicago declararam-se em greve.

As reclamações dos operários grevistas, não iam muito longe, pois reclamavam as oito horas de trabalho.

Os capitalistas recusavam-se formalmente a satisfazer as reclamações dos operários: estes resolveram no fim de muita luta, apelar para a propaganda a favor da sua causa, por meio de comicios.

Com os animos exaltados que naturalmente estavam, eram estes comicios agitados, nos quaes, como sempre, a policia intervinha, da unica maneira que ella sabe intervir. Isto deu em resultado, que num desses comicios, no meio de grande agitação, um qualquer mais exaltado, lançasse uma bomba para o meio dos policias. As consequencias são faceis de ver. Todas as violencias, arbitrariedades foram praticadas. Prendeu-se muita gente, e seguiu-se um processo, do qual foram victimas Luy, Parson, Sepies, Flicher e Engel. (*) Homens de grande valor intelectual e moral, foram julgados, condemnados á morte e executados. Um juiz que mais tarde viu e estudou o processo, sem odio para com as victimas,

(*) Estes nomes, não estão correctos. Trata-se de Lingg, Parsons, Spies, Fischer e Engel, e é como tal que serão incluídos no índice remissivo, no final do volume.

declarou que ellas estavam innocentes. Mas que fazer, se ellas estavam mortas!...

A firmeza de animo, a altivez, que mantiveram sempre os acusados, mostram-nos, quanto uma idéa, que é comprehendida e amada, pode elevar um homem á maior altura moral e civica.

Mas se elles foram grandes, maiores talvez se tornaram as mulheres que lhes estavam ligadas por uma afeição.

Pasma-se da coragem, da abnegação dessas mulheres, que pelas palavras que proferiram mostraram ser dignas companheiras de taes homens. Tão grandes, tão altas, que as suas palavras, por se não comprehender a força duma idéa, parecerão traduzir menos amor por aquelles que iam morrer vitimas da sua dedicação.

A esposa de Parson, declarava: «Se de mim depende que Alberto peça o perdão, que o enforcuem».

Nina Van Zant, uma milionaria que se enamora de Sepies, nos julgamentos, escreveu o seguinte:

«Prefiro a censura dessa sociedade moral, que não pode comprehender um verdadeiro amor, duplicado pela comunhão de idéas, e que aceitaria, elogiando-me, o meu casamento com um velho vicioso e invalido, mas que possuísse grandes riquezas».

A mãe de Luiz, escrevia ao filho: «Depois da tua morte, estaria tão orgulhosa de ti, como o estive durante toda a vida».

Uma tia que o adorava, dizia-lhe: «Querido Luiz, suceda o que suceder embora seja o maior dos males, não te mostres fraco perante esses miseráveis».

Conseguiu Luiz não ser enforcado, iludindo e vigilancia dos guardas e adquirindo um cartuxo de dinamite, que mordeu, na ocasião em que o iam buscar para o supliciar.

A indomável energia destes homens, a extraordinária conducta que as mulheres mantiveram, se nos desconsola ao compararmo-las com o que hoje vemos, fortalece os que, convencidos dum ideal de justiça e de egualdade, combatem por elle. E' bom e necessario recordar estas datas: ellas são como bandeiras desfraldadas a indicar-nos o caminho que conduz ao que ha de principal na vida: o cumprimento do dever.

Demetrio (?)

«O Amigo do Povo» N.º 48 9 de Novembro de 1902

Desde que em Portugal appareceram e se desenvolveram as ideias socialistas, tanto do socialismo autoritario como do socialismo libertario, começaram a distinguir-se duas correntes, que se tem ido acentuando, dentro dos campos socialistas. Estas duas correntes, traduzem, como é natural, duas maneiras de tratar a questão, tão importante, do papel que as diferentes hostes socialistas, devem representar perante o partido republicano, ou melhor, perante as instituições republicanas, quer consideradas em principios, quer na sua realisação. Não é apenas em Portugal, mas tambem em todos os paizes onde os principios socialistas têm entrado, que o facto que aponto se tem dado.

Uns intendem como não necessaria e talvez até nociva, a intervenção dos socialistas na vida política dos partidos chamados burgueses; outros consideram essa intervenção necessaria e até indispensável, porque julgam de toda a utilidade para as classes proletárias as modificações que, mesmo no campo da política, possam ser feitas em seu favor. Isto, tanto em Portugal como nas demais nações do chamado mundo civilisado, tem dado origem, não só a discussões serenas entre os pacificos de ambos os campos, mas até a questões entre os exaltados, como afinal de contas, sempre e em todos os embates de ideias acontece. Mas em cada um dos dois campos, ha os intransigentes que nada cedem em favor das opiniões por outros manifestadas, e ha os que transigem um pouco mais talvez por desejo de concordia entre todos, do que por aquiescencia a principios ou processos de acção. Se em outros paizes tem essas questões feito progredir os ideias socialistas, porque alguma cousa de bom vem sempre do embate de pessoas que pensam, não parece que em Portugal tenha sucedido o mesmo, porque, é triste dize-lo, constata-se que a organização de todos que professam ideias sociaes avançadas, está manifestamente improgressivo. Será isto porque em Portugal não tenha havido questões entre pessoas que pensam? Talvez. O que é certo, é que se os socialistas de todos os matizes tem incontestavelmente crescido em numero, têm incontestavelmente diminuido em força, porque se dissipou a pequena organização que se formara com os entusiasmos dos primeiros tempos de luta. O que resalta aos olhos, é que existe um enorme

desanimo em muitos, uma revoltante indiferença em muitissimos, contra a qual se vae quebrar a boa vontade de alguns, que nunca desanimam, que trabalham sempre, apesar de verem que é quasi inutil toda a energia que dispendem. Tem este estado de cousas, muitas cousas, de que me irei ocupando, no desenvolvimento de artigos que seguirão a este. Todos os males de que enferma o paiz, têm a mesma causa, a qual destruida, dará em resultado, um impulso progressivo a toda a nação, que hade assombrar os mais refractarios a julgarem o povo portuguez capaz de grandes progressos. Muita gente considerará estas palavras como filhas duma utopia otimista; para esses, serve a história que, sem sair de Portugal, nos ensina como um povo nas circunstancias do portuguez, não só não morre, mas é dotado da faculdade de depressa assimilar e de depressa progredir. Os povos como o portuguez, não conhecem o progresso lento e constante, que depende de muita tenacidade e energia; civilizam-se como que aos saltos, dos quaes precisam repousar, estacionar, para de novo tornarem a saltar collocando-se na primeira linha dos que sempre caminham.

Nós não somos evolucionistas, somos revolucionários. Por isso a nossa história como a dos povos analogos, é feita de surpresas extraordinarias; do maior abatimento moral e material, levantamo-nos quasi repentinamente, a ponto de parecermos que chegamos a exceder os outros povos que progridem numa continuidade constante.

Portugal talvez nunca tenha atravessado uma fase tão assustadora como a actual, pois num dado momento, inesperadamente, ha-de surgir com mais força do que nunca, o povo que todos julgavam moribundo.

Mas o facto, que é fatal, pode ser demorado; e o dever de todos que desejam um pouco de vida e de progresso é trabalhar para apressar o que ha-de salvar a nação.

A queda da monarquia é condição indispensável para o progresso do povo portuguez; com a continuação do regimen monarchico-autocratico-oligarquico que nos governa, só podem continuar os desastres de que o povo é victima; o reconhecimento d'esta verdade é o reconhecimento da necessidade de actuar o mais energicamente possível, para a constituição dum regimen melhor.

Estas afirmações que faço tentarei demonstra-las em outros artigos; chegamos a tempo de se começar a falar claramente, a dizer bem alto o que é indispensável fazer para bem de todos.

Demetrio⁽⁸⁾

«O Amigo do Povo» N.º 55 11 de Janeiro de 1903

NOTAS

(¹) Este texto de E. C. demonstra claramente a sua grande preocupação, já em 1902, pela organização dos trabalhadores da sua terra. Em comparação com o proletariado dos grandes centros urbanos, e, em especial com o dos centros industriais do litoral, a população trabalhadora de Portalegre apresentava um atraso muito significativo quanto ao seu grau de organização. Até 1910, não foram criadas naquela cidade quaisquer associações de classe.

Os corticeiros, classe de vanguarda na organização e luta dos operários industriais portugueses, contavam-se entre os mais prestimosos lutadores por um movimento sindical à margem do P. S., e serão, também em Portalegre, a classe que primeiro empreenderá a construção da sua associação. São os operários da fábrica de transformação de cortiça «Robinson», fundada nos finais do século passado pelo industrial inglês George Robinson, que, em 10 de Dezembro de 1910 inaugurará a sua associação de classe, fruto do abnegado esforço de alguns trabalhadores dos quais é justo destacar os nomes de Carlos Pereira Ramos, José Maria Frazôa e Lourenço Maria Mouro, para além do contributo de Emílio Costa que, nos anos seguintes e na medida do possível, proferirá numerosas conferências não só naquela associação, mas, também nas que entretanto foram surgindo — Trabalhadores Rurais, Alvanéus, Carpinteiros Civis.

Somente oito anos depois, Emílio Costa verá tornar-se realidade o seu apelo nas páginas de «O Amigo do Povo».

(²) A crítica aos erros passados, a «demasiada confiança» e as «atraições e cobardias», era não só dirigida aos republicanos do 31 de Janeiro, mas também à actuação do P. R. P. naquele momento. Em plena crise, que o Congresso de 1902 não conseguiu resolver, ultrapassado pelas acções das massas descontentes, como foi o caso da «Revolta do Grelo» de Coimbra (Março de 1903), o Partido somente a partir deste ano começará a rever a sua tática e a sua estratégia. Artigos deste tipo, denunciando a passividade e o oportunismo dos dirigentes republicanos, serão frequentes nas páginas de «O Amigo do Povo».

(³) Este artigo serve de complemento ao precedente. O povo não confia nos republicanos porque eles não inspiram confiança. «Porque quanto elles mais falam de organização, mais desorganizados se encontram». Eis uma bem curiosa referência à necessidade de «organização» para o assalto à monarquia.

(¹) Lúcido e corajoso, é a classificação que daríamos a este artigo. Lúcido porque não era fácil encontrarem-se em 1902, se exceptuarmos uma magra meia dúzia de militantes ligados ao Movimento Operário, quem defendesse ideias anti-colonialistas. Corajoso, porque na verdade, quando toda a Nação «sã», tremia de fervor patriótico ante as façanhas do exército colonial em África, onde as tropas portuguesas, auxiliadas por colaboradores, armadas com equipamento moderno derrotavam os «rebeldes» fracamente armados com o que a tradição lhes legou, era necessária uma grande coragem para classificar de «jugo» a dominação portuguesa, isto, para além de reconhecer às revoltas dos autóctenes um estatuto de autêntica guerra de libertação comparável a tantas outras ocorridas na história. De realçar que os oficiais «africanistas» constituíam o sector mais reacccionário da monarquia, chegando muitas vezes a divergir das posições governamentais quando estas eram menos duras para com os republicanos. De entre os oficiais «africanistas», é justo salientar o nome de Paiva Couceiro.

(²) A justiça em Elvas e em Lisboa. A grande diferença entre uma cidade de província profundamente dominada pelos políticos monárquicos onde pontificavam os grandes proprietários agrícolas, e uma capital, onde os republicanos aproveitavam os menores deslizes governamentais. Como facto curioso, trata-se do julgamento de António José Ávila, que se distinguirá até à sua morte, em 6 de Dezembro de 1923, como um dos mais destacados militantes anarquistas, tendo desenvolvido grande actividade no sul do país, nomeadamente em Elvas, Beja e no Algarve. Ver a propósito as notas biográficas contidas no «*Almanaque de A Batalha*» para 1926, pág. 149/53.

Uma referência também à célebre e «celerada» lei de 13 de Fevereiro, reprimindo o anarquismo, e promulgada depois da ocorrência de alguns actos que nunca foram bem esclarecidos — o apedrejamento da carruagem real, e a explosão de uma bomba em Lisboa. Acto de um louco o primeiro? Provocação policial o segundo? O que é certo é que esses acontecimentos forneceram um óptimo pretexto ao governo para a confecção da citada lei que previa penas tão «leves» como a deportação para Timor...

Fernão Botto Machado, descreverá alguns anos mais tarde, o efeito psicológico da lei:

«Publicada aquela lei d'assassinos, quasi todos procuraram evitar qualquer leve referencia á palavra «anarchia», com o mesmo terror supersticioso que os levaria e evitar um aperto de mão Borgias.»

(Artigo «*Lei de 13 de Fevereiro*», publicado na revista «*Luz e Vida*», n.º 3, de Abril de 1905. Director Ângelo Jorge).

(³) E. C. retoma assim um tema largamente utilizado pela propaganda republicana após o Ultimatum. A monarquia transformara o povo que era «*altivo*», num «*bando de carneiros*». Mais tarde ou mais cedo, esse mesmo povo daria aos déspotas a devida resposta por tantos vexames sofridos. Como se escrevia nos tempos da «humilhação nacional»:

«Haveis de ver por fim como a Pátria se mostra a quem a trata assim...»

(Panfleto em verso «*A Baixeza — Carta ao Rei*» de João Português, Lisboa 1890).

(7) A efeméride do massacre de Chicago serve de pretexto para Emilio Costa lembrar que «o primacial na vida: o cumprimento do dever».

(8) Neste artigo, E. C. toma posição quanto à questão «Monarquia ou República». Ao contrário de muitos anarquistas que não viam grande diferença entre o P. R. P. e os partidos monárquicos, afirmando que o capitalismo, a autoridade e o Estado se manteriam inalteráveis, propondo uma neutralidade da classe operária e, muito particularmente das organizações libertárias nesse diferendo «político», E. C. era de opinião que a República seria um passo positivo.

Arastados pelo imediatismo revolucionário dos republicanos, definido com mais clareza a partir de 1908, largos sectores da classe operária preferiram filiar-se na «Carbonária» ou mesmo no P. R. P. do que integrarem as suas associações de classe. No fabrico de bombas, nos atentados, e depois, nos dias 4 e 5 de Outubro de 1910, distinguiram-se numerosos trabalhadores, muitos dos quais anarquistas.

E. C. toma uma posição intervencionista. Pretendia iniciar uma série de outros artigos onde continuaria a expôr o seu pensamento quanto a essa questão. No entanto, no número de «O Amigo do Povo» de 21 de Janeiro de 1903, Emilio Costa anuncia a próxima edição de um opúsculo onde seriam incluídos os artigos que inicialmente destinara ao «Amigo do Povo». É com efeito em 1903 que é publicado «É Precisa a República?».

«É PRECISA A REPÚBLICA?»

Da obra «*É Precisa a República?*», extraímos o capítulo que se segue, por o considerarmos o mais importante e o que tem mais dados no seguimento do artigo publicado em «*O Amigo do Povo*» e que transcrevemos. Emílio Costa aprofunda agora a questão de colaboração ou não colaboração na implantação da República em Portugal, e de qual deverá ser em sua opinião a posição dos «socialistas libertários» portugueses.

SOCIALISTAS E LIBERTÁRIOS

Em principio deste anno publiquei, num jornal de provincia, um artigo onde se lia o seguinte: (*)

«Desde que em Portugal apareceram e se desenvolveram as ideias socialistas, tanto do socialismo autoritário como do socialismo libertario, começaram a distinguir-se duas correntes, que se têm ido acentuando, dentro dos campos socialistas.

(*) Ver artigo «*A República*» publicado em «*O Amigo do Povo*», n.º 55 de 11 de Janeiro de 1903. (*Nota nossa*).

Estas duas correntes, traduzem, duas maneiras de tratar a questão, tão importante, do papel que as diferentes hostes socialistas, devem representar perante o partido republicano, ou melhor, perante as instituições republicanas, quer consideradas em principio, quer na sua realização. Não é apenas em Portugal, mas também em todos os países onde os principios socialistas têm entrado, que o facto que aponto se tem dado.

Uns intendem como não necessaria e até talvez nociva, a intervenção dos socialistas na vida politica dos partidos chamados burguezes; outros consideram essa intervenção necessaria e até indispensavel, porque julgam de toda a utilidade para as classes proletarias as modificações que, mesmo no campo da politica, possam ser feitas em seu favor. Isto, tanto em Portugal como nas demais nações do chamado mundo civilisado, tem dado origem, não só a discussões serenas entre os pacificos de ambos os campos, mas até a questões entre os exaltados, como afinal de contas, sempre e em todos os embates de ideias acontece. Mas em cada um dos dois campos, há os intransigentes que nada cedem em favor das opiniões por outros manifestadas, e ha os que transigem um pouco, mais talvez por desejo de concordia entre todos, do que por aquiescencia a principios ou processos de acção. Se em outros países têm essas questões feitas progredir os ideias socialistas, porque alguma cousa de bom vem sempre do embate de pessoas que pensam, não parece que em Portugal tenha sucedido o mesmo, porque, é triste dizer-lo, constata-se que a organização de todos que professam ideias sociaes avançadas, está manifestamente improgressiva».

.....

Ninguém pode afirmar seriamente, que o estado de organização dos partidarios de ideias sociaes avançadas, seja florescente. Se a evolução das ideias socialistas se tivesse efectuado normalmente, a organização socialista seria hoje uma cousa respeitada e temida, aos annos que ella tem de vida. Alem da organização estar manifestamente atrasada por todo o pais, pode talvez dizer-se que já se encontrou menos decadente, que os socialistas já combateram com mais entusiasmo, com mais amor pela causa. Falo, é claro, na generalidade. Em todos os tempos tem havido dedicados que se sacrificam por uma ideia que muitos abandonam; e não deixa de os haver actualmente.

Ou essa febre, esse ardor da luta fossem devidos ao entusiasmo dos primeiros annos, ou a haver maior numero de illusões que depois se desvaneceram, o que é verdade, é que a indiferença e o desanimo são enormes nas fileiras socialistas. Como o phenomeno é de natureza social, tem naturalmente diferentes causas, muitas das quaes escapam á rapida observação que preside a um pequeno trabalho como este. Todavia, parece-nos que se podem apontar algumas, que são das mais importantes, se não forem as principaes que originaram o estado um tanto improgressivo em que se encontra a organização socialista, sobretudo a do socialismo chamado autoritario (*). Há causas comuns a ambos os socialismos autoritario e libertário; e ha causas que affectam mais especialmente cada uma das facções socialistas.

*
* *

A principal causa que tem obstado ao natural desenvolvimento das ideias socialistas, é a mesma que se opõe á propaganda do livre pensamento, a mesma que persegue os republicanos activos e sinceros, a que proteje a reacção religiosa; são os governos da monarchia.

Tudo que traduza um pensamento avançado, uma ideia de progresso e por consequencia um perigo para a estabilidade da monarchia conservadora e reaccionaria; tudo que represente uma ideia de liberdade e de justiça, tem de contar com o odio e a perseguição franca ou disfarçada dos defensores do privilegio e da injustiça.

Os esforços que o governos fazem para a conservação do analfabetismo, a perseguição ás escolas laicas fundadas por dedicados á boa causa, a protecção dispensada á educação religiosa, o que é senão a guerra ás ideias de justiça e liberdade de que elles temem o progredimento, porque d'elle resulta a sua morte?

O que lhes convem senão preparar o povo para se tornar quanto possível adverso a aceitar principios emancipadores? Para isso é necessario que o povo se fanatise por principios opostos áquelles; que se fanatise pela religião, e pela força.

(*) Para simplificar chamarei *socialistas* aos autoritários e *libertários*, aos socialistas libertários.

Por isso a protecção á Egreja; por isso o esforço, que ha alguns annos se vem fazendo, para desenvolver, na população do pais, o espirito militarista, patrioteiro, nacionalista.

Por outro lado, vae progredindo a protecção ao operario, dispensada pela alta classe — fidalgos aburguezados e burguezes afidalgados — pelos que dispõem de dinheiro e de influencia. Fundam azilos e associações para operarios, onde lhes ensinam a repudiar os ideaes que os companheiros lhes pregam e a olhar, cheios de reconhecimento e gratidão, para o endinheirado bemfeitor, a conformarem-se com a sua sorte, como manda a doutrina de Cristo. E esses *piedosos* estabelecimentos não-de progredir, porque não só os que os sustentam possuem o dinheiro que vence uma parte das dificuldades como dispõem da protecção, dos governos, que vence as dificuldades restantes.

Para se fundar qualquer instituição de character popular e progressivo, amontoam-se as dificuldades, tropeça-se constantemente com leis e decretos que obstruem o caminho. E muitas vezes tem que se disfarçar, que se ocultar o verdadeiro fim da instituição, por mais humano e pacifico que seja, para não se perder tudo com a prohibição formal de um policia qualquer. Invade-se, fecha-se e acaba-se com uma associação com o maior desplante e a maior semcerimonia, sem dizer porque nem para que, tendo os assaltados que se calar; senão as doçuras da cadeia lhes farão ver a vantagem que há em suportar silenciosamente os caprichos e a vontade absoluta de quem manda.

Para se estabelecerem escolas, oficinas e associações cristãs, não ha leis nem decretos que possam impedir a fundação de tão filantropicas instituições. Tudo são facilidades para os simpaticos iniciadores da obra de caridade, de protecção aos pobres!

*
* *

Outras causas têm contribuido para retardar o desenvolvimento dos principios socialistas, entre as quaes sobresaee a maneira como as ideias socialistas foram interpretadas, em relação com o pais em que tinham de ser propagadas. Socialistas e libertarios têm praticado o mesmo erro que praticam os homens que nos governam. Os governos em Portugal, querendo aplicar ao pais uma lei que noutros paises da Europa

produz bons resultados, ordenam a sua execução, sem estudarem, se ella, tal como foi noutros povos applicada, poderá ou não convir a Portugal. Dahi resulta que leis, que na Inglaterra, na Alemanha ou na França produzem resultados relativamente beneficos, produzem, quando applicadas em Portugal, efeitos desastrosos. Principios e leis são observados em toda a sua pureza, em vez de sofrerem a natural modificação que sofreriam, se fossem adaptadas ás necessidades e ao caracter do pais. Isto resulta dos governos em Portugal serem por excellencia empiricos, imitadores inconscientes de politicos mais dignos deste nome, governando sem ideias proprias, umas vezes impelidos pela corrente da politica internacional, outras obedecendo ao capricho do chefe do Estado.

Quando o operariado europeu despertou com a *Internacional*; quando por toda a parte lavrava um entusiasmo enorme entre as classes trabalhadoras, entusiasmo que, em grande parte, provinha de julgarem a queda da burguesia mais próxima do que na realidade estava; quando em toda a Europa trabalhadora se sacudia o operariado para a luta, Portugal não podia ficar, como não ficou indifferente a essa grande agitação. As ideias socialistas tinham devotados propagandistas, homens como Anthero de Quental e Fontana, que conseguiram que Portugal não ficasse completamente alheio ao movimento socialista europeu.

Como sempre acontece com ideias adquiridas, tratou-se de propagar em toda a sua pureza os principios socialistas. A propaganda dum ideal, faz-se ao principio sem se lhe alterar o menor detalhe, a mais pequena particularidade. Procede-se assim, porque se julga que o mais insignificante desvio na doutrina, ocasiona a perda do ideal que se apostoliza, ou que causa uma transigencia de principios que traduz incuria e até deshonestidade. Os que vivem combatendo por uma ideia, sabem muito bem o que são as intransigencias. Com o tempo diminue geralmente o entusiasmo ou pelo menos a sua exteriorisação; mas o que sempre diminue é a intransigencia, ou melhor, a intolerancia do começo, para dar logar nos espiritos bem orientados, á intransigencia acompanhada de tolerancia; e nos desequilibrados, a verdadeiras transigencias que á força de caminharem, se transformam em indifferença.

Tem havido de tudo isto nos partidos socialistas em Portugal. Contudo, nos que não foram atacados do desalento

ou da indiferença, a que muitos talvez chamem scepticismo, nos que ainda combatem, predomina a opinião de que as ideias socialistas e libertarias devem ser propagadas em toda a sua pureza teorica, sem mistura, na pratica sobretudo, de ideias socialmente menos avançadas. Isto provem de se não estudar o pais onde se prega e onde se pretende pôr em pratica um determinado campo de doutrinas.

Parece desconhecer-se a verdade, já tão banal, de que não ha doutrina alguma, que produza os mesmos resultados em toda a parte. Não se vê que toda a ideia sofre modificações consoante os povos onde ella se propaga e até entre os diferentes profissionais do mesmo povo. E essa modificação, ou é feita em parte, pelos propagandistas, que estudam o character de vida do povo, procuram adaptar-lhe o melhor possível a nova ideia, sem contudo a alterarem na sua essencia, o que seria absurdo, ou a modificação é produzida sem a intervenção dos propagandistas, pela massa popular, que vae adaptando a ideia ás suas conveniencias e ao seu character.

No segundo caso ha o inconveniente da modificação, apesar de fatal, ser mais demorada, por ser contrariada pelos propagandistas da doutrina pura, que não vêem que, procedendo assim, retardam a evolução das ideias no povo, retardando o advento da era social com que sonham e por que lutam.

Basta ver o aspecto que o socialismo tomou nos diversos paizes em que appareceu. Não ha dois, onde assuma exactamente o mesmo character. Sem deixar de ser a mesma doutrina na essencia, tomou caracteres differentes, quer na propaganda, quer na maneira como o movimento se manifestou. O ideal dos socialistas alemães, francezes, inglezes, etc., é o mesmo; aspiram todos uma transformação social identica. No entanto o socialismo manifestou-se segundo o character, as instituições e as necessidades de cada povo.

O socialismo alemão é o tipo do socialismo disciplinado. As hostes socialistas movem-se na Alemanha como um exercito; a propaganda é organizada e executada segundo planos e metodos previamente estudados. Na Inglaterra, apparece-nos o tipo do socialismo utilitário. Ali procura que o movimento associativo seja o mais possível fecundo em resultados immediatos e visiveis; por isso a Inglaterra é o pais da Europa que possui associações operarias mais ricas, onde as greves se mantêm mais tempo com recursos proprios.

Na Russia, o socialismo tomou em grande parte o aspecto politico. Sofreu a influencia da enorme corrente politica da nação e reconheceu que o seu desenvolvimento, o seu progresso, dependiam da solução do problema politico do imperio. Na Hespanha e, a principio na Italia, o socialismo chamado autoritario, poucos progressos fez, porque esses paises abraçaram com muita facilidade o socialismo libertario. E o que a este respeito se disser da Hespanha, pode dizer-se de Portugal.

A França é neste campo, como em muitos outros, o pais onde se reflectem todas as opiniões, todas as doutrinas, onde ha sempre adeptos para qualquer ideia que apareça. E' o povo onde as ideias mais se chocam, onde as paixões pelas questões politicas e sociaes mais fortemente se manifestam, onde, por isso, todas as facções socialistas, desde o socialismo catolico até ao mais radical anarquismo, têm entusiasticos partidarios. As manifestações que a ideia socialista tomou em França estão em harmonia com o caracter do povo francez. Estudem-se os caracteres dos diferentes povos, revelados na história e na ethnographia de cada um e ver-se-a que (como não podia deixar de ser) todas as manifestações são conformes com o caracter de cada povo. E' claro que quando me refiro ao aspecto que as ideias socialistas assumiram em cada pais, não quero dizer que elle seja unico, que outras facções socialistas não tenham representantes. O que apenas pretendo frisar, é o aspecto predominante, o mais geral, o caracteristico.

Em Portugal não se tem estudado o caracter do povo, a história das suas instituições, para se fazer uma util propaganda de principios. Quer-se impôr a doutrina tal como foi importada, sem se atender á necessidade de coadunar a propaganda da ideia com a indole e as necessidades dos portugueses. O resultado tem sido uma desharmonia constante entre os propagandistas do ideal puro e aqueles que julgam necessario transigir, em parte, com as necessidades do pais, como condição indispensavel do progredimento da ideia. Nem uns nem outros têm aproveitado com esta divisão e só o povo tem perdido, porque, victima destes embates, conserva-se pouco menos do que estacionario, indifferente e desconfiado.

*
* * *

Das facções socialistas, aquella que, contudo, acusa menos progressos, é a do socialismo chamado autoritario. Não falo aqui do individualismo radical, porque esse apenas contou três ou quatro cultores, tendendo em toda a parte para desaparecer. Max Stirner, teve, felizmente, poucos continuadores: em breve, cremos, hão-de acabar por completo.

O socialismo tem feito diminutos progressos, se é que se não mostra algo decadente. O libertarismo, tem, pelo contrario, feito visiveis progressos, embora não sejam muito grandes, apesar da propaganda libertaria se desenvolver mais tarde e de os libertarios soffrerem mais contrariedades não só da parte dos governos, como pela reluctancia de muita gente em aceitar uma doutrina que tem o nome inconscientemente odiado de *anarquismo*.

E a decadencia do socialismo e o progresso do libertarismo, hão-de-se ir acentuando de dia para dia. Qual a causa ou causas que produzem estes resultados? Ha muitas; mas duas se avantajam e que por si só, bastam para justificar a decadencia dum socialismo e o progredimento do outro: o character da doutrina socialista, que não se adapta á indole portugueza, que está em antagonismo com as tradições, com os costumes, com a vida do povo; e os erros de propaganda que os socialistas têm praticado.

O mesmo acontece em Hespanha, pelo menos no que diz respeito á primeira causa. Não se pode contestar, que neste pais, o libertarismo leva uma enorme vantagem sobre o socialismo.

Não é dos intuitos deste opusculo, fazer uma critica das doutrinas libertarias. O que unicamente pretendo é pôr em confronto, o que todos conhecem das duas doutrinas, na sua applicação proveitosa ao povo portuguez.

Dentro dos dois grandes grupos em que se dividem as modernas ideias sociaes, — o socialismo e o libertarismo — cabem todos os outros, porque cada um deles não é mais do que um dos primeiros, modificado em detalhes, modificação que não constitue uma doutrina isolada.

O Estado, é a barreira que separa os dois principios. Se são grandes os pontos comuns que existem nas reivindicações de ambos, são maiores talvez, as divergencias

ocasionadas pela admissão ou rejeição da tão discutida entidade social, — Estado. Se da abolição da propriedade imobiliária individual, a mais importante de todas as aspirações comuns a socialistas e libertários, resultam enormes modificações na organização da chamada sociedade burguesa, é evidente que da abolição do Estado, resultam para essa sociedade, modificações de muita maior importancia.

Se o ideal republicano é bello porque nos dá a liberdade; se o socialista é melhor porque alem da liberdade no dá a egualdade, o libertarismo é-lhes superior, porque nos traz não só a liberdade e a egualdade, mas a fraternidade.

Se a republica é a expressão social da revolução politica, se o socialismo é a expressão da revolução economica, o libertarismo exprime a revolução moral, humana.

Por mais que o afirmem os partidarios do socialismo, este não resolve nem ataca todas as questões sociaes. E' facto que os socialistas têm aumentado o ambito dos seus estudos e da sua acção. A acusação que lhes era lançada, de que elles pugnavam apenas por uma questão de estomago, em virtude de serem tratadas pelos socialistas, quasi exclusivamente as questões economicas, se não era literalmente exacta, não deixava contudo de conter alguma verdade. Modernamente é que os socialistas têm abraçado mais alguns problemas sociaes, não para que se não dissesse que a doutrina socialista era somente questão de estomago: mas porque reconheceram que tratando apenas de questões económicas, as suas reivindicações, embora sob todos os pontos de vista inteiramente justas e nobres, perdiam muita importancia, amesquinhavam-se, por ficarem isoladas no meio de muitas outras que perturbam bastante a sociedade e que demandam tambem a respectiva solução, para que a sociedade viva mais justa e livremente.

E' verdade que se diz, e com certa razão, que não só as questões economicas são as mais importantes numa sociedade, mas que todas as outras se lhe subordinam. Da questão economica, diz-se, dependem todas as outras; e resolvida ella, estão resolvidas todas.

E' um facto, que os interesses materiaes do homem se antepõem a todos os outros. Foram naturalmente a alimentação, o vestuário e o abrigo, as primeiras preocupações do homem, como o são ainda hoje. Mas á medida que se se foi civilisando, foram aparecendo novas necessidades que embora nascidas das pri-

meiras, se foram todavia, distanciando dellas cada vez mais. Essas novas necessidades deram logar a outras, multiplicaram-se assombrosamente e muitas, como que se emanciparam, se tornaram autonomas. E adquiriram tamanha importancia nas sociedades, que sendo como que filhas das necessidades materiaes, organicas, chegam por sua vez a influir poderosamente tanto na economia individual como na colectiva.

Embora as necessidades economicas individuaes e colectivas sejam as mais importantes, porque a vida depende da sua satisfação, não se pode tambem negar que ha actualmente outras de tão grande importancia, que pode dizer-se que não ha um homem, dos que pertencem ao chamado mundo civilizado, que não tenha, fora das necessidades fisiologicas, outra ou outras, que têm para elle quasi a importancia daquelas, chegando até a serem excedidas. Algumas, com o andar dos tempos, tornaram-se verdadeiras instituições, destinadas á sua satisfação, tornando-se outros tantos problemas sociaes, cuja solução se impõe hoje tanto como a dos economicos; não porque tenham na realidade a mesma importancia para a vida; mas porque a sua solução auxilia poderosamente a resolver as questões economicas fundamentaes. Basta considerar na importancia da religião, da politica, da autoridade. Essa importancia é tal, que as mais devastadoras guerras que a humanidade tem sofrido, são as religiosas e as politicas.

Os homens têm lutado de preferencia por ellas, adquirindo primeiramente a liberdade de consciencia, em seguida a liberdade politica; e depois é que veio a questão economica, para a solução da qual se impõe a liberdade religiosa e politica, onde ellas ainda não existam de facto.

Bem sei que todas estas lutas em que os homens se envolvem, não servem, na essencia, senão a magna questão económica. Mas os homens é que nunca se bateram, sabendo quaes os resultados economicos, mediatos, que as suas contendas provocam. O que os apaixona, o que os leva a desprezarem os interesses materiais, a transformarem a economia individual e social, são necessidades de outra ordem, cuja satisfação antepõem a tudo. Diz o filosofo com muita razão: *Primum vivere, deinde philosophari*, mas os homens é que têm sempre conscientemente anteposto o *philosophari* ao *vivere*, embora inconscientemente deem razão ao filosofo.

Muitos dos importantes problemas que agitam as sociedades, tem sido pouco menos que desprezados pelos socia-

listas. E é a universalidade dos problemas sociaes atacados pelos libertarios, que faz que a sua doutrina seja social, na mais ampla acepção da palavra.

Somente a ideia libertaria pede uma transformação completa da sociedade, e não apenas uma das suas instituições, como ás outras acontece. Ataca todas as injustiças e defende todas as liberdades dignas deste nome. Por isso ao passo que os socialistas se podem abster de tomar parte em quaesquer reivindicações que não digam respeito directamente á sua doutrina, os libertarios, pela universalidade das suas ideias, têm o dever de intervir a favor da justiça e da liberdade, em qualquer campo e ocasião em que ellas se encontrem em perigo.

Mas deixemos digavações que se alongam e voltemos aos socialistas portuguezes.

O socialismo não tem progredido entre nós, porque não se coaduna com o caracter do povo e porque tem praticado erros de propaganda.

Toda a vida social portugueza, se tem manifestado sempre, por uma grande tendencia para a descentralisação. O portuguez é essencialmente federalista, autonomo, regionalista. Suporta actualmente uma feroz centralisação, porque está bestializado, sem consciencia do que foi e do que é capaz de ser. Por isso lhe ha-de repugnar fatalmente, a doutrina centralista do socialismo de Estado; ao passo que ha-de aceitar de boa vontade a doutrina libertaria, que é federalista por excelencia.

Alem disso, o socialismo de Estado, se é comprehendido facilmente por espiritos inglezes e alemães, é mais difficilmente assimilado por espiritos portuguezes. Em cada cem portuguezes, dez comprehendem melhor o *Kapital* do que a *Conquista do pão*; noventa, preferem o livro de Kropotkine ao de Marx (**). E o que acontece com os tratados onde os problemas são encarados mais ou menos scientificamente, dá-se ainda mais vulgarmente, quando as duas ideias se propagam entre o povo, menos preparado intellectualmente para as receber. Quem tenha alguma vez feito propaganda de doutrinas socialistas e libertarias, ha-de reconhecer as dificuldades que ha em fazer comprehender a ignorantes, a teoria económica socialista; e a faci-

(**) Esta passagem é extraordinariamente clara. A propaganda anarquista, directa, clara, «terra a terra», obtém uma adesão mais rápida de parte da massa inculta. (Nota nossa).

lidade relativa com que elles comprehendem as questões economicas, moraes, anti-autoritarias dos libertarios, sendo ambas as doutrinas explicadas rudimentarmente.

Os erros de propaganda que os socialistas têm praticado, contribuem para que a sua ideia se tenha propagado tão pouco. Sobre ser o ideal socialista pouco apto a assimilar-se, os socialistas não o têm sabido propagar entre o povo.

Os socialistas portugêses não atendem a que Portugal é um paiz essencialmente agricola, onde a grande industria não está desenvolvida e onde não existe portanto uma numerosa classe operaria. Desprezaram o campo, não espalharam a sua doutrina entre os trabalhadores ruraes, circunscrevendo a propaganda aos centros industriaes mais importantes. Dahi resultou que a ideia socialista medrou apenas numa pequena minoria, pois que, mesmo nos centros fabris, tem que se defrontar com os libertarios que lhes estão levando manifesta vantagem.

Os socialistas italianos, obraram com muito mais criterio, porque sendo a Italia um pais em circunstancias analogas ás do nosso, viram que era necessario atender á grande maioria proletaria, que na Italia é, como em Portugal, formada por camponezes. E com tanto entusiasmo e acerto tem trabalhado, que a Italia é actualmente um dos paises onde os trabalhadores do campo têm maior e melhor organização. Por isso, este pais nos apresenta em 1902, 1:844 greves, das quaes 889 de operarios industriaes, 660 de camponezes e 225 de proletarios de outros misteres. Se se considerarem as dificuldades que ha em fazer a propaganda nos campos, não se pode contestar que o numero de greves agrarias é importante. Os resultados conhecidos, dão 1:099 greves ganhas e 732 perdidas.

Uma grande parte destes lisongeiros resultados, devem-se aos socialistas, porque na Italia, conquanto a corrente mais geral tenha sido e continue sendo libertaria, os socialistas têm nos ultimos annos adquirido grande importancia, devida com certeza, em parte, ás ferozes perseguições de que os libertarios são objecto naquelle pais.

Muito mais têm feito os libertarios portugêses no que respeita á propaganda nos campos. Basta para o provar, a publicação de folhetos de propaganda que socialistas e libertarios têm feito circular entre os trabalhadores.

Outro erro de propaganda, e este praticado por todos, tem sido o abandono que são em geral, votadas as mulheres. Com certeza que Portugal é o país da Europa, onde a mulher se conserva mais afastada do movimento social. Esta incuria é indesculpável, não só porque procedendo assim, se pratica uma enorme injustiça, mas porque se perde para as reivindicações dos trabalhadores, um dos mais fortes apoios que podem ter.

Entre nós, ainda infelizmente, muitos que se dizem avançados, não consideram a mulher suficientemente apta para se ocupar de questões sociais. Preferem restringir o seu papel na sociedade, ao de dona da casa, muitas vezes parecido com o de escrava doméstica, deixando-lhe a liberdade, quando alguma lhe deixam, de pensar como quizer, sem a educarem, o que oferece o perigo de ser absorvida com os filhos pela Igreja vigilante, o que transtorna e inutiliza completamente a ideia que elle cá fóra prega aos outros.

*

* *

Os libentarios portugêses, que têm a seu favor as circunstancias etnicas e historicas ou politicas do país, têm contudo avançado pouco, embora o ideal libertario esteja mais vulgarizado que o do socialismo de Estado. Mas para honra delles, não se pode dizer que sejam elles os culpados do pequeno progresso que a ideia tem feito; as dificuldades que obstat ao seu desenvolvimento, são enormes.

Na ocasião de maior entusiasmo da propaganda, quando os bons servidores da ideia, os desinteressados, os que se sacrificam, apareciam de todos os lados, fazendo prever que o ideal libertario teria em breve um desenvolvimento que o tornaria temido e respeitado, appareceu a lei de 13 de fevereiro de 1896, que, pode dizer-se, cortou por algum tempo, as azas ao libetarismo(***). Muitos e dos melhores foram inutilizados; outros tiveram que se sujeitar, para tudo se não perder, a um forçado silencio, ou a mudar completamente de tática e de processos de propaganda; alguns dominados pelo terror,

(***) Sobre a Lei de 13 de Fevereiro, aconselhamos a leitura do artigo de Salgado Zenha «A Repressão do Anarquismo na Monarquia», publicado no número de Dezembro de 1969 de «Seara Nova», (n.º 1490). (Nota nossa).

abandonaram a propaganda, caindo no indiferentismo, outros desalentados ou scepticos. Foi um golpe rude de mais, para que a propaganda da ideia se não ressentisse delle por largo tempo. Contudo, os mais ousados nunca perderam a energia e a confiança; e outros novos têm surgido. E apesar das continuas perseguições, de todas as arbitrariedades que á sombra de leis iniquas se praticam, ou mesmo sem apoio de lei alguma, por mero capricho da autoridade; apesar de tudo isso, a ideia tem-se propagado; e se os seus progressos não são tão rapidos como seria para desejar, são todavia constantes e visiveis.

Um grande mal que afecta tambem os libertarios é a grande desunião que lavra entre uns e outros. A verdade é esta, e ella deve sempre dizer-se. Não se devem aparentar uniões que não existem e concordias que se não estabelecem. E' preciso não fazer o que fazem os republicanos, que ora dizem que é precisa muita solidariedade e que é necessaria uma activa propaganda de ideias, ora apregoam que o partido republicano é forte e unido, que o pais é todo um bloco republicano. Não se faça crer ao povo numa cousa que não existe. O povo devia saber tudo que se passa entre todos que apregoam ideias, para saber com quem pode contar, quem é por elle e contra elle. Se os outros não se apresentam tal como são, não podem os libertarios fazer o mesmo, porque isso seria atraiçoar a verdade, pela qual tanto se pugna.

Existem desinteligencias entre os libertarios, filhas, é natural, de cada um pensar livremente e de livremente seguir o caminho que intende ser o melhor. Mas estas desinteligencias têm tomado um caracter tão acentuado, que em lugar de, pelo embate das ideias, se fazer mais luz para todos, parece que as ideias se chocam para fazer perder a todos o bom senso que os devia harmonisar.

Podem haver mil opiniões sobre os detalhes de propaganda e de luta. Mas desde que o ideal é o mesmo, porque não se hão-de todos harmonisar, respeitando mutuamente os processos de que cada um faz uso, tornando-se solidarios e obrando conjunctamente, sempre que seja necessario tratar de questões comuns, que são muitas, porque sabem todos, que embora diversamente, todos trabalham sinceramente para o mesmo fim? Esta falta de solidariedade, faz um mal enorme á ideia, porque esta está no periodo em que é preciso apresentar-se ao povo, completamente limpa de discordias entre os seus partidarios. O povo liga sempre a doutrina pre-

gada ao pregador; e segundo elle, assim a ideia é mais ou menos facilmente aceite. Quanto menos radicado está um ideal, mais os seus propagandistas têm que se apresentar solidários, porque toda a desharmonia que haja entre elles, reflecte-se nos principios, para quem não sabe extremar as ideias, das paixões que agitam os homens.

*

* *

Uma das maiores, senão a maior questão que divide os libertarios, é a questão politica.

Devem ou não os libertarios preocupar-se com ella? Parece-me que a origem da desinteligencia, é um mal-entendido de palavras.

A palavra *politica* que fere tantos os ouvidos de alguns, é que anda, me parece, ou mal explicada, ou mal interpretada. Ora o que é necessario, é que cada um se esforce e por fazer intender, que é sempre o melhor caminho para se chegar á verdade. Não nos intendemos uns aos outros e pretendemos explicar ao povo o que elle deve e não deve fazer, o que elle deve amar e detestar. Contribua cada um com o que sabe para a resolução da questão, exponha cada um francamente a sua opinião, porque ás vezes as opiniões aparentemente mais disparatadas são as que contêm maior soma de verdades. Creio que nesta magna questão entre politicos e anti-politicos, tanto uns como outros, pecam por encararem as coisas muito absolutamente, sem observarem as celebres palavras do poeta: *in medio virtus*.

Uns não querem mesmo ouvir pronunciar a palavra politica; parece que ouvem uma descarga de burguezas *kro-patcheks* defendendo o capital; outros, regalam-se com todas as questiunculadas da *politiquice* portugüesa e internacional, desenvolvendo uma actividade enorme, para saberem o que se disse no parlamento sobre a demissão de qualquer governador civil ou cousa semelhante. Uns fazem mal em abandonar a questão politica; outros não fazem bem em se ocuparem de questões politicas. No singular e no plural das duas palavras: *questão politica* ou *questões politicas* — é que, me parece, se encontra a origem da desharmonia.

Os primeiros, os anti politicos, misturam o grande problema social — a politica — com as manobras dos politi-

queiros de eleições e nomeações, que é tudo que ha de mais reles na vida publica dum pais.

Os que abraçam a politica, á força de se occuparem della, perdem o equilibrio por falta de uma orientação, caindo arrastados para a *politiquice*, onde se entregam ás delicias de saborear os diversos escandalos que a miudo se produzem naquellas paragens, julgando que assim tratam dos interesses do povo.

A verdade é que nenhuns têm razão. E' um erro, e um erro enorme que se pratica, gastando a maior parte do tempo disponivel, em mesquinhas questiunculas de politica partidaria, sem resultado algum para o progresso da ideia.

Mas tambem não deixam de errar, e muito, os que aquilatando a politica pelo aspecto que ella assumiu, principalmente em Portugal, a desprezam por completo, perdendo assim um dos mais poderosos auxiliares da propaganda do ideal. Estes praticam o erro de não estudarem o pais em que vivem, de não atenderem ás suas necessidades, importando-se apenas em que a pureza dos seus principios não seja abalada nem manchada pelo contacto de outros reputados inferiores e até nocivos para quem se não afasta delles. Estudaram e assimilaram bem os principios e doutrinas libertarias; mas parece que não acompanharam esse estudo com o da historia e da sociologia geral, e sobretudo parece não terem completado esse estudo com o da historia e da etnografia do pais onde têm de propagar as doutrinas estudadas.

Porque se o tivessem feito, deviam ligar mais importancia á questão politica, cuja acção sobre os povos, ninguem pode contestar, tão evidente ella é. Desdenham tanto preocuparem-se com assuntos mesquinhos, como as constituições politicas, que lhes são absolutamente indifferentes umas ou outras.

Tanto vale um pais governado por uma monarchia, como por uma republica, dizem .E' apenas uma questão de nomes; porque de resto, o governo é o mesmo. Todos os governos são inadmissiveis; portanto, o que importa é a existencia ou não existencia delles e não a forma porque existem. Ha paes governados por monarchias, mais livres e mais prosperos do que outros governados pela republica.

Estes e outros argumentos, servem para os anti-politicos, defenderem a sua abstenção em materia de politica. E' claro que nem já tem discussão a questão teorica do valor das instituições, valor que em geral os dominadores de povos negam

e gostam de ver negar, porque isso os ajuda a gosarem tranquilamente o dominio.

O que pretendo afirmar, é que uma mudança de instituições politicas em Portugal, que o estabelecimento duma democracia, digna deste nome, é um enorme auxiliar de propagação da ideia libertaria; e que por isso. os libertarios têm todo o interesse em que a revolução politica republicana se faça, pelo que a devem apoiar no que puderem.

Entre nós repetem-se sempre os mesmos argumentos para se dizer que os republicanos são tão exploradores do povo como os monarchicos, argumentos colhidos do estrangeiro, de paises onde o problema politico está resolvido, onde o povo, quer sob a forma monarchica, quer sob a republicana, gosa relativamente duma grande liberdade, onde já se não torna necessario, senão excepcionalmente, pugnar pela liberdade politica. Acontece isto em França, na Inglaterra, na Suissa, na Dinamarca, etc. E nesses paises, quando acontece haver algum atentado á liberdade do cidadão, as constituições politicas respectivas são rudemente atacadas pelos defensores dos perseguidos, que então dizem, nesses momentos de exaltação, não valerem cousa alguma as instituições politicas, afirmação que a sangue frio não fazem tão perentoriamente.

Ha libertarios portuguezes, que procedem como se vivessem num pais como a Dinamarca, onde naturalmente não ha um partido republicano, porque não é preciso; o presidente daquella democracia, chama-se rei.

Se em Portugal tivesse vingado e sido honestamente observada a constituição de 1822, não era necessario combater pelas liberdades politicas. Mas não aconteceu assim; estamos em perfeito regimen absolutista. Dizer-se isto, não constitue nenhum exagero, daquelles com que se fabricam indignações populares; é a expressão exacta do que para ahi existe.

Porque é que os socialistas e anarchistas russos desejam a transformação politica do imperio e se sacrificam por ella? Porque é que todos os revolucionarios turcos visam principalmente a queda do sultão? Por ocasião da celebre questão Dreyfus, quando os reaccionarios de todas as matizes queriam provocar um golpe de Estado, porque se salientaram tão nobremente os libertarios, defendendo as instituições republicanas ameaçadas? Quando se preparou uma aggressão ao presidente Loubet, como um acto iniciador de maiores

distúrbios, quem impediu que ella tivesse as consequências que os nacionalistas desejavam? Os milhares de libertarios que foram para o campo de corridas de Anteuil, onde a agressão se tentou, e que impediram, como homens dispostos a tudo, que os fidalgos e os patrioteiros destruíssem as liberdades politicas da França. E procederam nobremente, pondo-se, desde o principio da grande questão, ao lado da justiça e da verdade, gloria que nem todos os socialistas francezes possuem.

E procederam coherentemente, porque, pugnando os libertarios por tudo que é progressivo na vida das sociedades, têm de defender as liberdades politicas adquiridas, porque sabem que perdendo-se essas, muito mais difficilmente se adquirem outras que lhes são superiores. E quando ha o dever de defender a liberdade obtida, ha tambem o dever de combater para a adquirir quando se não possui; assim procedem, por exemplo, os libertarios russos, assim devem proceder os libertarios portuguezes.

Embora não seja por uma coherencia de principios, embora seja apenas por uma questão de interesse, os libertarios portuguezes devem trabalhar para que a republica se faça. Por muito mal servida que seja a democracia, nunca pode coarctar as liberdades publicas como acontece sob o regimen em que vivemos. E sem uma maior liberdade de acção, nunca a ideia ha-de progredir rapidamente, sendo muito maiores os sacrificios que se fazem. Por muito pouca atenção que os governos republicanos deem á questão social, a que é actualmente impossivel não atender, porque os interesses colectivos colocam-se superiores á vontade dos homens, por muito pouca atenção que haja para essa questão, fatalmente ha-de ser tratada com muito mais cuidado do que agora acontece.

Mas, pode dizer-se, admitindo que os libertarios devem intervir na questão politica, trabalhando para o estabelecimento duma democracia, de que modo se ha-de dar essa intervenção? Hão-de os libertarios perder o seu tempo e o seu dinheiro, que tão pouco é, andando de braço dado com os republicanos, metidos em questiunculas partidarias, e arranjando votos para eleições? De modo nenhum.

Nada de questões partidarias, com as quaes os libertarios nada têm e nada desejam ter. Nada de eleições e de parlamentos, porque ha muito que deram o que tinham a dar, tanto em republicas como em monarchias.

Os libertarios não se unem, não se aliam com os republicanos. Cooperam revolucionariamente na sua obra, sempre que se trate de atacar um inimigo comum.

Este procedimento não é de modo algum uma quebra de principios, nem para os libertarios, que oferecem a cooperação, nem para os republicanos que a aceitam.

Esse auxilio que os libertarios prestam á democracia, pode ser prestado independentemente, sem compromissos que possam por ventura tolher a liberdade de cada um proceder como intender.

Estabelecendo-se uma republica federativa, que é a forma de constituição democratica que mais convem ao nosso país, da propria constituição advêm vantagens para o ideal libertario. A democracia federativa, é de todas as constituições politicas, aquella que afirma menos a autoridade dos governos, a unidade nacional, sem contudo destruir os laços de solidariedade que unem os habitantes do país.

Falando da Austria-Hungria, nação formada, como se sabe, de diferentes povos, diz Alfred Fouillée (1): «Nos Estados unitarios, a ideia nacional é o principio que mantem o Estado; nos países formados por um conjunto de povos, como a Austria, a ideia nacional de cada um, leva-o a lutar contra o poder do Estado e a preparar a sua desagregação. Este facto é provado pelo desenvolvimento da situação politica na Austria e pelos acontecimentos desenrolados no Parlamento autriaco: a luta pelo direito das nacionalidades, lança para um plano secundario, as questões que interessam a propria existencia do Estado, impede a formação das maiorias parlamentares, põe obstaculos insuperaveis aos trabalhos do poder executivo».

O que acontece em países constituídos por pequenas nacionalidades, acontece em toda a parte com um regimen descentralizador, em que as diferentes regiões se rejam autonomicamente. O país em que o Estado tiver menos força, em que os governos exercerem no povo menos acção directa, é o mais apto para o desenvolvimento pratico e teorico das doutrinas sociaes mais avançadas.

O interesse que os libertarios têm na implantação duma democracia, é evidente. Basta ser um grande acontecimento social, para se lhe ligar a maxima importancia. Dizem alguns:

(1) Esquisse Psychologique des Peuples Europeens, pág. 383-384.
(Nota do Autor).

não me importo com a constituição da nação, porque sou libertario. Pois precisamente por se ser libertario, é que nos devemos importar, não só com as constituições politicas, como com as questões religiosas, economicas, juridicas, etc., porque todas são questões sociaes, porque todas têm influencia na vida das sociedades, influencia que só pode ser negada, por aquelles que desconhecem completamente o que é uma sociedade moderna, onde o mais insignificante facto, se relaciona com uma infinidade de outros factos, tanta é a relação de dependencia que existe entre todos.

Os libertarios que dizem, e com razão, que a sua doutrina abraça todas as questões sociaes, intervêm em todas e.las, excepto na questão politica!

Em todas as questões fundamentaes que se agitam na sociedade, devem os libertarios intervir, sempre a favor da verdade e da justiça, que o mesmo é que dizer, a favor do ideal que apostolisam.

Eis porque os libertarios portuguezes, devem servir a causa republicana, porque a republica em Portugal, é um passo dado no caminho da verdade e da justiça, um passo a mais no caminho da civilização (***)

(***) Esta última parte do texto, define o pensamento de E. C. quanto à questão «Monarquia ou República». Os libertários não se devem aliar aos republicanos mas sim *cooperarem* com eles no combate ao inimigo comum. Esta distinção é importante. No entanto, muitos operários anarquistas integraram organizações de cariz republicano populista como a Carbonária da qual até o próprio E. C. fez parte... (Nota nossa).

«A LUCTA»

SOCIAL - DEMOCRACIA

Ainda a proposito do congresso socialista internacional de Stuttgart. Como ha dias aqui afirmei, a questão mais interessante, a que maior polemica provocou, foi certamente o anti-militarismo. Mas outra houve que muita importancia teve, aquella que desde o inicio do movimento socialista internacional se tem sempre acentuado em todas as reuniões e congressos: a questão da tactica a seguir, na lucta contra a sociedade capitalista e que actualmente se resume n'este dilema: parlamentarismo ou sindicalismo. Como para o anti-militarismo, produziu-se aqui a divergencia entre a social-democracia alemã, tendo a seu lado Jules Guesde e partidarios, e o socialismo revolucionario francez; e o *centro*, representado principalmente por Jaurès, que, embora não esteja com os sindicalistas, não é para elles de uma intransigencia absoluta. E' uma questão de tactica que o futuro demonstrará se é ou não habil.

O que não deixou de se manifestar mais uma vez foi a absoluta incompatibilidade entre os processos seguidos pelos

social-democratas e os sindicalistas, que o mesmo é dizer entre o reformismo politico e a acção directa.

A social-democracia continua a negar olimpicamente aos outros a possibilidade de prégarem uma doutrina com alguma verdade. Esse tem sido o seu enorme defeito e que tem contribuido para cada vez se cavarem mais fundo as divergencias. Sempre sonhando com o governo de todo o socialismo, não vê ou não tem querido ver a força manifestada pelos partidarios da acção directa, o que lhe ha-de valer a desagradavel surpresa de um dia se ver batida quando menos o esperar. Sempre a mesma idéa de dominio a manifestar-se, a mesma intransigencia para com outros processos e doutrinas.

Nada conhece fóra da acção parlamentar e da disciplina partidaria, que acumula milhões nos cofres do partido, que multiplica eleitores e deputados. Tudo que fôr praticado sem a sanção politica dos dirigentes do partido, tudo que manifestar uma acção autonoma do proletariado, dispensando a intervenção dos chefes e da lei, é posto á margem, como inutil e perigoso. A social-democracia tem-se afastado de tal maneira do que se pregava no começo do movimento socialista, que de socialistas só tem o nome, chegando a fazer afirmações que revelam ou uma grande ingenuidade, ou uma supina ignorancia dos resultados da acção parlamentar, ou então um soberano desprezo pela intelligencia dos outros.

Pois para provarem que combatem a guerra qual a acção que têm posto em pratica? «Não, nós não queremos a guerra, nós temos feito *tudo* para a impedir; sempre a cada pedido de aumento de credito ou para empresas coloniaes, temos feito opposição». Quando um partido entende que votar no parlamento contra certas medidas — com a certeza de que ellas terão n'esse parlamento uma maioria favoravel — é fazer *tudo* para as impedir, não ha comentários que valham, o facto dispensa-os a tal ponto que os chefes da social-democracia desprezam todos que não seguem a orientação por elles seguida, que se tornam antipaticos, deshúmanos até, indo inclusivamente para a deturpação dos factos, para a falta de solidariedade — embora verbal apenas — com os que sofrem.

O que se deu no congresso de Stuttgart, é bem demonstrativo da intolerancia e da falta de probidade politica a que se tem chegado dentro d'um partido, que nasceu no meio das

aspirações e afirmação de tudo que é belo e bom. Basta o seguinte facto passado no congresso, para afastar muitas simpatias dos social-democratas:

Propoz-se uma ordem do dia de protesto contra as perseguições exercidas pelo governo russo. Guesde, o seu auctor, apenas menciona os social-democratas russos que estão presos. Vandervelde, que vê mais longe que o sectário Guesde, pede para que a ordem do dia seja menos restrictiva. Mas o social-democrata russo Plekhanoff declara que nas prisões russas apenas ha social-democratas. Robanovitch declara que nas prisões russas tambem ha socialistas revolucionarios. O presidente Singer declara que é melhor não se discutir isso, porque d'esta maneira melhor demonstram os congressistas a sua simpatia pelos perseguidos.

Plekhanoff, social-democrata e por consequencia patriota, não considera como interessantes os perseguidos do seu paiz, que não sejam social-democratas, porque não se pode tomar a serio que elle acredite que apenas esses têm sido perseguidos na Russia. A afirmações d'aquella especie, conduz o sectarismo politico, de que tantas provas tem dado a social-democracia e continuará a dar pelo que se vê.

A moção aprovada no congresso respeitante ás relações entre o partido socialista e os sindicatos está impregnada do espirito da social-democracia e é uma manifesta tentativa para fazer com que os sindicatos sejam absorvidos pelo partido. A moção é longa de mais para a transcrever; mas os que por estas questões se interessam e que a leiam em um dos muitos jornaes em que ela se publicou, reconhecerão quanto isto é verdade. Na moção insiste-se pela concordancia da acção do partido e dos sindicatos, ainda que houve o cuidado de proclamar uns e outros autonomos, porque se conta que os sindicatos não resistam ao poder d'absorção do partido, uma vez que consintam n'uma acção comum. No entanto, parece-me que o fim não será atingido, porque os sindicalistas consideram precisamente como meio essencial de vida a independencia completa dos partidos parlamentares, repugnando-lhes a centralisação prégada na moção — a querida centralisação da social-democracia — e não ligando importancia de maior aos milhões em cofre, uma das grandes aspirações social-democratas.

Os sindicalistas sabem o que valem na lucta contra o capitalismo, os votos, o dinheiro em cofre e a centralisação, para se deixarem absorver pelo canto da sereia.

Emílio Costa

A «Lucta» de 12 de Setembro de 1907

«A CONQUISTA DO PÃO»

De «*A Conquista do Pão*» seleccionamos três artigos sobre o Congresso de Amesterdão e um outro sobre sindicatos e sindicalismo.

O Congresso de Amesterdão, realizou-se nos dias 24 a 31 de Agosto de 1907 naquela cidade e a sua iniciativa partiu de libertários belgas e holandeses. Foi a maior e mais importante reunião anarquista a nível internacional desde o congresso de Londres, onde os anarquistas foram definitivamente afastados da Segunda Internacional e se constituíram em movimento autónomo. Se exceptuarmos o gorado Congresso de Paris de 1900, o Congresso de Amesterdão é a primeira reunião libertária a nível internacional e constitui ao mesmo tempo uma tentativa para a criação de uma estrutura organizativa também a um nível internacional.

Em Amesterdão estiveram alguns dos elementos mais destacados do anarquismo tais como Errico Malatesta, o último discípulo de Bakunine, Georges Thomas, Luigi Fabbri, Pierre Monatte, Amedee Dunois, Emma Goldmann, Alexandre Schapiro, Christian Cornelissen, H. Croiset, Siegfried Nacht, K. Vohizek, Rodolf Rocker e Pierre Ramus.

O facto mais marcante deste congresso foi o debate entre os sindicalistas Pierre Monatte e Amedee Dunois da facção revolucionária da C. G. T. francesa, e alguns dos mais destacados teóricos anarquistas, como Emma Goldman e Errico Malatesta.

O debate, foi motivado pelo retomar das teses de Pelloutier, pelos sindicalistas franceses, segundo as quais «o sindicalismo operário... é o germe vivo da futura sociedade, e a sociedade futura é o que tivermos feito do sindicato (1)». Assim, como afirmava Monatte, «o sindicalismo chamou o anarquismo à consciência das suas próprias origens operárias, os anarquistas por sua vez, contribuíram nada pouco para colocarem o movimento operário no caminho da revolução e para popularizar a ideia de acção directa» (2). A esta concepção se opôs Emma Goldman, para quem a autonomia individual, para si a essência do anarquismo, corria perigo ante o sindicato, e, de forma mais aberta o próprio Malatesta. Segundo ele, «A greve geral é pura utopia (...). A insurreição, sim, trazer-nos-á a vitória completa» (3). A esta posição não é estranha a concepção de que «a revolução anarquista que nós queremos, excede de longe os objectivos de uma classe (...). Ela tem como seu objectivo a libertação completa da humanidade...» (4). Malatesta afastou-se assim da posição operária e sindicalista de Monatte, mantendo-se numa posição «insurreccional» de que não mais saíra. Serão no entanto as posições defendidas por Monatte que se reflectirão no movimento operário francês, e noutros pontos da Europa.

Esta discussão, embora em moldes diferentes, chegará a Portugal em 1913, conforme veremos quando falarmos da polémica desse mesmo ano. No entanto, Emílio Costa já tece algumas considerações em «A Conquista do Pão», embora historicamente somente a experiência sindical francesa e as relações entre a C. G. T. e o Partido Socialista.

Nos artigos de E. C. sobre o Congresso de Amesterdão, além de considerações importantes sobre a sua preparação, incluem-se alguns reflexos dessa preparação em Portugal.

A Internacional nascida de Amesterdão tem uma vida efémera e teórica. Anunciado para 1909, o novo congresso anarquista não se chegará a realizar. A estrutura nascida em 1907 estiola e desaparece.

NOTAS

(1) Amedée Dunois «Compte Rendus analytique... Congrès Anarchiste Tenu à Amsterdam, 24-31 août 1907». Paris 1907, pág. 36-38.

(2) Idem, pág. 62.

(3) Idem, pág. 83.

(4) Idem, pág. 85.

O CONGRESSO D'AMSTERDAM

Continua ocupando a atenção dos camaradas dos diferentes paizes, a realização do congresso internacional libertario, que no verão deste ano deve ter logar em Amsterdam (Holanda).

Como se sabe, o congresso é da iniciativa dos camaradas holandeses e belgas, que alem da circular escrita em diferentes linguas, dizendo quaes os fins do congresso, publicam um *Buletin de l'Internationale Libertaire*, destinado a dar conta de tudo que ao congresso possa interessar. O n.º 3 está em vespuras de se publicar.

Ainda se não sabe o mez em que se realizará a grande reunião; indicára-se Julho ou Agosto. Alguns camaradas portugueses preferiam que fosse Agosto, e assim o deram a entender para lá; e por algumas referencias que a essa questão vimos, parece-nos que ha mais probabilidades do congresso se realisar neste ultimo mez.

As duas questões capitaes do congresso, são: lançar as bases duma «Internacional libertaria», isto é, duma organização que permita aos libertarios de todo o mundo, defen-

derem-se o melhor possível das perseguições que lhes movem todos os governos, todos os reaccionarios. Como se vê, a importancia desta questão é enorme; é ella que, pode-se dizer, deu origem á ideia do congresso.

A outra basta enuncia-la, para que a sua grande importancia se mostre: «anarquismo e sindicalismo», isto é, qual a attitude dos anarquistas em face do movimento operario sindicalista. O grande campo d'acção dos anarquistas, aquelle em que elles podem colher melhores fructos da propaganda das suas doutrinas, é inquestionavelmente o operario e a sua associação.

Mais uma vez nos temos ocupado do congresso d'Amsterdam, a proposito sobretudo da reunião ou congresso que se projecta fazer dos libertarios portuguezes. Temos dito e tornamos a dizer, que o congresso d'Amsterdam deve merecer todas as nossas atenções, para que nos sirva d'ensinamento, para que nos estimule a organisarmo-nos eficazmente. Alguns camaradas portuguezes tencionam tomar parte na reunião d'Amsterdam. Este facto, parece-nos que deve interessar bastante os camaradas, concentrando todos os nossos esforços para que desse facto resulte o maior proveito para a difusão dos nossos ideaes em Portugal. E' necessario que todos os camaradas comecem pensando na representação dos libertarios portuguezes em Amsterdam, para que esta se realice em condições proveitosas para a ideia. Amédée Dunois, dizia ha pouco tempo no jornal *Les Temps Nouveaux*, o seguinte, a proposito do congresso, que se pode dirigir aos camaradas portuguezes:

«E' preciso que em todas as cidades onde existam grupos anarquistas, a questão do congresso d'Amsterdam, comece desde já, a ser estudada. Que os camaradas não digam que há muito tempo. Os problemas que se hão-de propôr em Amsterdam não são daquelles que se resolvem num dia. Problemas como o anti-militarismo e a guerra, o movimento operario e a acção directa, e enfim a organização da propaganda anarquista, por pouco abstratos que possam ser, impõem investigações e reflexões demoradas. Trata-se nada menos, que de determinar as relações do anarquismo, como teoria revolucionaria, com a sua acção».

Alem dos ensinamentos d'ordem geral que o congresso d'Amsterdam nos pode dar, ha principalmente o que elle nos pode vir ajudar como força moral na realização da nossa

reunião. Ahi poderão os camaradas que forem a Amsterdam dar conta do que viram e do que fizeram; e da reunião resultará a consolidação da nossa adesão á obra da Internacional libertaria, segundo o que se assentar em Amsterdam. Da reunião dos portugueses resultara pois uma obra de solidariedade internacional e uma orientação definida na marcha geral do anarquismo em Portugal.

Emílio Costa

«A Conquista do Pão» N.º 1 7 de Abril de 1907

O CONGRESSO D'AMSTERDAM

Deve ter-se realisado ante-hontem mais uma reunião de libertarios para tratar da nossa representação no congresso. Na reunião celebrada dias antes, e a que assistiu um grande numero de camaradas, assentou-se o acordo de todos em considerar de grande importancia para a ideia a realisação do congresso, e da maior conveniencia para o progresso da ideia em Portugal, a assistencia de delegados portugueses. Parece não haver duvidas de que no congresso alguns camaradas tomarão parte. Mas reconheceu-se que era da maior conveniencia mandar-se um ou mais delegados operarios, pois que dos camaradas que contam ir nenhum o é.

Embora em Amsterdam se não realise um congresso operario, mas sim um congresso de libertarios, é evidente que ha toda a conveniencia em que a elle assistam libertarios que sejam operarios.

Alem da influencia que os camaradas operarios podem exercer no seu meio, muito maior que a dos que estão de fóra, ha a considerar o facto de que no congresso, uma das questões que mais importancia têm, é a que está dada para ordem do dia com o titulo *Anarquismo e Sindicalismo*. Esta questão, a da attitude dos anarquistas em face do movimento sindicalista, está ha tempos sendo tratada com afincio pelos libertarios, dada a enorme importancia que para a ideia tem o movimento operario.

E' principalmente sobre esta questão que a atenção dos libertarios operarios se deverá exercer; elles estão naturalmente indicados para a especialidade do assunto. Do que em Amsterdam se tratar sobre elle, quem melhor do que um camarada operario, pode delle dar conhecimento aos operarios e entre elles fazer fructificar o que de bom tenha trazido do congresso? Alem disso, pense-se nas vantagens que advêm do estreitamento de relações, do contacto que se estabelece, e que tão preciosas são em occasiões de crise.

Foi porque os camaradas que assistiam á reunião doutro dia, estavam d'acordo com esta ideia, que uma subscrição se abriu entre todos, para com o seu produto se pagarem as despezas do ou dos camaradas que forem a Amsterdam. Da reunião de ante-hontem devem ter sahido os nomes desses camaradas. Alguns se subscreveram; mas depois parece que não mais se pensou em tal, porque nada mais appareceu com contribuição para as despezas. Estas são muito grandes, como bem se pode calcular. E' necessario portanto que o sacrificio seja tambem grande. E' necessario que se reuna o dinheiro para a viagem de um delegado, pelo menos, que vá de Lisboa ao congresso. Era da maior conveniencia que os camaradas do Porto enviassem tambem um delegado, operario, do Porto.

E' indispensavel que todos os camaradas concorram para esta despeza; alem de tudo, ella representa um acto donde resulta uma avaliação das nossas forças; é uma especie de balanço geral, dado á importancia numerica, monetaria e sobretudo moral, dos libertarios portuguezes. Faça cada um o possivel para que o balanço se apresente favoravel, que d'ahi só pode resultar muito bem para a ideia, que é o unico fim que nos deve mover.

Emílio Costa

«A Conquista do Pão N.º 8

2 de Junho de 1907

O CONGRESSO D'AMSTERDAM

Um ultimo apelo. Logo que se começou a falar na realisação dum congresso libertario internacional, Portugal foi

um dos paizes que mais interesse mostrou pelo congresso, como se pode ver pelos Boletins publicados até agora. A ideia do congresso foi acolhida com o maior agrado pelos camaradas; parecia que havia o maior entusiasmo em que os libertarios portuguezes se fizessem representar. Iniciaram-se trabalhos nesse sentido, que pareciam tão animadores, que se dizia que iriam a Amsterdam quatro ou seis camaradas. De todo este belo estado d'espírito se tem feito eco o citado Boletim, e sobretudo no seu 4.º numero que acaba de aparecer, e de que mais adeante nos acupamos. Mas parece que qualquer coisa paira de fatal sobre a sociedade portuguesa, que até entre os que mais iniciativa, tenacidade e consciencia deviam mostrar, se nota o mesmo fenomeno: um entusiasmo, que desaparece á menor difficuldade, um desanimo e uma indifferença que contrastam tristemente com a confiança e o ardor dos primeiros momentos. Para se chegar a este resultado, era melhor não termos começado a manifestarmo-nos.

Mas isto não pode ser. E' necessario que os libertarios mostrem que existem e que sabem levar por deante uma ideia, E' necessario que haja um delegado ao congresso d'Amsterdam, *enviado pelo esforço colectivo dos camaradas*, porque é assim que se afirma a existencia de partidarios duma ideia, a sua força portanto.

No ultimo numero do boletim, dá-se a notícia do congresso nacional dos anarquistas portuguezes, a realisar-se depois do d'Amsterdam. Fala-se em quatro ou cinco representantes neste ultimo. Mais referencias lá vêm á actividade dos libertarios portuguezes e ao seu interesse pelo congresso internacional. Ora se no fim disto tudo mostramos que nem para enviar um delegado temos força, que prova daremos nós da dedicação que a ideia nos merece, e alem dessa, a do congresso. pelo qual tanto interesse mostravamos?

E' indispensavel que a subscrição que se começou continue e que se realizem obras que ajudem as despesas a fazer. E' necessario que da subscrição saia o dinheiro para ir um delegado a Amsterdam. O congresso não é operario, como a principio parecia; é apenas anarquista, nada importando a profissão dos congressistas.

Porque não se ha-de arranjar a subscrição para um delegado competente, que embora não seja operario não possa contudo arcar com as despesas a fazer? Porque ha-de ser forçosamente um operario? Todos sabemos (e eu sou um dos

que mais têm defendido a delegação operaria) que era da maior conveniencia ir um operario; mas se isso não se puder fazer, porque não ha-de a subscrição servir para um camarada não operario? Pois não será melhor isso, que coisa nenhuma? Eu nem perco tempo a argumentar em favor do que acaba de ler-se, tão evidente me parece ser a verdade do que digo. Só o que faço é apelar para todos os camaradas, para que pensem no que diz o escrito. Pode ser que até por este meio houvesse maneira de aparecerem camaradas que não tendo tudo que é necessario para ir a Amsterdam, tenham contudo alguma coisa; e deste modo a subscrição dos camaradas fornecendo o que lhes faltasse pudesse conseguir a ida de dois delegados.

Emilio Costa

«A Conquista do Pão» N.º 9

16 de Junho de 1907

SINDICATOS E SINDICALISMO

A despeito do que possam julgar os que não olham com atenção para a chamada questão social, a verdade é que estamos atravessando uma epoca cheia de surpresas para os que não atentam no que se passa. E' claro que tudo que a sociedade importa é questão social; mas estas duas palavras applicam-se ao que diz respeito ás dua grandes classes sociaes: os que possuem e os que não possuem comodos na vida. E como estes se resolvem por meio do dinheiro, são estas classes a dos ricos e a dos pobres ou mais tecnicamente, a dos capitalistas e a dos proletarios. Todas as outras questões que dividem os homens pouco são, comparadas com esta.

Sempre a questão economica foi fundamental mas não ha muito tempo que começou a ter o caracter que tem hoje, que é o reconhecimento de que a desigualdade economica é uma coisa injusta. E' a consciencia desta injustiça que forma a base do progresso que tão fortemente se nota nas reclamações dos proletarios, que querem mais justiça na distribuição da riqueza e do trabalho que a produz.

Estas reclamações chegaram a tal intensidade e constancia que dentro em pouco até neste paiz de indiferentes hão-de obrigar muita gente a interessar-se por ellas. Bom será então poder-se ter uma idéa tanto quanto possivel clara

da forma por que a questão social se debate lá fóra, evitando-se assim falsas apreciações dos acontecimentos e preparando-se os espiritos para não se surpreenderem muito quando elles se produzirem em Portugal.

Na palavra *sindicalismo* está contida quasi toda a luta que se trava entre os descontentes e os satisfeitos com a organização capitalista da sociedade.

O termo pode variar, mas o facto é o mesmo. Entre nós tende a generalisar-se o termo *sindicalismo* porque vem da França, o paiz que mais influencia exerce ainda na nossa vida social. E' por isso que neste artigo me refiro especialmente ao movimento sindical francês, visto não se tratar dum determinado paiz.

O assunto é muito complexo, porque o sindicato, alem de abranger operarios e patrões, manifesta-se diversamente entre os proprios trabalhadores.

Como se sabe, há diferentes especies de sindicatos; mas os que aqui nos interessam agora, são os sindicatos corporativos, que reúnem individuos da mesma profissão, para a defeza dos seus interesses economicos. O moderno sindicato succedeu á antiga corporação, que pouco a pouco desapareceu com a modificação industrial, que alterou completamente as relações entre operarios e patrões, dando um novo aspecto á questão social. Com o regime capitalista a vida do operario tornou-se mais contingente, com a chamada liberdade do trabalho e de contrato em que as vantagens estão todas do lado do patrão, que alem de ter a vida material assegurada com a posse do dinheiro, tem tido a legislação sempre favoravel. Deste conjunto de factos, reforçados com as idéas de liberdade generalisadas pela revolução francesa, resultou a necessidade para os operarios, de se agremiarem para a defeza dos seus interesses.

A principio os operarios organizaram-se para a *previ-dencia*, defendendo-se assim dos fenomenos naturaes que lhes acarretavam dificuldades para si ou para os seus: desastres, as doenças, a morte, etc. E' a fase do socorro mutuo, que ao mesmo tempo lhes serve para se manterem associados, porque o Estado olhando-os sem receio, lhes não applicava as leis de 1791 que proibiam as associações de cidadãos reunidos para a defeza dos seus interesses profissionais.

A evolução da organização operaria no XIX seculo, mostra-nos sobretudo duas coisas: 1.ª, que os factores economi-

cos se impõem com tal força, que a solidariedade das classes por elles organizada se impõe e progride apesar de todos os os entraves que se lhe opõem; 2.^a — que a actividade dos operarios, embora não descurem a previdencia, se exerce cada vez mais no sentido politico e social, traduzindo-se na forma associativa e reproduzindo concretamente as aspirações do operariado.

E' assim que á fase da previdencia succede a da *associação de resistencia*, em que os operarios se defendem das arbitriedades patronaes e das leis do Estado, atingindo a agremiação operaria o caracter dum elemento de luta social.

Mas o aumento de cultura geral, a generalisação das idéas de reforma social, transformaram, alargando-os, os intuitos da associação, dando logar ao sindicato, em que, além de toda a defeza do operario por que as outras formas associativas pugnavam, se ocupa da transformação do regimen social.

E' desta maneira que o sindicato nos apresenta um duplo caracter: por um lado defeza immediata do operario, pela conquista de aumento de bem-estar dia a dia arrancado aos patrões (aumento de salario, diminuição de horas de trabalho, etc.); por outro lado, luta social, de efeitos mais longinquos, mas mais radicaes: a transformação da sociedade capitalista em sociedade colectivista ou comunista.

D'estes intuitos, que nos mostram a elevação da consciência dos trabalhadores, resultaram duas correntes que se manifestaram com a *Internacional* e se têm vindo acentuando até agora e a que podemos chamar politica e anti-politica. A diferença manifesta-se nos processos a empregar para alcançar a transformação social. Os politicos entendem ser necessaria a conquista dos poderes publicos pelas forças socialistas, donde resulta a sua acção parlamantar, reformista.

Os anti-politicos manifestam-se contra a politica de reformas, contra as instituições do Estado, porque crêem que ellas são o mais formidavel apoio do regimen capitalista. Por isso são geralmente anti-parlamentares, anti-militaristas, anti-patriotas, etc., tendo como principal arma de combate a greve. E' a estes intuitos dos sindicatos, que actualmente se applica o termo sindicalismo.

Quando o sindicato chegou a manifestar-se desta fórma, ficou mais que nunca em guerra aberta contra todas as forças conservadoras, donde resultou que teve de reforçar a sua

organisação. Para isto têm servido as Federações, que são a reunião nacional dos sindicatos da mesma profissão; e as *Bolsas do Trabalho* que são a reunião dos operarios de todas as profissões duma localidade, que representam um aumento de solidariedade e servem de correctivo ao espirito de classe, que as *Federações* podiam desenvolver. Finalmente appareceu a entidade logicamente resultante de todo este movimento: a *Confederação Geral do Trabalho*, onde se reúnem Federações e Bolsas do Trabalho.

A' *Confederação*, opõe-se no campo socialista o Partido Socialista Francês.

A assinalar ha, além dos sindicatos patronaes, os sindicatos *amarelos*, que representam uma tentativa de reacção contra as tendencias revolucionárias dos sindicatos, e até contra os socialistas de Estado. São os inimigos declarados dos movimentos grévistas e preconizam a boa intelligência entre o capital e o trabalho; são afinal instrumentos de reacção capitalista.

O que ahi fica, não é nem pretende ser mais do que um pequeno resumo das tendencias geraes do operariado francês, e que visa não a ensinar, mas apenas a incitar os que sabem, a escreverem detalhadamente sobre esta monumental questão.

O assunto é vasto e difficil; mas isso não deve ser senão um motivo para que o maior numero possivel de boas vontades se empenhem a iniciar o publico nas questões economicas de que ele anda tão alheado.

Emilio Costa

«A Conquista do Pão» N.º 7

de 19 de Maio de 1907

organização para a defesa dos interesses da classe trabalhadora e a luta por melhores condições de trabalho e salários. O movimento sindical brasileiro desenvolveu-se a partir da década de 1930, com a criação de sindicatos em setores como o comércio, o ensino e o transporte. A luta por direitos trabalhistas ganhou força com a promulgação da Constituição de 1934, que estabeleceu a jornada de 8 horas e o direito a férias remuneradas. O movimento sindical continuou a crescer, especialmente durante a ditadura militar (1964-1968), quando os sindicatos foram obrigados a se registrar no Ministério do Trabalho e passaram a ser controlados pelo Estado. Apesar disso, os sindicatos continuaram a lutar por melhores condições de trabalho e salários, e a luta por direitos trabalhistas tornou-se uma das principais bandeiras da classe trabalhadora brasileira.

O movimento sindical brasileiro desenvolveu-se a partir da década de 1930, com a criação de sindicatos em setores como o comércio, o ensino e o transporte. A luta por direitos trabalhistas ganhou força com a promulgação da Constituição de 1934, que estabeleceu a jornada de 8 horas e o direito a férias remuneradas. O movimento sindical continuou a crescer, especialmente durante a ditadura militar (1964-1968), quando os sindicatos foram obrigados a se registrar no Ministério do Trabalho e passaram a ser controlados pelo Estado. Apesar disso, os sindicatos continuaram a lutar por melhores condições de trabalho e salários, e a luta por direitos trabalhistas tornou-se uma das principais bandeiras da classe trabalhadora brasileira.

de 19 de Maio de 1907

de 19 de Maio de 1907

de 19 de Maio de 1907

de 19 de Maio de 1907





1 - Fotografia tirada em Lisboa, em 1897, com 20 anos. Foi neste ano que Emilio Costa inicia a frequência do Curso Superior de Letras.

2 - Aos 27 anos em Bruxelas. Tirada em Abril de 1904 na Photographie «l'Apolon», na Rue de la Viollette 35.

3 - A Casa Sindical, instalada no Palácio Pombal na Rua do Século. Fotografia reproduzida de «Ilustração Portuguesa» n.º 308 de 15 de Janeiro de 1912.

«CARTA A UM SOLDADO» (1907)

Este opúsculo de Emílio Costa foi escrito em Novembro de 1907, segundo uma nota manuscrita pelo autor, embora no numero 1276-77 da «Seara» a data indicada seja outra - 1908.

A sua extrema raridade tem uma justificação lógica, ou melhor duas justificações — foi impressa na Bélgica, na tipografia «Thomas» em Liége. A segunda, é o seu destino — foi levada na quase totalidade da edição para o Brasil, mais propriamente para Curitiba, Paraná, por intermédio de um jovem polaco que E. C. conhecera em Paris.

Na capa e contracapa da edição original, dois significativos desenhos — num deles dois soldados abraçando-se ante o aplauso de uma multidão de outros militares, com a legenda «*O que os soldados devem fazer*».

Na contracapa a triste realidade — uma cena de guerra, uma cidade destruída, um jovem tentando levantar um outro, ferido ou já morto. Ao fundo um grupo de militares armados e equipados, com um ar marcial que contrasta com o júbilo que os soldados manifestavam no desenho da capa. Em baixo, uma legenda diferente, mas mais realista — «*O que os soldados fazem*».

Este texto de E. C. é importante porque sintetisa num estilo muito próprio e simples, directo, e que utilizará mais

tarde na elaboração da «Cartilha do Proletário», as suas ideias sobre algumas das pedras bases da ordem social existente — O militarismo, a Pátria e outras palavras belas ao ouvido mas que, «*não são mais do que poeira que te atiram aos olhos...*».

É de salientar também o aspecto anti-colonialista desta «Carta»... «*não temos direito de dizer que Angola, Moçambique, etc., nos pertencem. Nós apoderamo-nos daquelas terras; pela força obrigamos os seus habitantes a obedecer-nos, a trabalhar para nós, a pagar contribuições*».

«CARTA A UM SOLDADO»

Foi só pelo teu bem e pelo bem de todos, que escrevi esta carta, a qual por isso, deves ler com a maior atenção, meditando no que leres, apenas preocupado em saber se o que eu escrevo está em harmonia com a tua razão.

Tu, que desde que entraste para a vida militar, só tens ouvido falar nos deveres do soldado para com a pátria, o rei e os teus superiores, imaginas naturalmente que são esses os teus únicos deveres. Os teus deveres *como soldado* são esses, e sobretudo, o de obediência aos superiores. No quartel mesmo, não te querem lá para outra coisa.

Mas tu antes de seres soldado és homem, és um cidadão; antes de teres um número tiveste um nome; antes de conheceres os oficiais do teu regimento, conhecestes a família e os amigos — camponeses e operários — cidadãos como tu.

Mas no regimento, estás costumado a ouvir dizer o contrário. Ensinam-te que acima de tudo está a disciplina; que o soldado que não obedece às ordens dos superiores, é um criminoso que deve ser duramente castigado. Ora tudo isso é falso; e é para que conheças a verdade que eu te escrevo estas linhas.

*

* *

Além da força que os teus superiores empregam se fôr necessário, para te obrigarem á obediência, fazem-te prestar um juramento, para que te convenças de que deves realmente obedecer-lhes, confiando na impressão que deves sentir com

o aparato da cerimónia do juramento. Este é religioso, para que tu julgues que deves respeitá-lo em absoluto e sempre. Mas não é assim. O juramento que prestas não vale nada, porque és obrigado a jurar; és forçado a isso, senão metem-te na cadeia.

Nós só temos obrigação de cumprir aquilo que prometemos livremente, sem que ninguém nos obrigue. O teu juramento é uma promessa que fazes de que has-de obedecer aos superiores, defender o rei, a patria, etc. Mas que valor pode ter uma promessa que te obrigam a fazer pela força? Se quando prestas juramento não conheces os teus superiores nem o rei, como podes tu saber se os deves ou não respeitar e defender?

Se antes de seres soldado, visses um homem pela primeira vez e um teu amigo te dissesse que devias obedecer-lhe, tu rias-te e respondias: como posso eu saber se devo obedecer-lhe, se nem sequer o conheço? E todavia é o que te acontece quando prestas juramento: prometes obedecer a quem não conheces.

Como já disse, os teus superiores contam com a tua ignorancia para respeitares o juramento. Os officiais que te obrigam a jurar e que juram tambem, riem-se do juramento que prestam, porque sabem muito bem que elle não tem valor algum. E contudo elles é que o deviam respeitar, porque ninguém os obrigou a jurar. São os que tendo dinheiro ou protecções estudaram e foram militares, como podiam ser outra coisa. Se não quizessem ser militares pagavam a remissão e já não tinham obrigação de defender a patria e o rei.

Mas elles que querem que tu cumpras o que juraste á força, não fazem caso do que juraram voluntariamente. E tanto assim é, que quando veem que podem melhorar de situação, não têm duvida em se revoltar contra aquelles a quem tinham jurado obediencia e a arrastarem-te na revolta como tantas vezes tem acontecido. Não tens portanto que te preocupar com o juramento que te obrigam a prestar.

Mas não é apenas com o juramento que elles confiam na tua obediencia; bem sabem que isso não é sufficiente. E' tambem pela disciplina. Mas o que é a disciplina? «E' um conjunto de regras impostas para manter a regularidade na obediencia». Quer dizer: ha umas certas regras, que se ensinam ao soldado e pelas quaes elle sabe como deve obedecer ás ordens dos superiores. E acrescenta-se: sem a disciplina a

vida militar é impossível; sem obediencia não pode haver vida militar. Não ha duvida de que isto é verdade. Mas o que é preciso saber, é se obediencia deve existir para o soldado, cuja disciplina se resume afinal, em obedecer cegamente as ordens dos superiores.

Mas que motivo ha para que obedeças cegamente ás ordens dum homem só porque elle tem galões dourados no fato que veste? Esse homem é superior a ti? Elle di-lo e talvez o pense, mas não é verdade. Se elle deixar de ter galões nos braços, se elle deixar de ser militar, não deixou de ser o mesmo homem: e contudo tu ja não lhe obedeces, ja não o consideras teu superior. A superioridade delle vinha-lhe apenas dos galões. Mas um homem pelo facto de ter galões dourados tornou-se mais forte, mais inteligente ou mais bondoso? E' claro que não. Se tu puzeres arreios de ouro a um cavallo, elle não corre mais por isso. A obediencia todos mais ou menos a praticamos, quando a nossa razão nos manda obedecer. Mas para isso é preciso que conheçamos a quem obedecemos e para que serve a nossa obediencia.

Não ha razão alguma para que obedeças a um homem, só porque elle é official. A obediencia só se admite quando não é imposta, quando não é obrigatoria. A disciplina é util para levar a cabo um certo numero de trabalhos, mas é preciso que ela seja livremente aceite. Se tu quizeres entrar para uma associação qualquer, que tem os seus estatutos, as suas regras, debes sugerir-te a ellas porque desejas fazer parte dessa associação. Se as regras que lhe regulam a vida te não agradam, não entras para lá. Mas na vida militar ninguem te pergunta se queres ou não conformar-te com a disciplina do quartel, com as regras que lá se observam. Obrigam-te a obedecer, a executar as ordens do officiaes. E porque é que as executas? Porque elles são mais fortes que tu? Não; tu sabes bem que a força está nos soldados. O que haviam de fazer os officiaes se todos ou uma grande parte dos soldados não quizesse obedecer ás suas ordens? Haviã de fazer o que os soldados quizessem.

Então porque obedeces e deixas que te castiguem? Porque estás convencido de que tens obrigação de obedecer, porque te meteram na cabeça que serias um mau soldado, um rebelde, um criminoso, se não fosses obediente.

*
* *

Para que a tua obediencia seja completa, para que obedeças de boa vontade, procedem de modo que te sintas contente, orgulhoso em ser soldado, que te julgues superior a qualquer paisano, julgando que a vida militar é a mais nobre de todas, que os militares são os homens superiores a quem os outros devem respeito. Fazem-te acreditar que sem militares não se pode viver e que são elles que salvam a patria, que enriquecem a nação e lhe dão gloria. Enganam-te com palavras de que não te dão a verdadeira significação e com ellas te entusiasмам e levam para onde querem. Enchem-te a cabeça de palavras como: Gloria, Patria, Inimigo, Victoria, Honra nacional, Bandeira sagrada, Ordem, e muitas outras e que não são mais do que poeira que te atiram aos olhos para quando te mandam marchar para qualquer lado, não vejas o que realmente vaes fazer e que é apenas defender os interesses dos grandes contra os pequenos.

Com aquellas palavras e a disciplina é que os teus superiores conseguem que vás perder a vida ou saude em Africa e te mandam para a rua atirar sobre o povo, onde se encontram amigos teus, a tua familia, mulheres, velhos e creanças. E tu marchas para a guerra disposto a matar e a morrer ou a ficar inutilisado para o resto da vida; ou vaes para a rua atirar sobre o povo para manter a ordem, convencido de que cumpres um dever, que és um heroe, que prestas um grande serviço á nação. E tu vaes matar gente que não conheces, que não te fez mal, porque julgas que desse modo defendes a patria dos inimigos, que não existem senão nas palavras dos que para la te mandam. O que tu vaes fazer é defender os interesses dos que governam e mais nada.

Quando te dizem que é preciso ir á Africa castigar os pretos que se revoltaram contra a soberania portuguesa, vingar uma afronta recebida e fortalecer o nosso dominio, enganam-te, porque nós não temos razão alguma para castigar pretos e fortalecer dominios, porque não temos direito de dizer que Angola, Moçambique, etc., nos pertencem. Nós apoderamo-nos daquellas terras; pela força obrigamos os seus habitantes a obedecer-nos, a trabalhar para nós, a pagar contribuições. E quando sentem que os exploramos em demasia,

revoltam-se, como é natural; e então para sufocar a revolta, chamam-te.

E la vaes tu, julgando que vaes defender os interesses legitimos da nação, quando a verdade é que defendes apenas os interesses dos que exploram o trabalho e as riquezas dos pretos em proveito proprio, sem se importarem com a nação para nada.

Quando te mandam para Africa, se lá morres ,nem em ti pensam ou se lembram de recompensar a tua familia da tua perda.

Se ficas estropeado num combate ou que as febres te arruinam a saude, dão-te uma medalha e deixam-te morrer de fome. E tens que pedir esmola, porque estás impossibilitado para lhes seres util. Conversa com os outros soldados que tenham ido á Africa; e se elles quizerem dizer-te a verdade, verás que confirmam o que eu te digo: As expedições, as guerras coloniaes para onde tu vaes entusiasmado com os discursos que te fazem, apenas servem para com o teu sacrificio, os commerciantes e os politicos servirem os seus interesses.

*

* *

Mas não é só nas guerras coloniaes que tu morres para servir os interesses dos que governam. E' em todas e sempre que te mandam marchar contra alguem, estrangeiro ou português, dentro ou fora de Portugal.

Em caso nenhum debes obedecer quando te mandam fazer uso das armas contra outros homens, não só porque a vida dos outros, seja quem fôr, deve ser sagrada para ti, mas porque, como te disse, nunca o fazes para servir os teus interesses ou os interesses do povo, mas para servir os interesses dos que mandam e que ficam muito tranquilos á espera do resultado do teu sacrificio para depois o gozarem.

Se amanhã te mandassem, por exemplo, invadir a Hespanha, dizendo-te que os hespanhoes eram teus inimigos a quem era preciso vencer, tu ficavas considerando como teus inimigos, homens que não conheces, que não te faziam mal e que na vespera te eram indiferentes. Conheces coisa mais parva, mais sem razão, do que odiar e matar gente desconhecida, só porque nos dizem que a odiemos e a matemos? Neste caso sabes contra quem ias bater-te? Contra outros soldados,

homens nas mesmas circunstancias que tu, isto é, enganados pelos seus governantes, que lhes dizem as mesmas coisas que os teus te dizem. E é em toda a parte a mesma coisa: os explorados, os pequenos a odiarem-se e a matarem-se uns aos outros, sem saber porque e para que. Quem o sabe são os que para lá os mandam e que ficam em suas casas á espera que a sorte das armas lhes dê ou lhes negue o que elles ambicionam.

*
*
*

Se Portugal, em vez de ser o invasor, fosse o invadido, não tinhas mais obrigação por isso, de marchar para a guerra, obedecendo ás ordens superiores. Costuma-se dizer em grandes discursos, que o maior dever do soldado é morrer pela patria; e que aquele que se recusa a isso é indigno de ser considerado um homem de bem; que o patriotismo é a primeira virtude do cidadão; que o homem que vê a sua patria em perigo, invadida pelo estrangeiro e não corre a dar o seu sangue para a defender, é criminoso, um cobarde, de que todos os bons patriotas se devem afastar indignados. Não é isto, pouco mais ou menos, o que tens ouvido dizer? Com estas e outras ideias falsas, é que se consegue que te convenças da obrigação de ires matar e morrer em proveito dos governantes. Mas pensa um pouco e verás que essa obrigação não deve existir, que ninguem tem o direito de te mandar defender o territorio invadido. Quando ha uma invasão, se o povo vê que os seus interesses estão realmente ameaçados, não é preciso que ninguem lhe diga que os va defender, porque elle sabe bem o que deve fazer. E' o que tem acontecido sempre e em toda a parte. Mas os que não teem interesses a defender, porque nada possuem, que obrigação teem de ir sugeitar-se a morrer ou a ficarem estropeados? Para que? O que teem elles a defender se elles nada possuem? Esses que teem interesses, que possuem capitaes de qualquer especie e que estão em risco com a invasão, que os vão defender se quizerem. E' nestas occasiões que tu és enganado com os taes discursos em que se fala na nossa patria, na patria *que é de todos* e pela qual é preciso darmos o sangue. Nestas occasiões a patria é de todos e sobretudo do povo a quem se manda morrer por ella. Mas em tempo de paz, quando as propriedades, as fabricas os palacios, as

herdades não se acham em perigo, a patria já não é de todos; é só de alguns e de bem poucos.

Por isso, esses que se dizem unicos donos das suas propriedades, que lhes gozam o rendimento, se enfurecem contra os que dizem que a propriedade deve ser de todos que trabalham, esses que a disfrutam quando ella está prospera, que a vão defender quando o estrangeiro lha invade. Afinal o patriotismo em que te falam os teus superiores, é apenas o morrer de boa vontade, para conservar intactos os bens que alguns disfrutam à custa do trabalho dos que nada teem. São bons patriotas e bons soldados os que nada tendo e vivendo explorados, consentem em matar e em morrer para defender as propriedades dos ricos; depois do que, estes continuam a explorar os bons patriotas e a disfrutarem elles só o fruto da exploração.

E quer o dono da propriedade seja estrangeiro ou portu-
guês, a exploração é igual. Os capitalistas são patriotas, mas não se lhes dá de mudarem os seus bens para o estrangeiro se isso lhes convem, ou de contratar trabalhadores estrangeiros, se estes trabalham por menos dinheiro que os nacionaes. O seu patriotismo só é grande quando não vae contra os seus interesses. Não te deixes por isso iludir com os taes discursos em que se fala de patriotismo, de honra nacional, etc. Isso tudo nada mais representa do que a poeira em que te falei e que te atiram aos olhos para que não vejas a verdade.

*
* *

Outrotanto acontece com as revoltas militares e as guer-
ras civis. Toma muito sentido para o que te dizem e para o que te prometem, quando te falam em liberdades a defender, em derribar governos. Nestas ocasiões tu és quasi sempre victima dos ambiciosos, como quando se trata de ir para a guerra com estrangeiros.

Não te deixes embalar com os discursos dos politicos, que apenas se querem aproveitar da tua força para satisfazerem as ambições que teem. Quando te disem que é necessario que te revoltes para salvar a patria, para expulsar um certo governo, para implantar a liberdade, etc. o que querem é que lhes sirvas de degrau para elles se apoderarem do governo, apoiando-se na tua força, sem a qual nada podem. Quando

os officiaes e os politicos querem servir-se da força dos soldados, passam estes a ser camaradas, amigos e companheiros. Então faz-se tudo que o soldado quer, promete-se-lhe tudo. Depois da revolta, depois do soldado ter derribado um governo para os pôr a elles a governar, volta tudo á mesma. Os amigos e companheiros da vespera, tornam-se superiores a quem é preciso obedecer. Então querem por sua vez, que o soldado seja disciplinado, castigando-o como criminoso, se lhes desobedece. A revolta que tinha sido um acto digno, dum bom cidadão passa a ser um crime, porque é praticada contra elles. O soldado livra-se assim dum jugo para cahir noutro igual; porque tanto uns como outros, só se servem da sua força para satisfazerem a ambição de governar.

Tu não ganhas nada em te revoltares contra um governo para o substituirem por outro.

Quando ha uma revolta militar e que triunfa quem aproveita com ella são os officiaes que a provocaram ou que aderiram a ella; tu ficas sempre o mesmo soldado, comendo o mesmo rancho e sofrendo no quartel os mesmos castigos que dantes. E se a revolta é vencida, os officiaes são castigados; mas tu tambem o és e tanto ou mais duramente que elles.

De maneira que numa revolta assim, os officiaes arriscam-se a perder ou a ganhar; mas tu arriscas-te a perder ou a ficar na mesma; a ganhar, nunca.

Durante o tempo que durou a guerra entre D. Pedro e D. Miguel, morreram milhares de soldados, combatendo uns pelo governo absoluto, outros pelo liberal. O partido liberal venceu; mas o que ganharam os soldados do partido? Ficaram soldados como eram antes, sujeitos á mesma disciplina na caserna, nas mesmas condições em que ficariam os soldados de D. Miguel se este fosse o vencedor na contenda. Tanto uns como outros combatiam por um homem ou por um grupo de homens que queria governar. Combatiam e morriam sem saber porque, pois até houve tropas que ora se batiam por D. Pedro ora por D. Miguel, conforme os officiaes que as comandavam pertenciam a um ou outro partido. O soldado é deste modo uma perfeita máquina, que não pensa, que só obedece, cuja vida está dependente das ideas e dos interesses dos que o comandam.

Ora é preciso que te convenças de que és um homem, que tens tanto direito á vida como aquelles a quem se diz que deves obediencia. Tu não deves obediencia a ninguem fora

da tua vontade. Ninguém tem o direito de dispôr da tua vida, da tua saude ou do teu tempo, quer seja em nome do rei, da patria ou da liberdade.

Por isso áquelles que quando te falarem em revolta, te falarem ao mesmo tempo em substituir governos, manda-os passear, com a certeza de que elles apenas querem explorar em seu proveito a tua força. Se os que te falam são sinceros. é porque estão iludidos por outros a quem servem as ambições.

Quando te revoltares, debes faze-lo sabendo contra quem te revoltas e sobretudo para que .Revolta-te para te livrares do jugo da disciplina, da obediencia, para seres livre. Ou então revolta-te para não marchares contra o povo, contra os teus irmãos, camponezes e operarios, quando elles reclamam justiça e liberdade.

*

* *

Ahi está outro papel que os governantes te obrigam a desempenhar e que é o mais odioso de todos: mantenedor da ordem.

A Ordem! Mais uma palavra das muitas com que te encham a cabeça para melhor te enganarem. Quando o povo faz reclamações e que o ruido delas incomoda a burguesia, os ricos, mandam-te manter a ordem. Quer dizer, ordenam-te que faças calar os que falam alto de mais. Isto é que é manter a ordem. E quem fazes tu calar a tiros de espingarda? Uma multidão de gente que vive na miseria, que não tem pão para comer, que treme com frio, que anda rôta e vive em casebres onde muitas vezes chove como na rua. E os homens e as mulheres dessa multidão é que fabricam o pão e as roupas que lhes faltam. Então pedem e não os atendem; tornam a pedir e não os atendem. E quando a miseria e a injustiça são tão grandes que elles gritam cheios de dôr e de cólera, os ricos chamam a isso a desordem e ordenam á força armada que mantenha a ordem. Que acabem os gritos e as reclamações, senão as balas fecham para sempre as bocas que se atreveram a gritar, para que os mais aprendam a ter fome em silencio, sem incomodar os ricos com os seus desesperos.

E o encarregado de fazer calar as bocas a tiros d'espingarda, és tu. Tu, que fora do serviço militar, és um trabalhador, um operario, como aqueles que te mandam fuzilar. Os que

exploram o trabalhador riem-se das suas reclamações e das suas revoltas, porque contam contigo para as sufocar. E tu obedeces em nome da disciplina e fuzilas o povo. E' em nome da disciplina que te mandam atirar sobre a tua propria familia, sobre o teu pae ou o teu irmão, se elles se revoltarem contra o capitalista que os explora. Julgas que não é verdade o que digo? Ha poucos anos o imperador da Allemanha fez um discurso a uns recrutas em que lhes disse o seguinte, a proposito do juramento de obediencia, semelhante ao que tu prestas de obediencia ao rei:

«Vos não tendes d'aqui em deante se não um inimigo: o meu inimigo. E se alguma vez do que Deus se não lembre, eu me vir obrigado, a ordenar-vos que façaes fogo sobre as vossas familias, ainda que seja sobre os vossos irmãos e irmãs, sobre vosso pae e mãe, então lembrai-vos do vosso juramento».

Quer dizer: então lembrai-vos que é preciso obedecer-me. O que o imperador da Alemanha disse, é o que todos os governantes pensam, embora não tenham a franqueza de o dizer.

Ja vês o triste papel a que te destinam. E' na tua força que se apoia a exploração do pobre pelo rico. Se não fosse ella, a exploração havia de diminuir rapidamente, até acabar, porque tinham de atender e satisfazer as reclamações que os trabalhadores fizessem.

Depende apenas de ti que desapareça muita miseria; que os teus companheiros de trabalho os teus amigos, a tua familia, tenham mais bem-estar. Isto é tão simples, que toda a gente o compreende; e é desta verdade que os teus superiores teem mêdo. Não querem que a conheças; é por isso que elles te prohibem que leias certos jornaes e certos livros. Não querem que tu penses, que raciocines, proque sabem que se o fazes, começas a aborrecer a vida militar.

Um dos maiores guerreiros que tem havido, Frederico II, que conhecia muito bem o espirito do soldado, dizia: *«Se os meus soldados começassem a pensar, não ficava um só nas fileiras».* Que haviam de fazer os capitalistas, os governantes, todos que exploram o trabalhador, se tu conhecendo a verdade, não lhes obedecesses quando te mandam marchar contra o povo?

Quando os operarios fazem greve porque não conseguem elles tantas vezes o que desejam? Porque tu com a força que tens, os obrigas a retomar o trabalho, pois que apesar de tudo preferem continuar a ser explorados a morrerem dum

tiro de espingarda. Se não fosses tu, os patrões tinham de ceder; e os trabalhadores diminuiam a sua miseria. Se tu não quizeres empregar a força das armas contra o povo, quem te pode obrigar a isso? Ninguem. Para que o povo fosse mais feliz, para que os teus amigos, camponezes e operarios vivessem melhor, bastava que tu cruzasses os braços quando te mandam atirar sobre elles.

Não te assustes com a falta de disciplina, com a desobediencia que cometes, porque os teus superiores nada podem contra ti. Nem te debes envergonhar em lhes desobedeceres, julgando que praticas uma má acção.

Pelo contrario; debes orgulhar-te, porque procedendo assim, trabalhas pelo bem de todos, ajudas o povo a livrar-se da miseria em que vive. Se alguém te censurar por seres um indisciplinado, pergunta-lhe porque é que sobem de posto, e recebem medalhas e outras honrarias os officiaes que se revoltam contra um governo e ficam victoriosos.

Lembra-te sempre do seguinte: um acto de revolta é considerado um crime, se o que se revolta fica vencido; se fica vencedor, a revolta é uma heroecidade.

Quem vence é que se diz que tem razão; e quem tem força é que vence. E' por isso que os capitalistas dizem que elles é que teem razão; é porque teem a força que são os soldados obedientes. Ora tu bem sabes que a verdade é que são os trabalhadores que teem razão. São elles que produzem quasi tudo e que não teem quasi nada. E isto é justo? E' justo que aquelles que não trabalham sejam exactamente os que tudo teem; mesa farta, palacios, carruagens, quintas, enquanto os que trabalham não teem ás vezes pão e andam muitas vezes rôtos e descalços? Não; não é justo e não deve continuar a ser assim. Todos que reconhecem esta verdade e não querem ser exploradores do povo, devem concorrer, como puderem para que a injustiça acabe. E como já te demonstrei, tu melhor que ninguem, podes melhorar a sorte do povo. E' principalmente de ti que depende a felicidade delle.

*
* * *

Provavelmente, mais de uma voz, durante a leitura desta carta, tens tens pensado pouco mais ou menos o seguinte: «Elle tem razão no que diz; mas que posso eu fazer sosinho?

Se me revolto sou castigado, riem-se os outros de mim e o povo nada ganha com isso. Seria preciso que uma grande parte do regimento se revoltasse para poder impor a sua vontade. Mas um só nada pode fazer. A corda quebra sempre pelo lado mais fraco».

E' com estes e outros pensamentos semelhantes que te calas, continuando a obedecer ás ordens que te dão, apesar de saberes que o não deves fazer.

Não queres revoltar-te sosinho, recusando-te a atirar sobre o povo, porque estás convencido de que só tu serias a sofrer e o povo nada ganhava com isso. E' verdade que podes sofrer com a desobediencia; mas a coragem que mostras obedecendo só á tua consciencia, como um homem livre, é um grande exemplo para os outros. Alguns tem havido que o tem feito; esses são verdadeiros heroes, que se sacrificam pelo bem dos outros para satisfação da sua consciencia; mas não é so por esse meio que se podem dar bons exemplos de independencia e amor pelo povo.

O que um não pode conseguir, conseguem-no alguns: o que alguns não podem fazer, fazem-no muitos. Mas basta alguns, para que o seu exemplo seja seguido por muitos.

O que é preciso é comunicares o que pensas aos teus camaradas; ensinar-lhes a verdade para elles a ensinarem a outros. Então ja serão muitos e poderão impor-se aos superiores, já não correm perigo em se recusarem a marchar contra o povo.

Se alguém não aceita o que dizes, é preciso não desanimar e não julgar por isso que nada se pode fazer. Outros havera que compreendam o que lhes disseres; e se no fim de muito trabalho apenas tiveres convencido um so, o tempo não foi perdido. Esse pode por sua vez ensinar outros, o que não poderia fazer se tu o não tivesses ensinado a elle.

E' deste modo que se combinam para não marchar contra o trabalhador. E' assim que os soldados são verdadeiros heroes. A verdadeira gloria é ir contra os poderosos a favor do povo, que é fraco. A verdadeira gloria não consiste em dar a morte; consiste em aumentar a vida. Tu, de quem fazem um heroe da guerra, que traz consigo o luto e a miseria, podes, querendo, ser um heroe da paz, da alegria, da felicidade. Para terminar aqui te deixo a opinião dum general allemão; repara que é um general que fala; o general Vom Blum:

«As classes e os homens que não protestam contra todas as injustiças, que não sentem os males que os oprimem e que

«ALMA NACIONAL» (1910)

Emílio Costa considera necessária para o proprio desenvolvimento económico pretendido pela burguesia nacional, a instauração de uma democracia republicana burguesa. A monarquia constitucional demonstrara já, na prática, a sua completa incapacidade para resolver os problemas nacionais, e, de um modo mais concreto, de satisfazer as necessidades de desenvolvimento económico da burguesia.

Note-se que este artigo é escrito cerca de um mês antes do 5 de Outubro, e é de assinalar a certeza categórica posta por E. C. na próxima mudança a operar em Portugal.

O PROLETARIADO E A REPUBLICA

Á força de reproduzida por varias formas, é banal a ideia de que a nação portugueza está numa fase interessantissima da sua existencia, reconhecendo-se geralmente que uma mudança se operou na vida social e politica do povo, que vae ter, dentro de muito pouco tempo, a sua sanção com a mudança de regimen.

A democracia burguesa, incompatibilizada com as instituições monarchicas, chegou á expansão precisa para fazer desa-

parecer o regimen que não soube corresponder á evolução operada nas classes que compõem aquella democracia.

Portugal não podia ficar isolado da vida europêa no decorrer do seculo ultimo, a ponto de não ser atingido pelas correntes de ideias sociaes que se espalhavam pelo mundo civilisado, como não podia isolar-se e não ser tocado pela modificação que, na vida economica dos povos, produziu o desenvolvimento da industria moderna.

Portugal não ficou indiferente a essas duas influencias, e por isso se começou desenvolvendo, ainda que tarde e muito lentamente uma vida economica nova, á qual correspondiam novas aspirações politicas. Assim se foi formando o que se pode chamar a consciencia collectiva da nação, concretisando-se no progresso demorado mas constante da classe media.

Foi isto que a monarquia chamada constitucional não viu, e por isso se não adaptou á evolução que se ia operando no paiz, e não deu, por consequência, satisfação conveniente ás necessidades da classe que se desenvolvia e que seria, num dado momento, a classe dominante.

Esta, á medida que a sua influencia se afirmava, sentia a necessidade d'uma sanção d'ordem politica á sua expansão economica; isto é, precisava do apoio politico para melhor afirmar o seu poderio economico.

Esse apoio devia-o ter encontrado na monarquia constitucional, que lho não prestou. As necessidades politicas da burguesia, não sendo satisfeitas, provocaram naturalmente o mal-estar, que se traduziu em reclamações e protestos, que se foram agravando até á incompatibilidade actual, que tem de resolver-se com o desaparecimento da monarquia constitucional.

Os homens do constitucionalismo não compreenderam o que era preciso fazer, para que a nação se não divorciasse do regimen. Viram nas reclamações politicas, reflexos apenas d'um vago idealismo, que chegara a Portugal para fazer 1820 e do qual nada restava que merecesse seria atenção. As aspirações politicas não tinham sido satisfeitas com a queda de D. Miguel? Tudo que se reclamasse no campo politico era, portanto, considerado pelos governantes portuguezes, como que uma impertinencia de meia duzia de lunaticos com os quaes se não devia perder tempo, ou de demagogos ambiciosos, que se compravam para que se calassem. Assim arrumavam o problema politico; e para satisfazer as reclamações

da burguesia que se manifestava, faziam-se discursos, promessas, relatorios, projectos, que apenas serviram de trunfos no jogo das ambições politicas dos governantes, e com que se ia entretendo a classe de homens que reclamava.

Os pouquissimos melhoramentos materiaes que appareceram, foram feitos para acompanharem o progresso, como que um luxo que a nação se dava para não ficar fóra da civilização, e de modo nenhum como resultado do estudo das necessidades do paiz, d'uma comprehensão clara do seu desenvolvimento economico e da significação social que ele tinha.

Todos esses *geniaes* estadistas de que se fala nos artigos e nos discursos dos politicos da monarchia, mostravam apenas esse genio em frases, nos seus discursos e relatorios, fallando miseravelmente onde era preciso afirma-lo, que era nas realizações ou tentativas de realização com que satisfizessem as necessidades do paiz. A fraseologia falada e escrita tem constituido até agora a principal prova de genio dos homens publicos portuguezes, para não dizer a unica. Durante annos, isso serviu admiravelmente, porque as necessidades d'outra especie de genio, se não faziam sentir com muita força. Todos viviam contentes, até que o mal-estar augmentou e os primeiros arrufos appareceram. Eram pequenos avisos, que deviam servir para que os taes genios mudassem de caminho, se elles não fossem afinal — com raras excepções — uns pobres diabos palradores, e mais nada.

Essas manifestações de descontentamento não acharam, portanto, eco algum entre os governantes, continuando estes na mesma senda trilhada e tornando-se, por isso mesmo, cada vez menos capazes de mudar a sua orientação politica. De modo que o problema cada vez se tornava mais difficil de resolver, porque a diminuição da capacidade administrativa dos governantes manifestava-se ao mesmo tempo que o progresso da consciencia de classe social da burguesia.

Quando as reclamações e os protestos começaram a fazer-se ouvir e que já não podiam ser abafados com palavriado e promessas, os governantes zangaram-se e resolveram fazer calar á força quem os incomodava com questões que elles não comprehendiam e que por isso julgavam extemporaneas ou sem razão de ser. O que succedeu? O que succede sempre que os chamados dirigentes d'um paiz contrariam as necessidades e as aspirações da classe social que contem em si todos os elementos de preponderancia. Originou-se um conflicto,

que se foi agravando, até que chegou á fase revolucionaria, em que Portugal entrou ha tres annos e que está a chegar ao seu termo com o triumpho da democracia.

Esta vae realizar a obra que a monarchia não foi capaz de pôr em pratica, porque é justa expressão politica da classe burguezia dominante. Esta necessita de realizações politicas, correspondentes ao papel economico que ella representa, para que este se robusteça.

A burguezia democratica vae ter nas instituições republicanas a sanção politica indispensavel á sua expansão economica. Esta só se pode fazer, dando incremento grande á instrução, sobretudo á instrução tecnica, sem a qual não ha hoje poderio economico.

Como havia de a monarchia constitucional ter desenvolvido a instrução, se os seus homens não percebiam para que ella servia? Como haviam de dar a preponderancia na sociedade portugueza ao poder civil, se os homens do constitucionalismo não comprehendiam a importância que isso tinha para o progresso da consciencia civica da nação?

O derramamento da instrução e a supremacia do poder civil são as duas características principaes da sociedade burguezia; a primeira como condição necessaria da sua preponderancia economica e a segunda, constituindo o factor de progresso mental, idealista, necessario á evolução da sociedade.

E' a verdadeira vida constitucional que a nação portugueza vae conhecer, pois até agora essa vida tem sido puramente ficticia. E com essa vida nova, apparecerá em toda a sua grandeza, o chamado problema social, que consiste em satisfazer as necessidades e aspirações da classe proletaria, que começa a adquirir essa consciencia de classe, que na burguezia chegou ao seu apogeu.

Veremos qual tem sido o progresso realizado n'esse sentido na massa proletaria e em que pode a mudança de regimen influir na sua vida social no nosso paiz.

Emilio Costa

«Alma Nacional» N.º 30 1 Setembro de 1910

«O SINDICALISTA»

O CONGRESSO SINDICALISTA

Não chega a um mez o tempo que falta para a inauguração do congresso operario sindicalista. Quer isto dizer que o congresso está a bater-nos á porta, e é propositadamente que digo bater-nos, porque se trata d'um acontecimento que interessa a todos os portuguezes e com o qual se deviam preocupar todos que falam em questões publicas, sob qualquer aspecto por que ellas sejam encaradas. Mas, infelizmente, assim não succede nem ha-de succeder por estes tempos mais proximos, porque a educação do povo portuguez, feita por politicos de toda a especie, foi a obra de mais completa desorientação que se póde conceber.

O povo, a massa popular, na sua imensa maioria, ou é pessoalmente egoista vivendo apenas para a satisfação das necessidades puramente individuaes, ou quando se ocupa das coisas de ordem collectiva, fa-lo, dando o seu apoio e a força do seu entusiasmo a um homem, a um politico que o entusiasmara com os seus discursos ou os seus artigos.

Educação não ha e por isso é completa a indiferença d'essa maioria por um acontecimento como o congresso, embora este, por um conjuncto de circumstancias, revista uma especial importancia.

Depois da proclamação da republica, a realização do congresso sindicalista, é o facto de mais importancia que se terá produzido no campo operario, em vista das condições de ambiente politico em que elle se realisa e sobretudo depois das medidas governamentaes interessando directamente as classes operarias. E' d'isto, parece-me, que os operarios que tomam parte no congresso se devem constantemente lembrar, afim de que os seus trabalhos tenham a orientação mais conveniente para o progresso da organização do operariado e para a defeza das reclamações que elle fizer.

Um ponto muito importante a considerar por parte dos congressistas é saber-se que os poderes vão olhar com muita atenção para o que no congresso se passar porque contam que elle lhes dê, em parte, a medida do valor da organização operaria sindicalista. E quando digo os poderes publicos, refiro-me tambem a todos, que embora não exercendo funções governamentaes estão com o governo, interessando-se por tudo por que este se interessa.

Isto quer dizer que, apesar de ser uma minoria, haverá muita gente com os olhos postos no congresso, á espera do que elle fizer, isto é, do que nelle se disser.

Este facto impõe um dever a todos os congressistas, que é o de mostrarem que existe no operariado portuguez uma corrente de ideias, nitidamente estabelecida e conscientemente seguida.

* * *

E' esta a grande missão do congresso sindicalista. E se das suas sessões se conclue que existe, realmente, uma orientação bem definida, o congresso será de uma utilidade incontestavel e prestará um serviço de valor ás classes trabalhadoras. Mas, para que isto aconteça, é indispensavel que os congressistas olhem mais para a qualidade das questões a tratar, do que para a sua quantidade. Lembrem-se os operarios, que pelo congresso se interessam com vontade, de que elle seja alguma coisa de valor, de que não é falando muito, saber muitos assumptos, que se mostra possuir uma orientação e meios de a pôr em pratica.

Isso, em regra, o resultado que produz é exactamente mostrar que se está atacado do preconceito de que o opera-

riado é capaz de se ocupar de tudo. E, depois, fala-se, discute-se, grita-se e não se chega a conclusão alguma, porque não houve tempo de pensar em tudo e de tudo estudar convenientemente.

Se eu fosse um organisador do congresso, procuraria que se discutissem poucos assumptos e escolheria, com muito cuidado não só os que mais interessam presentemente a classe operaria, mas aquelles que os congressistas poderiam discutir com mais conhecimento de causa e, por consequencia, com mais utilidade para todos.

Esta seria a minha principal preocupação; depois procuraria afastar do meu espirito a ideia de que o congresso deveria revestir muita imponencia quanto ao numero de congressistas. Quer isto dizer que preferia que o congresso tivesse poucas adesões ou me desinteressava por completo d'esse ponto? Não, evidentemente; procuraria que o numero de adesões fosse o mais elevado possivel, mas sem perder de vista que não era pelo numero que o congresso principalmente teria importancia.

Tanto mais razão haveria para pensar assim, quanto se trata d'um operariado atrazado, onde é, portanto, difficil encontrar gente bem orientada. E' o que, de resto, eu creio que sucederá, a despeito da boa vontade dos organisadores do congresso em reunir um grande numero de adesões: o congresso não ha-de revestir uma grande importancia numerica. E é d'isso que se não devem admirar os seus organisadores, nem deplorarem o facto, se elle se der, porque elle nada significa para a verdadeira importancia que deve ter: a que provém da orientação e competencia com que os assuntos serão tratados.

Lembrem-se os congressistas que a organização operaria está, pode-se dizer, no começo, e que é preferivel pouca gente que pense, á muita gente que só faz barulho e nada produz, e que é do que lá se disser, e não do numero de adesões, que os adversarios inteligentes dos operarios sindicalistas deduzirão o valor da sua orientação.

Emilio Costa (1)

QUEIMANDO ASSUCAR

As poucas linhas que seguem, são para os amigos e camaradas dignos d'este nome.

Parece que com o lugar que vou exercer na Suissa, se tem produzido um mal entendido ou coisa que o valha, o qual tem produzido apreciações de duvida sobre a honestidade do meu proceder. Aos que, por mal informados, podem julgar que decido *arranjar-me* na vida, embora á custa d'uma abdição, devo dizer que se tranquilisem, porque não ha motivo para receios. Eu bem sei que é facil jogar com a palavra *diplomata* e assim fazer-se muito espirito e que as confusões são faceis de estabelecer. Por isso mesmo é bom desfaze-las; nada se ganha em as deixar avolumar.

O meu lugar na Suissa é o d'um empregado, *que não exerce funções diplomaticas algumas*, e não é *de qualquer forma*, um empregado de confiança politica e portanto com as respectivas responsabilidades.

E' o d'um empregado, como tantos milhares d'outros — e entre os quaes alguns camaradas, que estão acima de toda a suspeita — para quem o estado é patrão. Ora no meu caso, ainda este patrão é-o apenas nominalmente, para facilidades de trabalho, pois que não me dá ordenado algum; para este efeito, sou apenas um empregado particular.

Isto quanto ao presente; no que respeita ao futuro... de todos nós, os actos de cada um é que respondem.

Repito; o que ahi fica, é apenas para os amigos e camaradas dignos d'este nome.

Emilio Costa (2)

«O Sindicalista» N.º 13 5 de Fevereiro de 1911

NOTAS

(1) A publicação deste artigo antecede a realização do Congresso Sindicalista de 1911, que teve lugar em Lisboa a 7 de Maio desse mesmo ano.

(2) Neste artigo, Emilio Costa como que justifica a sua aceitação de um cargo official, o de secretário do embaixador português na Suíça, o poeta Guerra Junqueiro. Note-se a sua preocupação de desfazer equívocos, que, segundo se depreende do texto, existiam pelo menos entre alguns dos seus companheiros.

«ACÇÃO DIRECTA E ACÇÃO LEGAL»

Alexandre Vieira no seu livro «*Figuras Gradadas do Movimento Social Português*», diz a respeito desta obra de Emílio Costa: «...consideramos o melhor trabalho de Emílio Costa, pois havendo lido talvez tudo quanto se tem publicado em volta do tema em referênciã, jamais o vimos tratado com a clareza, a precisão e a lógica com que o apresentou o extinto propagandista nessa admirável conferência».

Foi precisamente numa conferência, quando da inauguração da Casa Sindical de Lisboa, em 31 de Dezembro de 1911, que E. C. expôs a sua posição face ao sindicalismo e à acção directa. Acontecimento de maior relevo para a organização sindical portuguesa, a abertura da Casa Sindical constituiu por si só um acontecimento digno de registo. Reproduzimos a notícia publicada em «*O Sindicalista*»:

UMA FORTALEZA SINDICALISTA INAUGURA-SE A CASA SINDICAL

*O que houve no Domingo e Segunda-Feira
A solidariedade da classe trabalhadora*

Realizaram-se efetivamente nos dias 31 do mez passado e 1 do corrente, as manifestações anunciadas pelo *Sindicalista* para a inauguração da nova

séde da União dos Sindicatos de Lisboa, a que nós chamaremos d'ora ávante a Caza Sindical, por entendermos que é esta a designação que melhor fica ao reduto que atualmente alberga as mais importantes instituições da organização sindicalista revolucionaria.

Não houve grandes festas, mas houve sem duvida uma escelente sementeira dos principios sindicais, que é o que mais importa.

Poucas vezes se terão talvez feito em Portugal manifestações tão imponentes como aquelas a que assistimos nos dias citados. Todos os que desconheciam a tática e a orientação sindicalistas, e que assistiram à monumental conferencia de Emilio Costa e ás sessões de propaganda, ficaram decerto conhecendo as vantagens que os trabalhadores teem em seguir a ação que nós preconizamos e que lá fóra, especialmente em França, tão ótimos resultados tem dado. Os que porventura na caza da rua do Seculo viam apenas um grande edificio onde, como moraria muita gente, poderiam morar muitas Associações, ficaram sabendo que o fim que ali reunia todos aqueles sindicatos era não só o de dar uma grande coezão á vida operaria, como tambem o de crear novas instituições de propaganda, de ensino e de ciencia, que habilitem o operariado a entrar com consciencia na luta pelas suas reivindicações.

Portas a dentro da Caza Sindical devem e hão de reinar a paz e a harmonia, que predispõem ao trabalho e ao amor. A guerra, não guerra sangrenta e morticida, mas guerra de principios e de ideias, partirá dali não contra os que teem sede de justiça, mas contra os que á custa do suor dos que trabalham vivem principescamente, rindo e zombando do povo que sofre e a quem com ares desprezíveis chamam a *canalha*. Essa guerra tem um fim alto e nobre — o de preparar uma sociedade onde todos sejam ditozos, em que não haja senhores nem escravos, ricos nem pobres, explorados nem exploradores.

★

Não póde *O Sindicalista* — sob pena de outro assunto não poder abordar — dar um relato completo das manifestações levadas a efeito. Temos, por isso, que limitar muitissimo esta noticia, o que não sucederia se *O Sindicalista*, em vez de ser, como é, um semanario, fosse, como o poderia ser, se a massa operaria quizesse, uma folha diaria.

A Caza Sindical esteve exposta ao publico, como se disse, durante os dois dias. De manhã á noite, entraram ali numerozissimas pessoas, umas por mero espirito de curiosidade, entre as quaes descobrimos até varios industriaes, e outras, a grande maioria, que iam ver a *sua caza*, porque a ela estão ligados pela sua qualidade de sindicados. A vasta e imponente escadaria do edificio, ornamentada a capricho, com varias plantas, pelos camaradas do Sindicato dos Jardineiros, oferecia um lindo aspéto, bem como as diferentes salas e gabinetes, onde a concorrência era numerozissima, saindo todos dali bem impressionados.

A SESSÃO INAUGURAL

Pelas 3 horas da tarde realizou-se a sessão inaugural. A meza foi constituída pelos camaradas José Maria Gonçalves, que ocupou o logar de presidente, e Joaquim Marques e Delfim de Souza Pinheiro, secretarios.

Perante numeroza assembleia, que enchia por completo a vasta sala das sessões, corredores e salas contiguas, o camarada presidente, vizivelmente comovido, declara aberta a sessão, que inicia por um pequeno discurso, espondendo as vantagens do facto que se realiza — a unificação das Associações de Classe numa grande séde, a ezeemplo do que se faz noutros paizes, o que era de inadiavel urgencia para o nosso movimento.

Terminando, convida os camaradas Rui Alves das Neves, representante dos Trabalhadores Rurales da Moita e dos maritimos de Aldegalega, e Augusto Caldeira, representante dos empregados do Comercio de Evora, a occuparem os logares de secretarios.

Feita esta substituição, toma a palavra o camarada Francisco Soares Silva, representante da Federação Operaria dos Açores, que, numa espozição simples e sucinta, incita os trabalhadores conscientes a que arranquem da taberna os seus camaradas de trabalho e os tragam à sua Associação de Classe. Veio a Lisboa estudar a organização operaria a implantar na terra da sua naturalidade. Ao terminar é saudado com uma estronzoza salva de palmas e a filharmonica operaria da Amora ezeceuta a *Internacional*, acompanhada a canto por muitos dos assistentes.

Segue-se no uzo da palavra o camarada Joaquim Antunes, representante dos Operarios Vidreiros da Amora, que, preconizando a ação sindicalista, rebate a ação politica, incluindo o socialismo estatista.

Nas salas contiguas comprime-se cada vez mais o povo operario, asfiscia-se. Então o camarada Antonio Sá Junior interrompe o orador e lembra que se continue a sessão no recinto ao ar livre, em frente da séde, para que assim todos possam assistir a ela. Alguns assistentes aplaudem a ideia, mas Joaquim Antunes não concorda, e com ele a maioria da assembleia, o que dá logar a um incidente sem outras consequencias que não fosse uma irritação momentanea.

Continuando no uzo da palavra, o camarada Joaquim Antunes expõe a sua opinião sobre o problema economico, tratando especialmente da oferta e procura de trabalho, após o que terminou o seu discurso com um viva à unção dos trabalhadores, entuziasticamente correspondido.

O camarada Augusto Caldeira, num discurso breve, levanta o seu protesto contra a condenação dos implicados nos acontecimentos de Cullera e esproba a vaidade estulta dos caixeiros que estabelecem entre si categorias, menosprezando os que julgam inferiores.

Encontrando-se na sala os camaradas Sola e Saavedra, espulsos de Cuba por terem sido os organizadores do movimento operario naquela cidade, o camarada presidente dá a palavra ao primeiro destes, que eloquentemente rebate o estabelecimento das fronteiras, que tornam os homens estrangeiros e inimigos mutuos. Faz um escelente discurso de propaganda revolucionaria, que é bem acolhida pela assembleia.

São lidas depois varias saudações de associações de fóra.

A seguir fala o camarada Saavedra, que esplica o motivo porque foi espulso de Cuba, abordando depois o problema economico social, cujo estudo versa principalmente sobre a organização comunista da sociedade futura. Declara aceitar a ação sindicalista como passo intermedio entre o actual regime social e o almejado por todos os homens cultos. Refere-se aos acontecimentos de Cullera e julga conveniente que se faça a boicotagem aos produtos espanhoes e se evite a esportação para Espanha. Recebe muitos aplausos.

O camarada presidente apresenta uma proposta de Anastacio Antunes, tendente a que se officie aos camaradas espanhoes protestando contra a

condenação dos camaradas de Cullera; julga inutil submeter esta proposta á assembleia, visto estar no animo da mesma, sendo as suas palavras ratificadas com nutridos aplausos.

Carlos Olimpio dos Santos, representante da Associação de Classe dos operarios da Industria de Carruagens, num discurso breve arrebatava a assembleia com as suas palavras sinceras e revoltadas contra todas as tiranias: aprova o protesto contra as condenações de Cullera e lembra a conveniencia dêsse protesto ser verdadeiramente estronozo e eficaz.

O camarada Jaime de Castro preconiza o internacionalismo e participa que se acha presente um camarada francez, da Confederação Geral do Trabalho, terminando por fazer um apêlo a todos os camaradas para que enviem os seus esforços afim de conquistarem as regalias a que teem direito.

Anastacio Antunes refere-se ao facto de se acharem na sala agentes da judicaria e lamenta o seu procedimento, se eles veem, como crê, com mandato especial de delatarem os discursos dos oradores. Faz um apêlo aos serventuarios das instituições para que tomem a defeza do operariado, repudiando a disciplina da cazerna, incita o operariado a combater o capitalismo, base de todo o mal estar social.

Toma então a palavra o camarada francez Mártel, operario construtor civil de Paris e membro da C. G. T. Produz um breve discurso, mas como não pôde fazer-se comprehender serve-lhe de interprete o camarada presidente: Mártel explicou que não é um estraditado, nem traz mandato especial do operariado francez para o representar nesta sessão; anda em viagem, e, de passagem em Lisboa, aproveita a ocazião para felicitar o operariado portuguez, interpretando o sentir do operariado francez, e faz votos pela constituição da Confederação Geral de Trabalho em Portugal.

Rui Alves das Neves, que representa ali quazi todas as Associações de Classe de Trabalhadores Ruraes da região do Sul, regozija-se com o progredimento da organização sindicalista, e, como representante dos trabalhadores ruraes, faz considerações muito sensatas, convicto de que aquelles serão os grandes obreiros da Revolução Social. A sua palavra, quente e revoltada, arranca da assembleia fartos aplausos.

O camarada Jorge Coutinho fala em nome da Comissão Ezecutiva do Congresso Sindicalista. Diz que aquele dia marca uma nova *étape* na historia do Sindicalismo em Portugal. Aquella sessão é uma manifestação verdadeiramente internacional, muito embora os camaradas espanhoes e o camarada francez Mártel não se encontrem aqui com mandato especial do operariado dos seus paizes. Faz destacar a força de que dispõe o operariado para combater todas as tiranias e conclue o seu discurso agradecendo a compencia daqueles camaradas, porque isso representa a solidariedade internacional.

O camarada presidente participa que está esgotada a inscrição dos oradores e, portanto, vae encerrar a sessão, fazendo antes disso um rezumo das aspirações do proletariado que segue a orientação sindicalista revolucionaria, que é todo aquele que, sem intermediarios, pretende alcançar, pela sua esclusiva ação, as regalias a que tem direito na sociedade humana.

Durante a sessão, isto é, quando os oradores concluíam os seus discursos, as bandas de muzica, que estavam instaladas nas salas contiguas, ezecutavam a *Internacional*, que era entuziasticamente aplaudida e acompanhada em côro pela assistencia.

A CONFERENCIA

Com o salão literalmente cheio e as salas contiguas e corredor igualmente tomados pela assistencia, que se comprimia, realizou o camarada Emilio Costa, que para esse fim veio expressamente a Lisboa, a anunciada conferencia, a qual principiou às 8 horas da noite, terminando já depois das 10.

O conferente, que sabe, como poucos, o que diz, e que além disso sabe falar com sinceridade — coiza rara nestes tempos — leu a sua conferencia e explicou porque é que a lia. É que tinha a preocupação de proclamar apenas a verdade, e para que o seu pensamento em nada podesse ser traído, rezolvera lêr a sua conferencia, certo de que assim não omitiria nenhuma das considerações que ali dezeitava fazer.

A conferencia de Emilio Costa é simplesmente um estudo admiravel, talvez o melhor trabalho que no genero se ha feito em portuguez. É-nos impossivel dar um rezumo dessa conferencia, mas com isso nada perdem os nossos leitores, visto que ela se vae publicar muito em breve e então todos terão ensejo de ver que não exageramos.

Antes da conferencia, foi lida uma saudação da União dos Trabalhadores do Norte, que nesse dia realizava tambem a sua sessão inaugural, sendo a leitura coberta de aplausos. Tambem o camarada Emilio Costa communicou que os pedreiros de Portalegre inauguravam na segunda feira o seu sindicato profissional e que o tinham encarregado de transmitir as suas saudações aos camaradas de Lisboa.

Um numerozo grupo de camaradas, antes e depois da conferencia, cantou com muito sentimento a *Internacional*.

A SEGUNDA SESSÃO DE PROPAGANDA

À sessão noturna de 1 de janeiro prezidiu o camarada Jenonimo de Souza, secretariado por Joaquim Marques e Antonio Travelho, que explana largamente os fins da reunião. Fala primeiramente o camarada Antonio Henriques, pela Comissão Eze cutiva do Congresso Sindicalista, dizendo que a unificação das sédes se impunha pelas numerosas vantagens que do facto resultam.

A economia, o conforto, a facilidade de comunicação, a troca de impressões, a criação de instituições uteis, como a biblioteca, a escola e o museu profissional, são cousas que hão de contribuir poderosamente para o desenvolvimento da organização e educação operaria.

Manoel Afonso, delegado do Sindicato dos Encadernadores, saúda nos delegados, as colétividades que honram com a sua presença aquella festa, que marca de facto uma nova faze no movimento operario nacional. Depois, explana-se, com muita felicidade, sobre a missão dos militantes.

O camarada Rebelo, delegado dos Calafates de Lisboa, congratula-se de falar a camaradas que esperam a sua emancipação do seu proprio esforço. Faz, com vivacidade, uma analize severa do novo regime politico.

Tem em seguida a palavra o camarada Saavedra. O seu discurso, cheio de logica e bom senso, é uma lição proveitosa sob o ponto de vista moral e filosofico. Saavedra é bem o orador fadado para educar as multidões.

Segue-se-lhe o camarada Sola, que, referindo-se ás palavras dum orador que o antecedeu, diz que a oratoria tem um duplicado valor quando ao serviço duma causa e é duplamente criminoso aquele que a põe ao serviço duma causa má.

Depois, num rasgo admiravel de eloquencia, descreve a triologia Liberdade, Igualdade e Fraternidade, tantas vezes prometida e outra tanta sofismada.

A assembleia aplaude com arrebatamento os discursos destes dois oradores.

João Caldeira é nesta sessão o orador de sempre, rude, mas cheio de sinceridade e de abnegação. A assembleia tributa-lhe a sua admiração.

Antonio Travelho, delegado dos trabalhadores de Azeitão, refere-se especialmente aos casos de Cullera, contra os quaes lavra o seu indignado protesto.

O discurso do camarada Jaime de Castro, que se segue, é uma veemente prótecto contra a intolerancia de todos os politicos. Em fraze quente e arrebatadora, diz que a humanidade se não é livre, é porque apenas tem abatido uns tiranos para levantar outros.

O camarada José Maria Gonçalves lê uma saudação do camarada Mártel, delegado da Confederação do Trabalho de França, que se acha presente, e manifesta o seu entusiasmo, por sentir perante aquela assembleia, que, um novo sol ridente e esperançoso começa a aquecer os deserdados.

Fala por ultimo o camarada Carlos Rates, que diz ser breve, porque entendeu que aquella sessão devia ser encerrada sob a impressão do verbo suggestivo, dominador dos camaradas Sola e Saavedra, que ali personificam a Hespanha sofredora e revolucionaria.

Depois de, num comovente apêlo, dizer ás mães, que estão presentes, que ponham nos labios de seus filhos uma palavra de amor para cada desgraçado, exorta os camaradas hepanhoes, Sola e Saavedra, a que proclamem bem alto, além fronteiras, que neste pedaço de terra que se chama Portugal, ha um punhado de homens conscientes, que estão plenamente identificados com a Hespanha livre, e que ainda hoje derramam lagrimas pelo inolvidavel Ferrer.

O camarada presidente encerra a sessão, soltando um entusiastico viva à união dos trabalhadores, que é freneticamente correspondido.



«ACÇÃO DIRECTA E ACÇÃO LEGAL»

Camaradas:

Frederico II, que possuía, como poucos, a arte da guerra e a de politica e que por isso conhecia muito bem os homens, atribuem-se as seguintes palavras:

«Se os meus soldados soubessem bem o papel que desempenham, não ficaria um unico nas fileiras».

O que o famoso monarca prussiano disse dos soldados do seu exercito, é o que podiam dizer todos os monarcas, todos os governantes que requerem dos governados a obediencia.

Se todos que obedecem soubessem bem o papel que desempenham, pouco ou nada tardaria a desobediencia á lei onde quer que esta se manifestasse, que mais não fosse, como afirmação individual e colectiva da liberdade. E todavia, a lei, que é uma expressão de despotismo, é tambem a expressão da liberdade, porque exprime o direito. E o direito é o reconhecimento, em principio, da liberdade. O direito, que é uma formidavel hipocrisia social, é, por isso mesmo, a confissão tácita da injustiça e, por consequencia, o reconhe-

cimento da rebelião em nome da justiça. O aparecimento da lei e do direito significa que houve um momento na evolução das sociedades, em que os dominadores sentiram a necessidade de *se justificar* isto é, de convencer os dominados de que esse dominio era naturalmente justo. Isto constitui um grande progresso: em primeiro lugar, porque se reconheceu a justiça da rebelião contra tudo que, aos olhos dos dominados, não apparecesse justificado; e depois, porque foi condição de estabilidade na vida dos diversos agrupamentos, sem a qual muito difficilmente se teriam realisado os progressos de toda a ordem, que todos os dias aumentam o bem-estar dos homens.

Desde então toda a arte de bem governar, consistiu em saberem os governantes justificar-se dos actos que praticam, para assim obterem a estabilidade ou a paz de que necessitam. As difficuldades d'esta arte aumentam constantemente, como se vê no facto de que, quanto mais se desenvolve um certo povo, mais frequentes são as suas manifestações de descontentamento contra os que o governam. E quando estes não sabem o papel que desempenham, não comprehendem porque é que, quantas mais regalias os povos possuem, mais regalias desejam possuir. N'essas occasiões, quando os governantes não comprehendem as reclamações que se fazem, julgam que os reclamantes estão fóra do que é naturalmente justo; e então sahem para fóra da costumada justificação, fazendo uso dos meios primitivos de dominação, que é a força de que dispõem.

E' assim que a vida dos governos se passa a manter a obediencia ás leis, ao que chamam manter a ordem, umas vezes pela persuasão, outras pela violencia, sendo os governos tanto mais habeis quanto menos precisam empregar esta ultima.

De dia para dia a arte de governar se torna mais difficil, porque aumenta a difficuldade de justificação do papel de dominador, aos olhos, cada vez mais abertos, do povo, o dominado de sempre. Para o progresso da mentalidade do povo concorrem três causas: o desenvolvimento da vida economica em todos os seus aspectos, que obriga a uma competencia sempre crescente da parte dos que produzem; as rivalidades entre os dominadores, os quaes patenteiam ao povo os defeitos alheios e as virtudes proprias; e, finalmente, as desilusões que os mesmos rivaes proporcionam, quando, no poder, mostram a falsidade das afirmações que faziam com mais ou menos consciencia.

E' d'esta forma que os dominados teem aprendido a conhecer a sua situação e a saber remedia-la, acabando com o mal. E' claro que o mal e portanto o remedio não são para todos, os mesmos; mas isso não invalida o que acabei de dizer sobre o progresso da mentalidade dos dominados, causa das dificuldades da arte de governar.

Assim como os governos empregam ora a persuasão ora a violencia para conseguirem a obediencia á lei, tambem os governados empregam ora um, ora outro dos dois processos para conseguirem o que desejam sempre: um aumento de bem-estar, apelando para a violencia quando a persuasão não sortiu o efeito desejado.

A diferença que existe entre o que faz o povo e o que faz o governo, está apenas em que a violencia empregada pelo governo é ainda uma legalidade já consignada em qualquer codigo ou publicada na propria ocasião, para que não possa subsistir contra elle a condição que elle exige dos outros: estar o acto praticado dentro da lei. Um governo necessita de praticar um acto que vae manifestamente contra a lei? Publica outra lei que autorisa o acto e pratica depois este com toda a legalidade.

Mas o povo, quando reconhece que precisa de ir contra o que a lei determina, não pode legalisar antes o acto a praticar; tem que cometer a ilegalidade. A não ser esta diferença de forma — e que á força de repetir-se constitui um precioso ensinamento para o povo — os processos são eguaes: ou se faz uso da acção legal ou da que, dispensando a lei, se dirige directamente ao fim que visa, e que por isso se chama acção directa.

A preferencia por uma ou outra forma d'acção, determinou na vida social e politica duas correntes, duas orientações, em volta das quaes, pode dizer-se, gira toda a actividade dos povos. Ninguem é absolutamente legalista e ninguem dispensa em absoluto a lei, todos o sabemos, manifestando-se qualquer das orientações, em cada individuo, muito menos nas doutrinas pré-gadas do que na vida prática; e d'esta, muito mais nos actos colectivos do que na vida quotidiana de cada individuo.

Ha pessoas, cujas doutrinas são o mais anti-legalistas possivel, que em actos individuaes de propaganda mostram bem claramente o que pensam da lei e dos que a defendem, que nos actos colectivos pregam e seguem a acção directa

e que todavia, passam o dia, para ganharem o seu sustento, a praticar legalidades constantes e, o que é mais, a conservar e a robustecer a lei. Ha outros que teem constantemente a legalidade na boca, que dizem não admitir a ilegalidade e pôr acima de tudo o respeito á lei, que se enfurecem contra a acção directa e que passam a vida n'uma violação constante das leis.

Se bem se examinarem as coisas, parece-me que se chegará á conclusão de que, em geral, quem mais viola as leis são os que as fabricam e os que mais as observam, são aquelles que as combatem.

Mas apesar de todas estas relatividades e contradições, desenham-se perfeitamente as duas orientações — acção directa e acção legal — vivendo em lucta constante uma com a outra, seja qual for a forma da actividade humana em que ellas se manifestem. Legalistas e revolucionarios ha-os em todos os campos: na literatura, na arte, nas sciencias, nas industrias, nas reivindicações operarias, na politica, etc. Variam os nomes ao infinito, mas é sempre a mesma coisa: legalistas, conservadores, tradicionalistas, praxistas, governamentaes, d'um lado; revolucionarios, oposicionistas, inovadores, irreverentes, demolidores, do outro, luctando uns pelo passado, outros pelo futuro e todos em nome da felicidade humana.

Onde a lucta entre conservadores e revolucionarios é mais intensa, é nas questões economicas e politicas, por serem estas as que mais affectam a vida e a liberdade dos individuos. E' d'estas questões que hoje me venho ocupar com os meus amigos.

*

Ha por esse paiz fora muita gente e da classificada de boa gente, que julga que em Portugal não havia movimento operario, digno d'esse nome, antes da revolução que acabou com a monarchia e implantou a republica, ou que esse movimento não ousava manifestar-se como se tem manifestado depois da revolução. Dos que assim pensam, uns atribuem as greves produzidas á revolução acusando-a por isso de perturbadora da vida nacional; outros entendem que a victima das perturbações é, pelo contrario, a republica que só quer a ordem e o trabalho, lançando as culpas para cima dos operarios demasiadamente exigentes nas suas reivindicações ou para cima dos conspiradores monarchicos, que se valem da

ignorancia dos operarios para criarem dificuldades á republica nascente. Pelo contrario, ha quem creia que a intensidade do movimento grevista dos ultimos tempos foi um efeito da revolução republicana, mas não atribuem a ninguem a culpa d'esse facto, considerando-o uma consequencia logica da forma como a revolução se fez e do movimento operario que em Portugal já existia.

Não é para agora discutir qual d'essas maneiras de encarar os ultimos movimentos grevistas, é a mais verdadeira. Creio que a ultima maneira indicada é a que contem mais porção de verdade, como já tive ocasião de dizer (*).

O que pretendo mostrar, é que se enganam por completo os que acreditam na quasi não existencia do movimento operario antes da proclamação do novo regimen politico e que bem mau serviço de educação popular fazem, os que fingem não acreditar n'elle.

Só quem não conhece a primeira palavra da questão operaria, é que, de boa fé, pode negar a existencia do movimento operario em Portugal, ou mesmo a sua importancia relativamente grande. Se os que assim tão erradamente falam, pensassem um pouco nos factos que criticam, reconheceriam imediatamente que, por muito má organização que os ultimos movimentos tivessem, nunca elles se poderiam ter produzido, como se produziram alguns, sem uma preparação que demandava annos a fazer-se.

A preparação indispensavel para que se pudessem realisar as numerosas greves que se succederam á proclamação da republica, consistiu na propaganda de doutrinas favoraveis á emancipação dos trabalhadores e na pratica dos meios de luta contra os que se oppõem a essa emancipação. E' assim que as ideias teem sempre e em toda a parte evolucionado: propagando-se, fortalecendo-se, impondo-se, para finalmente triunfarem.

Nunca se viu prégar-se uma doutrina e só se porem em pratica os meios de luta para a impôr, depois de estarem calculadas as consequencias da acção e assegurado o seu bom exito. As ideias precisam ser praticadas á medida que se propagam, devendo-se evitar, o mais possivel, precipitações desastrosas, mas procurando-se dar-lhes vida em tentativas de realisação total ou parcial.

(*) *Capital*, de 14 de dezembro de 1910, artigo: *As Greves*.

Dizem os francezes que *c'est en forgeant qu'on devient forgeron* — forjando o ferro é que a gente se faz ferreiro. Este proverbio applica-se a tudo: tanto á educação fisica e espirital dos individuos, como á obtenção de regalias para um grupo, uma classe ou um povo inteiro. Bastava esta circumstancia para se justificar a acção que procura pôr em pratica a doutrina que se préga. Mas ha mais: é que as realisações são, em geral, mesmo que não passem de tentativas, um bom ensinamento que vem corrigir a doutrina, pondo esta mais harmonica com a realidade, isto é, melhorando-a. D'esses ensinamentos é que teem mêdo os partidarios da actual organização social e por isso são muito mais tolerantes com as doutrinas do que com as tentativas de realisação, praticando assim essa coisa absurda de não permitir que se faça o que permitem que se prégue.

E' por isso que são muito mais logicos os governantes que castigam a manifestação de opiniões que lhes desagradam. O amor que os governos chamados liberaes, dizem ter pela liberdade de opinião, é mais uma hipocrisia de que usam, porque esse amor é apenas falta de força para fazer calar opiniões. Se a doutrina é tão funesta que se não permite a sua applicação, porque se permite a sua prégação? Se a doutrina prégada é boa em teoria, como se transforma em má doutrina por se pretender applica-la? Se estão iludidos os que a pregam, mais uma razão para a sua livre applicação, porque, quanto mais vezes se applicasse, mais vezes o erro se patentearia para ensinamento de todos.

E' que os governantes bem sabem o valor que tem para o progresso d'uma ideia, a sua pratica. Sabem-no como todos o podem saber, com a historia na mão; e sabem-no ainda por experiencia propria, porque foi com realisações parciaes e tentativas de realisação total, que a sua ideia conheceu o triumpho. Os governantes sabem bem qual é o lado fraco da fortaleza que defendem e é para esse lado que se dirigem sempre as suas atenções. A's vezes, porque não são bastante habeis, deixam-se ir atraz do desejo de defender a todo o custo a posição conquistada e exageram as precauções a ponto de se prejudicarem com ellas, collocando-se n'uma attitude demasiado clara para politicos. Foi o que succedeu, por exemplo, a quem redigiu o art. 51.º da Reorganisação da Instrução Primária, decretada no tempo do governo provisorio, no qual se condena a liberdade de opiniões contrarias ás leis do Estado. A publi-

cação d'este artigo constitue um dos exemplos mais frisantes da desorientação a que pode levar a defeza do Estado, da Lei, d'essa Lei que mezes antes se esfarrapara em nome da Liberdade. O governo que se apelidava de revolucionario, que reconhecia não estar constituido legalmente, que fora estabelecido por um acto de violencia para garantir a liberdade, levanta-se ameaçador contra a liberdade que quasi todos os governos se teem visto obrigados a declarar inviolavel: a liberdade de expressão de pensamento!

E o medo da opinião parece continuar, como se vê das seguintes palavras do programa do novo partido *União Republicana*:

«Não há delictos de opinião; mas todo o pensamento é um acto no estado nascente, e não podem ignorar este conceito da physiologia os homens que tiverem encargo de garantir a paz social pela manutenção da ordem publica».

Quer dizer: em teoria não ha delito, mas na pratica, que é o que importa, já a psico-physiologia intervem para justificar actos de repressão no futuro, sempre que assim convenha aos governantes.

Mas voltemos ao nosso assumpto: os ultimos movimentos grévistas. Sabendo-se que a acção acompanha quasi sempre de perto a prégação das ideias, é evidente que aquella não deixou de aparecer durante os annos de preparação indispensaveis á forma como certas greves teem sido conduzidas. Isto bastava para os criticos, que viam nas greves manifestações novas, ou quasi, do movimento operario, reconhecerem que laboravam em erro e modificarem a sua opinião. Mas para isso seria preciso que se pensasse, ainda que fosse muito pouco; e pensar no que se critica, não é proprio, como se sabe, da maior parte dos criticos. Tinham tambem, os que se surpreendiam com as greves, a historia do movimento operario portugêus, para se convencerem de que não estiveram os trabalhadores á espera da proclamação da republica, para declararem greves e greves d'importancia. Mas para isso era preciso consultar, tirar informações, o que dá trabalho que não brilha; e os taes criticos, o que desejavam, acima de tudo, era brilhar com palavras de eloquencia e indignação contra os que perturbavam a marcha das novas instituições.

No entanto alguns havia que procuravam orientar-se, mas que o não conseguiam por estarem pouco ou nada familiarizados com a questão social, tanto na sua generalidade

como no que respeita ao movimento operario em Portugal.

E' sobretudo para esses, que seria da maior utilidade o aparecimento d'um trabalho, o mais completo e simples possivel, que dêsse conta do movimento operario portuguez: Associações creadas, caracter d'ellas e acção; greves, indicando o numero de operarios, os motivos da greve e o resultado; reclamações que se teem feito aos poderes publicos; diversos meios de lucta empregados; as diversas formas de propaganda, etc. Um trabalho assim, onde houvesse apenas informação, sem outra preocupação, trabalho que a todos satisfizesse porque a todos seria util, viria mostrar que o movimento operario português tem sido mais importante do que julgam os que o conhecem mal e que essa importancia, *se se atender ás condições do paiz*, não é mesquinha comparada com a de outros paizes.

Nas greves que se declararam depois da proclamação da republica, está, para quem quizer olha-las a sangue frio, a demonstração do que possuem os operarios portugueses e do que lhes falta. As greves foram numerosas e em varios ramos do trabalho, pérmitindo esse facto que se manifestassem as qualidades e os defeitos dos operarios portugueses e se avaliasse a preparação d'uns e a completa falta de preparação de outros. Mas considerando-se esse movimento grevista no seu conjunto, passado esse periodo de efervescencia que a ninguem deixava ver as coisas com a calma devida e tendo em conta o momento da vida da nação em que o movimento se produziu, reconhece-se que, se os operarios mostraram, em geral, falta de organização, alguns provaram que tinham sabido organizar-se e conduzir o movimento, como melhor se não tem feito em parte alguma. Era a minoria? Era; mas não ha paiz em que todos os operarios bem organizados não sejam a minoria, em que a desorientação não seja frequente, em que os movimentos desastrosos se não repitam, as defeções se não produzam. Apenas um exemplo: Três greves de trabalhadores dos caminhos de ferro se produziram na Europa com um pequeno intervalo de umas para as outras: a dos caminhos de ferro francezes, a dos portugueses e a dos inglezes. Compare-se a vida operaria de Portugal com a da França e a da Inglaterra, e depois comparem-se as três greves em todos os seus aspectos, que da comparação ha-de necessariamente resultar uma conclusão optimista para o futuro da vida operaria em Portugal.

Se escolhi este exemplo não foi porque elle fosse mais favoravel do que outro á conclusão que tirei, mas porque a greve dos caminhos de ferro foi a que mais impressionou todo o paiz, aquella de que todos melhor se recordam, uma das mais dificeis de manter e levar a cabo e com a qual quasi coincidiram outras em paizes manifestamente mais adiantados — os mais adiantados do mundo — e que podiam por isso servir de comparação para avaliação da greve portugueza. Alem da greve dos caminhos de ferro, outras se produziram então, que não deram tanto nas vistas do publico, mas que foram prova de tanta e tão boa organização como a dos ferroviarios e das quaes resultaria, se as comparassemos com outras similares que noutros paizes se teem produzido, a mesma conclusão optimista que d'aquella resultou.

*

Quando se repara para um movimento operario em Portugal, constata-se facilmente que os trabalhadores portuguezes teem sido mais homens de acção que de organização. Se a organização dos operarios portuguezes correspondesse á sua acção, pouco faltaria para estarem, se não estivessem na vanguarda do movimento operario de todo o mundo. E' inutil demonstrar a verdade que ha n'esta afirmação, porque melhor do que eu o poderiam fazer, certamente, muitos dos que me estão ouvindo, por terem, a mais do que eu tenho, o saber da experiencia propria, saber superior a todos os outros. Os que mais teem trabalhado em movimentos grevistas ou outras formas de lucta, bem sabem que não faltam aos operarios portuguezes, mais do que aos operarios de outros paizes, a constancia, o desinteresse do proveito pessoal, a comprehensão da táctica que mais convem seguir e a habilidade na sua execução. O que muito falta é organização conveniente para que as magnificas qualidades de acção que se possuem, possam produzir um efeito duplo ou triplo do que geralmente produzem, em beneficio dos trabalhadores.

Serão os operarios portuguezes refractarios á boa organização das suas forças? Não, porque, sem discutirmos os seus fins, que nada teem para a questão de que se trata, varios agrupamentos se teem constituido, que teem provado que tambem os portuguezes sabem organizar-se, dispôr da

tenacidade para levar a cabo uma ideia; dispôr d'essa paciência e confiança n'um resultado afastado que são comuns a outros povos, nada desprezando, por mais insignificantes que as coisas pareçam, do que possa contribuir para o resultado que se deseja obter.

O que é necessario, seja qual fôr o fim que se tem em vista, é haver, nos organisadores, a convicção inabalavel de que estão trabalhando utilmente para a realisação de uma ideia que amam com paixão. Isto é que é indispensavel, quer se trate d'uma confraria, d'uma sociedade de recreio, d'um centro eleitoral ou duma associação de classe. Isso, que destroe todos os obstaculos e a que muita gente chama a fé no ideal, é que não tem abundado entre os operarios portugueses, para dar logar á organização indispensavel na lucta contra a sociedade capitalista.

O que ha a fazer então? Levar a fé no ideal ao maior numero possivel de individuos, convencê-los de que, sem o trabalho obscuro, paciente e cheio de sacrificios da organização de forças, pouco poderá fazer-se de verdadeiramente util. Enquanto esta convicção se não generalisar, o movimento operario conservar-se-á como até aqui, confiando apenas na acção de momento, na agitação revolucionaria, a qual, por melhor conduzida que possa ser, não produzirá fructos apreciaveis, porque é arvore sem raizes, ainda que de bella apparencia.

Ao partido republicano aconteceu, pouco mais ou menos, o mesmo.

Durante annos e annos, viveu de sonhos revolucionarios, de golpes de mão que abortavam, de organizações revolucionarias que se desfazião ás primeiras dificuldades, até que, mudando de sistema, começou a pensar na organização para a lucta politica, a praticá-la e a regularisar a propaganda pelo paiz. Desenvolveram-se os centros que havia e fundaram-se muitos outros; a imprensa periodica começou a desempenhar um papel mais importante, começaram as conferencias e os comicios e realizou-se, principalmente em Lisboa, esse trabalho de organização para a lucta eleitoral, que é um dos exemplos mais frisantes do que podem a tenacidade e a paciencia ao serviço de uma ideia. Parallelamente não se descurou a propaganda e organização revolucionarias, de modo que os dois trabalhos se completassem e assegurassem, cada um de sua maneira, a victoria da ideia.

Este trabalho de organização politica fez-se, quando appareceu a convicção de que só com a acção insurreccional nada de definitivo se poderia realisar. E porquê? Porque será tão necessaria essa preparação, quer se trate de reivindicacões economicas ou de outras quaesquer? Porque é elle que garante os resultados que se pretendem obter com a acção, pela solidariedade mais ou menos consciente e activa d'aquelles que não tomam parte na acção propriamente dita. Esta é sempre a obra d'uma pequena minoria; e é por isso que precisa do apoio — que se manifesta de mil maneiras — da maioria.

E' este apoio que se obtem com os trabalhos de organização e propaganda. Estes trabalhos é que levaram a maioria dos portuguezes a interessar-se pela queda da monarchia ou a desinteressar-se da sua existencia, e permitiram o rapido triumpho que foi a revolução republicana. O que aconteceu com a politica republicana e os portuguezes, é o que precisa acontecer com as reivindicacões economicas e os trabalhadores, havendo apenas as differenças correspondentes ao fim que se pretende atingir e ás pessoas nelle interessadas. Na obra da organização do partido republicano, procurava-se interessar indistintamente todos os portuguezes, porque se tratava d'uma reivindicacão nacional. Na obra de organização operaria, procura-se interessar os proletarios, por se tratar d'uma reivindicacão de classe.

Uma vez admitida a necessidade da organização de forças e da propaganda de ideias e sabendo-se, como ja vimos, que as tentativas de realisacão da ideia, coroadas ou não de exito, acompanham quasi sempre de perto a sua propaganda, apa, recem logo varias formas de trabalhar para o mesmo fim o qual é, neste caso, a emancipacão dos trabalhadores.

Essas várias formas reduzem-se a duas, que constituem as duas orientacões, as duas correntes de que falei, que tem varios nomes, conforme aquilo de que se trata e a que eu chamo, para o nosso caso: acção directa e acção legal, não havendo melhor designacão.

Chamei acção directa á que se dirige directamente ao fim que visa, sem passar pela lei, isto é, sem se importar de saber se a lei permite ou não o acto que se pretende praticar; e acção legal, naturalmente, á que procura subordinar os actos aos termos da lei, a que normalisa por ella a sua acção. Porque chamei á primeira, acção directa em vez de acção legal? Porque ella — como eu a compreendo, é claro — não

é contra a lei; ignora-a sempre que ella não representa o caminho mais curto ou mais proveitoso para o conseguimento do que se deseja. Se porventura a acção legal é a que melhor conduz ao resultado desejado, prefere-se essa, servindo a lei de instrumento que se põe de parte, logo que deixa de prestar serviços. Simplesmente isto é muito raro acontecer; e neste facto, na raridade, ou na normalidade da acção legal, é que está a diferença entre as duas orientações e o que constitue a sua característica.

Ser, em principio, contra a lei, é um ponto de doutrina de filosofia social; ao passo que a acção directa é uma maneira de defender interesses e direitos, independente de qualquer doutrina. E' por isto que a acção directa todos a exercem mais ou menos, conforme as necessidades; e contra a lei, em principio, estão apenas os anarquistas, os quais são sempre, por isso mesmo, partidarios da acção directa e estão ao lado dos que a praticam, embora estes não sigam a mesma doutrina que os anarquistas seguem. E' o caso de dizermos: todos os anarquistas são partidarios da acção directa, mas nem todos os partidários da acção directa são anarquistas. E' se partidario de uma ou outra fôrma de acção, como se é partidario de tudo: por temperamento, por educação, por interesse, por necessidades de momento, etc. A razão que se invoca, em geral, para justificar a preferencia, é a mesma em ambos os campos, como tambem, com tudo o mais acontece: é que cada um entende que a sua maneira de proceder é a que melhor conduz ao fim desejado, cada um procurando mostrar, o melhor que pode, a razão que lhe assiste. N'este caso, de que lado está a verdade?

Qual das duas formas de lucta é preferivel para a defeza dos interesses e dos direitos dos trabalhadores: a acção legal ou a acção directa?

N'esta altura da nossa palestra aparece necessariamente a opinião pessoal, tendo que se defender uma ou outra das duas orientações, se se quizer responder á pergunta que acabo de fazer. Pela minha parte, respondo á pergunta, dizendo que sou partidario da acção directa, que creio essa orientação, na lucta contra a sociedade capitalista, a mais proveitosa para o proletariado. Porque?

Se se tratasse apenas de saber a minha opinião pessoal, bastaria dizer que sou, em principio, contra a lei. Mas trata-se de coisa mais interessante do que a minha opinião pessoal,

a qual tem apenas, como todas as opiniões, o valor dos argumentos produzidos para a justificar. Trata-se de dizer porque considero a acção directa preferivel á outra, independentemente de qualquer doutrina de filosofia social.

Uma opinião, para ser digna de que a respeitem, deve ser formada e defendida conscientemente, isto é, formada pela observação dos factos, pelo estudo de doutrinas e defendida com factos a apoiarem as conclusões tiradas d'aquella observação e d'aquelle estudo. Se assim acontecer, a opinião é digna de respeito, qualquer que seja a somma de conhecimentos e o numero de observações. E' por este motivo, que tão respeitavel pode ser a opinião d'um homem de pouca cultura como a d'um sabio.

Porque sou então partidario de acção directa?

*

Nas palavras que citei de Frederico II, está a razão da minha preferencia pela acção directa, generalizando essas palavras a todos os governantes e a todos os governados. Se os governados soubessem bem o papel que desempenham, deixavam de obedecer aos governantes; é o que se conclue das palavras que o esperto rei da Prussia proferiu a respeito dos seus soldados. Mas qual é o homem de governo que não sabe que esta conclusão é verdadeira e quantos haverá que não tenham proferido, em momentos de franqueza ou por táctica politica, palavras análogas? Seria um nunca acabar de citações se quizessemos reproduzir o que os defensores do Estado, da Lei e de tudo que o Estado protege, teem dito em seu desabono. E porque essas palavras são em numero elevadissimo e proferidas por toda e especie de governantes, constituem um bom ensinamento, um bom factor para a formação da opinião que considera o Estado uma engrenagem bem mais nociva do que proveitosa para o bem-estar do povo.

Uma opinião só, entre muitas que se poderiam citar. E' de Clemenceau, um dos homens d'Estado de mais cotação. Disse elle, em pleno Senado:

«O Estado, conheco-o; tem uma longa historia, toda de morticinio e de sangue. Todos os crimes que se teem cometido no mundo, os massacres, as guerras, as traições á fé jurada, as fogueiras, os supplicios, as torturas, tudo tem sido justificado pelo interesse do Estado, pela razão d'Estado.

O Estado é de sua natureza implacável; não tem alma, não tem entranhas, é surdo aos gritos de piedade. Eu sou o inimigo do Estado onipotente, soberano senhor da humanidade.

...O Estado, esse monstro de sangue humano, que é responsável de todas as abominações de que tem sofrido e sofre ainda a humanidade.

...Pois não nos diziam ontem que o Estado era superior á Justiça? Não é d'um Estado assim que eu sou subdito».

Porque na verdade o conhecia bem e assim falava do Estado, é que o senador Clemenceau foi, passado pouco tempo, presidente do conselho de ministros.

E' verdade que os governantes dizem muitas vezes o contrario; mas essa contradição constitue outro ensinamento, que não pode ser favoravel aos que se contradizem.

Mas a contradição entre as palavras dos homens de governo, embora de valor, pouco é se a compararmos com a que existe entre as suas palavras e os seus actos. Essa é que é mais preciosa do que tudo, para ensinar aos governados o papel que elles desempenham em face dos governantes. E' o que se diz antes de se ser governo e o que se diz tambem, quando se governa e depois de se ter governado, que tem sido a melhor escola onde o povo tem aprendido, pouco a pouco, muito lentamente, a conhecer o papel que desempenha na vida politica do agrupamento a que pertence, desde o mais simples até ao mais complexo a que se tem chegado: a nação.

Muitos milhares de paginas teria o volume que contivesse apenas as contradições mais flagrantes, mais grotescas ou mais odiosas que os governantes de toda a especie teem cometido. E é tão poderoso ensinamento esse, que é sobre essas contradições que todas as propagandas se teem sobretudo baseado para o ataque a instituições que se pretendem destruir.

Os partidos politicos, as seitas religiosas, os grupos financeiros, todos os que pretendem dominar, teem-se valido da arma poderosa que as contradições dos adversarios lhes fornecem, para, a seu turno, irem fornecer, uma vez no poder, materia para novas contradições, para mais ensinamento dado ao povo em sucessivas desilusões. E o povo, ora acreditando uns e pondo-os a governar, ora desiludindo-se de outros e atirando-os do poder abaixo, tem ido, de sacrificio em sa-

crifício, de desilusão em desilusão, até que se foi formando, generalizando e robustecendo cada vez mais, a ideia de que o mal não está na forma de governar, mas no facto mesmo de se governar, isto é, de se impôr ao povo uma norma de conducta, em nome da justiça e do seu bem-estar, mas de facto para garantir a estabilidade da vida politica e social, na qual o povo tem sempre o pior quinhão.

Pouco a pouco foi o povo percebendo três coisas: que era devido ao seu esforço indispensavel que se derrubavam governos e instituições — que eram por outras substituidas; que os que se socorriam d'elle nas ocasiões dificeis, como de elemento imprescindivel de salvação, se diziam depois seus protectores e conselheiros e, em nome d'essas qualidades, reservam para si o melhor das riquezas produzidas pelo povo, que continuava na miseria; que, finalmente, sempre que aspirava a uma melhoria no seu bem-estar, a alcançava mais facilmente com o esforço proprio, sendo inutil estar á espera que os governantes protetores se occupassem d'elle. Todas estas noções se desenvolveram de modo que chegaram a constituir ou uma doutrina, ou uma forma de acção, manifestamente contrarias ás do Estado. Como doutrina produziram o *anarquismo* e como forma de actuar, produziram o que chamei *acção directa*.

Se os partidarios da acção legal, nas suas diversas formas, entendem que a acção directa é pouco propicia á emancipação dos proletarios, como explicam que seja sempre a esta que recorrem, quando tem esgotado inutilmente os recursos leaes?

Desde que os homens luctam contra outros homens que os dominam, as victorias tem-se alcançado ilegalmente, saltando por cima da lei, não a respeitando, arrancando-as pela violencia. Isto é o que nos diz o passado remoto ou proximo, é o que nos está dizendo tudo que constitue um direito ou uma regalia de que gosamos e que o sabio jurista alemão Ihering muito bem define quando diz:

«Todos os direitos do mundo tem sido conquistados luctando; todos os principios do direito tiveram que começar por serem arrancados áqueles que a isso se opunham; e todo o direito, quer d'um povo quer d'um individuo, presuppõe que se está sempre pronto para o defender» (*).

(*) Citado em *La Legislation Ouvrière*, do Groupe d'Etudiants Socialistes Revolutionnaires de Genève

Quaes são os beneficios da lei, para que os trabalhadores prefiram a acção legal, como conducta natural nas suas reivindicações?

Desde que a lei escripta passou a ser a norma da expressão das disposições governamentais, a lei significa apenas a vontade dos governantes, entendendo-se por esta palavra, todos que teem interesse na conservação do estado social e que são representados pelo que se chama os poderes publicos.

Os poderes publicos são sempre a expressão politica da classe economicamente dominante, qualquer que seja a sua forma e o seu nome. E' por isso que são acima de tudo — e não ha um governante que possa negar isto — os mantenedores da ordem social, os representantes da autoridade imposta pela força. Os governos podem diferir em muita coisa; mas n'isto são todos eguaes.

E' ainda a opinião de Clémenceau, um dos homens que os democratas portuguezes mais admiram. Diz elle, a proposito do papel da magistratura na defeza dos interesses do povo: «Os juizes são homens que tudo esperam do governo. Os governos mudam, mas o espirito governamental, o espirito de resistencia ao que vem de baixo, permanece atravez de tudo. E depois, as grandes companhias lá estão armadas d'uma influencia social irresistivel, soberanas no paiz, mais poderosas do que os poderes publicos, que recuam deante d'ellas; seria bem extraordinario que um juiz não estivesse ao lado das companhias! E' porventura o povo soberano, em nome do qual elle distribue a justiça, que lhe dará a promoção? Não; é um cavalheiro que se julga ministro porque faz nomeações, mas que não é, no fundo, senão o instrumento d'uma poderosa oligarquia social».

Se os governos se não incomodam, naturalmente, com a acção legal e se incomodam com a acção directa, censurando-a e castigando os seus auctores, é porque a acção directa é a mais prejudicial aos interesses da oligarquia, dos privilegiados da desigualdade economica dos quaes elles não são senão puros instrumentos, como diz o governante Clémenceau.

Bastava esta facto, para que os trabalhadores preferissem a acção directa como norma de lucta, visto que, em todas as luctas se empregam, de preferencia, os ataques que mais prejuizos causam ao adversario.

Desde que um governo existe para a defeza da estabilidade social, é por isso mesmo conservador; tendo que opôr-se a tudo que atente contra essa estabilidade, quer para se avançar, quer para se recuar. Nestas condições é, evidente que as suas determinações, isto é, as leis, nunca são publicadas senão em defeza do existente. Quer dizer: uma lei é sempre a defeza da classe dominante e nunca é a defeza do povo, que constitui, em toda a parte, a classe dominada.

Quando aparece uma lei que exprime claramente — o que é raro — uma regalia para o povo, ou aparece apenas como sanção legal ao que já se praticava porque já não ha força para a prohibir, ou, se o estadista é inteligente, antecipa-se a regalia que, num futuro mais ou menos proximo, teria forçosamente de ser concedida. E' sobretudo neste caso que a lei aparece aos olhos dos inexperientes, que são legião, como um beneficio expontaneo dispensado pelo governo, que é classificado, por isso, de liberal.

Mas tanto num caso como noutro, a lei, alem de servir de arma de defeza do existente, é ainda contra a liberdade, porque a restringe sempre, limitando-a. Quando ella sanciona o acto praticado, este, que não tinha limites impostos na sua pratica, vê-se limitado, regulamentado, manietado pela lei; e no segundo caso, quando o acto se pratica, já está manietado pela lei, que fôra providente. Não ha governos nem leis liberaes; o que ha, é governantes mais inteligentes que outros, que sabem prever e que por isso concedem antes, o que sabem não poder recusar mais tarde.

Contar portanto com o Estado para a realização da emancipação dos trabalhadores, parece-me ingenuidade que só reverte a favor dos adversarios. Se os operarios esperassem que os governos os emancipassem ou os ajudassem na emancipação, seria como se os republicanos tivessem esperado que a monarquia se fosse embora para elles proclamarem a republica. E não teem os trabalhadores o conselho dado por um estadista republicano, o sr. Brito Camacho? Numa conferencia, de que *A Lucta* deu conta em 6 de dezembro de 1909, dizia o sr. Brito Camacho aos seus ouvintes: «não esperem que os monarchicos façam a republica; e aquelles d'entre esses republicanos que são operarios, não confiem muito em

que a burguesia republicana lhes faça presente da emancipação a que aspiram».

O conselho é valioso e insuspeito, e os trabalhadores devem segui-lo. De resto, o que fazem os partidarios da acção directa, senão pôr em pratica, em proveito proprio, o que os povos de todos os tempos teem feito em proveito dos que querem governar e que por estes tem sido aconselhado?

Como se ha-de acreditar nos bons serviços dos poderes publicos, se se vê constantemente os seus representantes a deprimi-los por todas as fórmias? Pois não são sem conto as anedoctas, tudo que se relata sobre secretarias do estado, Parlamento, Tribunaes, Exercito, etc., tendentes a desprestigi-iar a instituição, mostrando os seus maus serviços ou a sua inutilidade? Uma grande parte da demolição do prestigio da Egreja foi feita a rir em milhares de anedoctas, onde se mostravam os seus vicios e os absurdos, e feita com as accusações que sobre ella lançavam muitos dos seus fieis. E' assim tambem que em grande parte se teem desprestigiado todos os grandes serviços do Estado. Para se combater o Estado em todos os seus aspectos, basta reproduzir as palavras com que os seus partidarios o teem desprestigiado e mostrar depois a contradicção flagrante que existe entre essa palavras e a obediencia, cheia de respeito, que elles exigem para a instituição que tanto ajudam a perder.

Por isso os partidarios da acção directa fazem ouvidos de mercador ás palavras de indignação que se proferem, quando põem em pratica a sua orientação ou quando fazem a sua propaganda. E' que, ou a indignação é sincera e parte de quem não conhece a questão ou é simulada e serve apenas de poeira que se se atira aos olhos dos ingenuos, que ainda se embalam com grandes palavras e argumentações cheias de logica, mas que não correspondem á realidade.

Ha tempos li esta grande verdade: «Se se quer que os erros do passado continuem, é preciso fechar as escolas; porque abrir os olhos aos outros e deixar subsistir os abusos de que elles são victimas, é crear a revolta».

E que teem feito os serventuarios e defensores do Estado senão abrir os olhos ao povo com as suas palavras e os seus actos? Porque se indignam então, quando o povo se revolta contra os abusos que elles continuam cometendo? Porquê, di-lo ainda e muito bem, o sr. Brito Camacho, num dos seus

famosos ecos d'*ALucta* (*). Foi a proposito d'umas manifestações que nas escolas d'Italia se produziram em 1908, de solidariedade com os estudantes italianos de Vienna, maltratados pelos austriacos: Dizia assim:

«O protesto italiano parece ter surpreendido o governo de Victor Manuel. E' que os governantes teem sempre a ilusão de que, alem d'elles, mais ninguem existe, e que a nação é sempre um rebanho obediente que os chefes politicos dirigem como querem.

De vez em quando, porem, os senhores dos povos experimentam desilusões terriveis. Um acontecimento inesperado desencadeia uma terrivel tormenta; as habilidades dos estadistas fracassam, as suas fanfarronadas, as suas ameaças, as suas violencias, resultam ridiculas. E o povo, que parecia um rebanho submisso e obediente, revolta-se contra os maus pastores». *Lucta*, 1-12-908.

Ninguem o diria melhor e a lição não pode vir de pessoa mais insuspeita.

Pode porventura o povo acreditar em palavras e promessas de politicos, quando elles lhe veem dizer, como ha pouco lhe disse o sr. Antonio José d'Almeida, que «da promessa á realidade vae uma distancia que só as alturas do poder deixam bem discernir» ou como o sr. Brito Camacho, quando nos diz «Bem certo que as afirmações são faceis e os actos são dificeis e que a mentira dos estadistas é como a mentira dos alfaiates — uma das pechas do officio»? O povo acredita tanto nas promessas que são ilusões ou mentiras, como acredita nas indignações em nome da ordem e do bem da Patria, de que os politicos fazem uso, quando os trabalhadores applicam as lições que d'elles receberam.

Teem os trabalhadores vantagem em abandonar a acção directa e confiar na legislação operaria? Mas elles sabem, por uma longa e amarga experiencia, o que é esse trabalho de legislar em favor do povo, dos pobres, dos humildes. Elles sabem que não ha parlamento algum onde se não contem inumeros casos de projectos de lei dormirem annos e annos

(*) Devo declarar que estas transcrições não traduzem um ataque pessoal ou politico. São apenas exemplos, que servem para todos os politicos; e se *A Lucta* se destaca, é por ser, dos jornaes republicanos do tempo da monarchia, o que eu lia com mais regularidade e durante muito tempo, o unico que li.

seguidos. Ha dias, reuniram-se num alegre jantar, em Bruxellas, uns politicos belgas. Um d'elles, o sr. Carton de Wiart, falou d'um projecto que se apresentara ao parlamento, de protecção ás creanças pobres. Os outros concordaram em que era necessario não descurar tão importante assunto e com a boa disposição que lhes dava o jantar, resolveram meter mãos á obra. O projecto de que estes benemeritos se vão ocupar, foi apresentado no parlamento *ha 25 annos*. Quantas paginas teria o volume, *in folio*, que contivesse os casos analogos de todos os parlamentos? E conhece alguém uma demora semelhante, quando se trata de votar e sobretudo de aplicar um projecto de subsidio a deputados, de aumento da força armada, da manutenção da ordem, etc?

E não sabem os trabalhadores como são cumpridas as poucas leis que no fim de annos de esquecimento o parlamento elabora? Não sabem elles que, para se cumprir o que lá se diz, é necessario os trabalhadores imporem esse cumprimento pela acção directa, porque se assim não fôr, os patrões fazem tanto caso da lei como se ella não existisse? Os exemplos abundam e as citações são por isso inuteis. O que fazem então os trabalhadores? Tratam elles proprios de obter o que a lei é impotente para lhes dar, reclamando e luctando directamente com o capitalista, para lhe arrancar a regalia pela força, se assim é preciso. E d'esse modo appareceram as diversas fórmulas de lucta de acção directa, que os governantes, os politicos, os legalistas de toda a especie procuram desprestigiar ou impedir, tentando provar quer a injustiça quer a inutilidade do processo empregado, ou lançando mão da força armada, em nome da ordem, para o sufocar,

A greve é hoje um direito legal e sabe-se a boa vontade com que os governantes de todos os paizes o devem ter decretado, a avaliar pela boa-vontade que n'isso mostraram os nossos parlamentares cheios de democracia e de amor pelo povo.

Mas a greve em bons termos, a que se limita a não trabalhar, sem fazer pressão sobre os operarios que querem trabalhar, sem violencias, sem *sabotage*. Quer dizer: admite-se a greve, com a condição dos grevistas não empregarem os meios que lhes podem dar a victoria.

Para isso o governo joga com a logica e diz: «Cada individuo ou cada grupo tem a liberdade de não trabalhar; mas cada individuo ou cada grupo tem toda a liberdade de

trabalhar. O governo é neutral e tanto protege uns como outros contra as coações que pretendam impedir a sua liberdade d'acção». Logico, não ha duvida. Mas que diz e sobretudo o que faz esse mesmo governo, se um soldado ou um grupo de soldados se recusa a marchar para a guerra ou para a rua a manter a ordem?

Suponhamos mil soldados n'uma caserna e mil operarios n'uma fabrica. Declara-se a greve na fabrica, e os operarios sahem para a rua; declara-se a guerra e os soldados partem para a fronteira. N'um dado momento uns tantos operarios abandonam os companheiros e vão trabalhar e uns tantos soldados abandonam o regimento e vão para suas casas ou para o campo oposto.

Os soldados, uma vez apanhados, são fuzilados pelos companheiros, como traidores á causa que os companheiros defendem. Mas ha mais pequena coação que os operarios grevistas pretendem exercer sobre os traidores da causa que defendem, são castigados pelo mesmo governo que aplaudiu o fusilamento dos soldados desertores.

Porque acontece isto?

Declara-se a guerra entre dois paizes ou rebenta uma revolução, como a de 5 d'outubro. Cortam-se fios telegraficos, destroem-se pontes a dinamite, corta-se a agua que alimenta povoações, deita-se fogo a predios, fazem-se emboscadas, etc. São actos violentos que todos deploram, mas necessarios para o bom exito da guerra ou da revolução e por isso legitimos e justificados.

Rebenta uma greve. A' menor tentativa de *sabotage*, que possa contribuir para o bom exito do movimento, os seus auctores são tratados como criminosos da peor especie, pelos que devem o poder que exercem, a um *sabotage* em ponto grande?

Porque acontece isto?

Quando se prepara uma insurreição, procura-se captar a adesão da força armada, sem a qual nada se pode realizar, tratando de convencer os que a compõem, de que devem insurgir-se para a defeza do povo, para bem do paiz. E' um meio indispensavel em todas as conspirações e por isso considerado legitimo e justificado. Os trabalhadores, sabendo que a victoria dos movimentos grevistas ou outros, depende da attitude da força armada, procuram convencer os soldados a não fazerem uso das armas contra os trabalhadores, chamando-se

ás diversas formas porque se tenta esse convencimento, propaganda anti-militarista. Esta propaganda é duramente castigada pelos governantes, que aliciaram militares para a insurreição que lhes deu o poder.

Porque acontece isto?

Tudo isto acontece, em primeiro lugar, porque os governos são, como disse, mantenedores da ordem, acima de tudo, ainda que a ordem seja o que um governante, o sr. Brito Camacho, nos dizia num eco da *Lucta* de 12 de dezembro de 1909.

Dizia elle:
«A proposito dos tumultos de Alijó, aparecem as folhas monarchicas fazendo a solemne declaração de que se collocam ao lado do governo para reprimir as desordens e castigar os discolos.

Oh! os discolos! Hoje arruaneiros, amanhã heroes; hoje a canalha, amanhã o povo soberano.

A Ordem! E' uma senhora muito virtuosa que nasceu em Varsovia, e cuja chronica faria córar as cortezãs mais impudicas...».

Mais tarde, outros ecos d'*A Lucta* falaram da *Ordem*, mas não foi precisamente nos mesmos termos. Mas aquillo tudo acontece tambem, porque os politicos continuam a supôr que os trabalhadores manuaes não podem passar sem elles. E' uma grande ilusão que se ha-de ir desfazendo com muito sacrificio de parte a parte, mas que se ha-de desfazer, como se teem desfeito as ilusões de todos que julgam que são os legisladores e as leis que transformam o mundo.

No que respeita especialmente ao movimento operario, os que se surpreendem com as varias formas da acção directa ou estão em desacordo com ellas, parece que não sabem que se trata d'uma lucta mais seria que as dos partidos e instituições politicas, da lucta de classes; que se trata d'uma guerra de bem mais formidáveis consequências que a guerra entre nações, porque se trata da guerra social.

A acção directa surpreende e incomoda muita gente porque é a expressão da autonomia das classes trabalhadoras, que á força de experiencia foram eliminando sucessivamente os protectores: deuses, imperantes, legisladores, todos os inter-

mediarios, até eliminarem os dirigentes sahidos da propria massa dos trabalhadores, o que já vae acontecendo, mesmo nos paizes cuja organização operaria se distinguia pela disciplina da massa e prestigio dos dirigentes. O facto mais recente que nos mostra esta autonomia nascente, é o que se passou e continua passando com as reivindicações dos trabalhadores inglezes, em que os mais prestigiosos e escutados dirigentes operarios, veem escapar-se-lhes das mãos a massa de trabalhadores, que se emancipa de toda a especie de tutela e opera por sua conta e risco.

Da leitura dos jornaes e outras publicações inglezas, conclue-se que as causas da agitação operaria dos ultimos tempos — e que está longe de findar — são, na opinião geral, as seguintes:

1.º Motivos de conflictos antigos;

2.º A carestia sempre crescente da vida;

3.º *O desejo, entre os operarios, de substituir antigos leaders que se tornaram «brandos» por homens d'acção como Ben Tillet, Havelock, Williams e outros;*

4.º *A tendencia geral para o sindicalismo tal qual como elle é comprehendido em França, com uma applicação mais pratica de acção directa (*).*

Que importa que os politicos exijam o respeito á lei em nome dos interesses da patria, se nós sabemos muito bem que a maior parte dos chamados patriotas, só se importam com a patria quando isso não vae de encontro aos seus interesses pessoases?

A lucta entre trabalhadores e capitalistas é uma lucta de classes, com a qual a patria não tem coisa alguma. Os capitalistas e os seus defensores, formam uma classe estreitamente unida por cima das fronteiras, colocando o seu dinheiro, não onde elle produza mais frutos para a patria de cada um, mas onde produza mais lucros para o cofre de cada um. A finança é quem governa o mundo e a finança não tem patria. Porque hão-de então os trabalhadores deixar de defender os seus interesses em nome d'essa patria, que os capitalistas não reconhecem?

A' classe capitalista internacional tinha que opôr-se a internacional dos trabalhadores, solidarizando-se na lucta

(*) Depois as greves dos mineiros e dockers, vieram confirmar estas palavras.

contra o inimigo comum, para a conquista do bem-estar de todos.

O patriotismo nacionalista é ainda um poderoso instrumento de dominação de que os governantes fazem uso constante, ainda que seja patriota á maneira d'aquelle deputado que outro dia declarou que, se fosse rico, colocava o seu dinheiro no estrangeiro, em vista das exigencias populares. Mas ha-de acontecer-lhe o que tem acontecido aos outros meios de que os governantes dispunham para dominar os povos; ha-de desaparecer para dar logar a outro sentimento mais harmonico com a justiça. Se os partidarios da acção directa são anti-patriotas, não é por odio á patria, para a qual trabalham mais do que os patriotas d'oficio; é porque em nome da patria se tiranisa o povo, porque se manda o povo morrer pela patria nas ocasiões perigosas, dizendo-lhe que a patria é de todos e passado o perigo, a patria, que era de todos, volta a ser só de alguns e de bem poucos, em nome dos sagrados direitos da propriedade individual. Vou terminar, d'acordo, creio, com todos os partidarios da acção directa, dizendo que:

Se os governantes portuguezes sabem que os trabalhadores conscientes se levantariam, como foi declarado, contra tentativas reaccionarias, é preciso que se não iludam, porque essa attitude dos trabalhadores é tomada na defeza dos proprios interesses, e não para ingenuamente defenderem os interesses da classe capitalista. Essa attitude constitui mais um aspecto da acção directa, que elles estão decididos a empregar, convencidos de que assim trabalham utilmente, tanto para a defeza dos seus interesses de oprimidos, como para o bem-estar de todos. Disse.

NOTA

A simplicidade e concisão da exposição de Emílio Costa, motivaram a sua publicação em brochura. Nesse sentido, a fim de financiar a sua edição, foi feita uma colecta durante a inauguração da Casa Sindical, que rendeu 4\$800, quantia manifestamente insuficiente para o empreendimento. A solidariedade operária resolveu o problema. Assim, a Associação de Classes dos Compositores Tipográficos de Lisboa deliberou em Assembleia Geral ceder a título gratuito o tipo necessário para a composição da brochura sendo o trabalho executado também gratuitamente.

A edição foi da responsabilidade da União das Associações de Classe de Lisboa.

Incluimos, depois de «*Acção Directa e Acção Legal*», uma apreciação publicada na revista «*Renovacion*» de Gijón, de Julho de 1916. Nela se fazem considerações sobre a obra de Emílio Costa que reputamos do maior interesse.

ACÇÃO DIRECTA E ACÇÃO LEGAL, por Emílio Costa.— Folheto de 24 páginas, 30 reis.

Es Emilio Costa un militante de la buena cepa anarquista. Ilustrado, culto, hombre que, además, ha contemplado y observado la vida europea, durante mucho tiempo, desde el gran mirador del Paris intelectual, posee la admirable flexibilidad de espíritu que caracteriza a las inteligencias superiores. Letrado sin afectación, estudioso sin pose, en Costa revive

el tipo legendario de los propagandistas de la primera hora, á la vez ingenuos y graves, austeros y dulces; espíritus de selección que conocieron la suprema bondad entre todos los pecados, que tuvieron una clara percepción mental entre el torbellino de las ideas en formación...

Los que venimos siguiendo á Emilio Costa hace algunos años, sabemos de su labor modesta, callada, pero positiva y seria, en las columnas de *Les Temps Nouveaux*, desde donde dió á conocer á la Europa revolucionaria, periódicamente las principales fases de la profunda transformación que se venía operando en Portugal y el carácter y aspectos del movimiento social portugués. Por él sabemos muchos lo que hay de original, de inconfundible en la vida política, obrera y socialista del país hermano. Y ya vuelto á Lisboa, después del derrumbamiento de la monarquía de los Braganza, le hemos visto intervenir activamente en el resurgimiento libertario y sindicalista, ponerse en contacto con las masas trabajadoras, prodigar su colaboración en la prensa ultraavanzada, fundar y dirigir publicaciones anarquistas de verdadero mérito, como el semanario *Germinal*, y ahora la revista mensual del mismo título; todo con un sello personal, con una discreción y un tacto que permiten confiar totalmente en el buen fruto de su obra.

Tal es el hombre el luchador que mantiene actualmente en Portugal el criterio de la minoría libertaria acerca de la guerra. No han de ser ajenos á esta actitud su largo contacto con las figuras salientes del anarquismo europeo y la visión profunda que demuestra poseer del sentido de la evolución histórica.

Viene todo esto á cuento del folleto que hemos recibido á nombre de cada uno de los redactores de **RENOVACIÓN**, ignoramos si por delicada ofrenda del autor. Y hablamos del obrero porque nos presta oportunidad la presentación de la obra; no por otro motivo.

Parcos de ordinario en el ditirambo elogiástico, habrá de perdonarse que alguna vez rindamos á los hombres la justicia que merezcan. Esta es la ocasión de brindarla á uno de los nuestros.

Ação directa e acción legal confirma el buen concepto que Costa nos mereció siempre como publicista de mérito. Sin pretensiones ni alardes de alta investigación (se trata de una conferencia explicada en la «Casa Sindical», de Lisboa), el autor va recto á su objetivo y sale victorioso de la prueba.

Campea en este opúsculo un claro método de exposición y de análisis. El hecho, el dato, la cita, están aportados con una rara justeza. Escrito para la divulgación del sindicalismo en Portugal, en la propia vida portuguesa recoge Costa los mejores materiales críticos de su estudio. Es un trabajo de observación en el que brilla el genio realista que lo ha concebido.

Emilio Costa se propuso dar en este folleto una noción comparada de las dos formas de lucha que pugnan, por dominar é inspirar las corrientes del progreso político y social. Para su objeto le basta presentar frente á frente el proceso de actuación respectivo de ambos métodos; el de la *acción legal* y el de la *acción directa*; el uno acusándose por las vías tortuosas de la delegación parlamentaria; el otro determinándose al margen de la legalidad, nada cuidadoso de que la ley escrita reconozca

ó niegue la legitimidad de los actos que realiza; negativo el primero; el segundo esencialmente afirmativo.

Una distinción muy atinada establece el autor en este punto. Según él, la acción directa no va «contra la ley» propiamente; se limita á «ignorarla» cuando constituye un obstáculo; y cuando no, se sirve de ella á título de instrumento accesorio, que echa á un lado en cuando deja de prestar servicios.

Claro está que hay, entre los partidarios de la acción directa, quien la utiliza por principio contra la ley. Los anarquistas se hallan en este caso. Pero es porque ellos, doctrinalmente, son enemigos de la legalidad y tienden á destruirla. De ahí que la acción directa sea un método de acción específicamente anarquista.

El sindicalismo revolucionario ha hecho de ese método su fórmula de lucha, juzgándolo el único eficaz, el único congruente con la naturaleza del movimiento sindical. Corriente viva que subsiste y se acrecienta sólo á condición de nutrirse de realidades, en los hechos económicos y sociales adquirió la noción precisa del modo de acción que debía seguir.

Tenemos, pues, dos variedades de un mismo fenómeno: la acción directa como norma de actuación al servicio de una doctrina filosófico-social (el anarquismo); la acción directa como manera de afirmar é imponer un orden de intereses y derechos (el sindicalismo).

Y aquí importa fijar un detalle de interés capital. El sindicalismo afecta la forma de un movimiento de reivindicaciones económicas cuyo grado extremo aboca á una verdadera transformación de la sociedad. En este sentido tiene el sindicalismo un carácter integral y la sucesión de sus conquistas le lleva á formular una teoría social constructiva. Es un resultado casi automático: el medio económico transformado implica la renovación de los valores sociales. Al hablar de *emancipación obrera*, el sindicalismo entiende que habla de *emancipación humana*.

No hemos visto que Emilio Costa interprete así, aunque nada dice en contrario. Y vale la pena precisar, entre anarquistas, cuestión de tanta monta.

De todas suertes, ya es satisfactorio que se haya cuidado de determinar los aspectos múltiples de la acción directa en el triple sentido político, social y económico. Cuantas formas de esta acción se desarrollan en el campo sindical, desde la huelga local hasta la general revolucionaria, pasando por el sabotaje, el boicotaje, el label, el antimilitarismo, la autonomía de la organización, etc., aparecen representadas en su verdadero relieve.

La impresión que deja el opúsculo de Costa se puede sintetizar diciendo: fija triunfalmente la superioridad de la táctica de acción directa sobre la legal; señala con certero juicio la posición independiente de la clase obrera frente á los partidos políticos de la derecha y de la izquierda; pone al desnudo la viciosidad constitutiva del principio estatal, contra el que fulmina formidable catilinaria; exalta la personalidad autónoma del individuo y la conciencia de clase del proletariado, mostrando á la vez la esterilidad del rutinarismo gregario, sobre el que se asientan todos los poderes de opresión.

Excelente trabajo digno de su autor. Emilio Costa no podía escribir un folleto más.

E. Q.

«O SEMEADOR»

«O Semeador» publicou-se em Portalegre de 16 de Março de 1912 a 18 de Maio desse mesmo ano. Teve como director Fernando Costa, e como colaboradores, entre outros, Sobral de Campos, Maria Comte, Travassos Lopes e o dedicado Luiz de Sousa Gomes, (Luzo). Ao longo dos dez numeros publicados, «O Semeador» assumiu posições anti-clericais, fundamentalmente dirigidas por Luiz Gomes, na sua secção «Livre Pensamento». De notar que Luiz Gomes estava longe de ser libertário, era antes um livre pensador, um republicano de longa data que pertencia até à Comissão Municipal Republicana, da qual era o presidente. Tal facto não o impediu de tomar posições abertamente contrárias ao governo, como no célebre caso de Barbacena, onde a G. N. R. carregou brutalmente sobre os trabalhadores agrícolas locais.

Emílio Costa era a alma do jornal. Os artigos que publicamos, definem por assim dizer, a orientação do jornal e, ao mesmo tempo, marcam uma posição face aos acontecimentos que ensombrevam as relações entre o governo republicano e a organização operária nacional. A greve de Évora, com todas as suas consequências — as prisões em massa, o cerco e encerramento da Casa Sindical, e as calúnias lançadas pelos arautos do poder constituído sobre os grevistas, encontraram uma firme resposta nas modestas páginas de «O Semeador». Mas nem por isso deixaram de se reflectir a nível local.

«*O Intransigente*», jornal republicano de Portalegre, e no qual Emílio Costa já colaborara, iniciara também a publicação de acusações infundadas sobre os trabalhadores eborenenses, agitando uma vez mais o espantinho da conspiração monárquica. E. C. responder-lhe-á indirectamente com aqueles dois artigos.

De notar que ambos são assinados com o pseudónimo de *Amarus*, pseudónimo esse que Emílio Costa utilizara várias vezes, e que retomará quando da sua colaboração na «*Seara Nova*».

Além do artigo «Alexandre Herzen», que assina com as iniciais do seu nome, Emílio Costa escreveu um outro editorial no suplemento ao número 7 de 1 de Maio de 1912, comemorando o dia do Trabalhador, assinado por *Amarus*, e os artigos «Ponto Final» (n.º 7 de 27 de Abril de 1912), e duas cartas aos directores de «*A Plebe*» e de «*O Intransigente*», respectivamente José Sequeira e Baltazar Teixeira (n.ºs 8 de 4 de Maio de 1912 e 9 de 11 desse mesmo mês). Todos assinados com Emílio Costa.

No número 10, último desta série, um artigo intitulado «Saibam quantos», apresenta as razões do fim da publicação do semanário — a falta de apoio local e a crescente hostilidade.

Em Novembro de 1914, «*O Semeador*» reaparecerá de novo dirigido por Fernando Costa, mas, em moldes totalmente diferentes.

Uma nota curiosa — a capa do jornal representando precisamente um camponês a lançar a semente à terra. No dizer de E. C. («*Seara Nova*» 1276-77 de 17-6-1953) o autor do desenho teria sido Alberto de Sousa. No entanto, no n.º 2 do semanário (20 de Março de 1912) o autor do desenho é referido como tendo sido Benvindo Ceia. Tal facto é comprovado pela assinatura no canto inferior esquerdo, onde se distingue nitidamente: B. Ceia.

AOS MONÁRQUICOS E AOS REPUBLICANOS

Desde a implantação da Republica, que muitos republicanos vêem, nas gréves e reclamações operarias, manejos de monárquicos.

Nós somos dos que acreditamos nos bons desejos dos amantes do passado em perturbarem o mais possível a vida ao novo regimen, servindo-se para isso dos trabalhadores. E não nos repugna acreditar que nalguns movimentos, bem poucos e na provincia sobretudo, a sua intervenção tenha sido efetiva.

Mas acreditamos tambem, e aqui divergimos daqueles republicanos — que a grande maioria dos movimentos tem estado livre duma intervenção dos reacionários, apesar dos bons desejos destes. Isto provem de nós conhecermos, parece-nos, melhor o movimento operario, que muitos dos republicanos que dele falam... desde a proclamação da Republica.

O movimento operario é muito mais consciente do que julgam republicanos e monarquicos. E porque assim é, enganam-se uns, pretendendo aproveita-lo para emprêsas, reacionárias, e outros, julgando ser um facto, o que não tem passado dum desejo.

Esta opinião dos republicanos, robusteceu-se por ocasião dos ultimos movimentos grévistas de Evora e Lisboa. A intervenção monarchica na gréve era mais que evidente para todos que vissem com olhos de ver, passando á categoria de axioma, o conluio existente entre monarchicos, anarquistas e sindicalistas. E gente que nunca soube nem sabe o que é anarquismo nem sindicalismo, aproveitou a ocasião para os arrazar a golpes de critica e anatematiza-los em rajadas patrioticas e democraticas.

As provas eram aos cardumes, — e o governo declarava que as possuia, — da intervenção de agentes monarchicos, de dinheiro monarchico, dum verdadeiro arsenal de bombas e punhais na Casa Sindical, de chefes sindicalistas gravemente comprometidos, etc.

Foi medonho. Quem era anarquista ou sindicalista tinha que se calar e deixar passar a onda, repetindo a si proprio, para não desanimar com tanta inconsciencia duns, e tanta velhacaria doutros, que sempre assim tem sido, mas que a verdade sempre aparece e que, apesar de tudo, anda-se para diante.

Sabe-se no que deu todo esse destempero de centenas de prisões, de tribunais militares, de casas cercadas por artilharia, de *provas* de intervenção monarchica, etc. Deu nisto: em virem para a rua quasi todos os presos, em se abolirem tribunaes que não chegaram a funcionar, em estarmos ainda

á espera das taes inúmeras provas, em o governo se desdizer no parlamento, afirmando que não dissera que os operarios estavam conluídos com os monarquicos, em falar-se na anistia para os poucos operarios que ainda estão presos por falta de culpabilidade e que são precisamente os taes chefes sindicalistas *gravemente comprometidos* e... o que é melhor, em fazer-se silencio sobre a questão, agora que se está a declarar que, se houve tentativas de conluio contra o govêrno, partiram elas de republicanos... e dos radicaes, que é mais alguma coisa!

A verdade vae-se fazendo e tudo se ha-de saber, desfazendo-se as calunias lançadas sobre o operariado.

E depois ver-se-á o que dizem os sábios criticos do anarquismo e do sindicalismo, os patriotas indignados, os democratas, os defensores da Republica. Hão-de dizer o que dizem agora, que é estarem calados, como se ignorassem o que se tem passado em favor dos operarios, tudo o que está provando o contrario do que afirmavam.

Mas isto hoje já vai longo e para a semana continuaremos. E desde já prevenimos os monarquicos que, por acaso, nos leram e que gostaram talvez do que escrevemos, de que não ha motivo para satisfações, como terão ocasião de ver. Não julguem que, lá porque os operarios conscientes conhecem bem os republicanos, estão dispostos a voltar para traz ou sequer, a olhar com indiferença qualquer tentativa nesse sentido. Já lhes podiamos hoje provar documentadamente o que acabamos de dizer, mas não ha espaço.

Amarus

«O Semeador» N.º 1 16 de Março de 1912

AOS MONÁRQUICOS E AOS REPUBLICANOS

Nunca os operários sindicalistas esperaram que o regimen republicano concedesse a felicidade aos trabalhadores, nem sequer esperavam que os governos republicanos olhassem com simpatia as reclamações e os protestos do proletariado contra

os que o exploram. Não, porque elles bem sabiam que os governos são sempre os representantes políticos da classe económica preponderante e á qual pertencem, de resto, os seus membros; e que é para a conservação d'esse predomínio que elles existem. Isto, que lhes era, ditado pela razão, era-lhes provado com o que se passa em todos os outros paizes, não podendo Portugal constituir excepção.

E todavia, não olhavam com indiferença a marcha política do paiz, antes muitos d'elles trabalhavam pela queda da monarchia e nenhum por certo havia que lamentasse essa queda ou que a não desejasse. É que havia a ganhar com a revolução política, não pelo altruismo governamental dos republicanos, mas porque a nova atmosfera social creada pela revolução, era muito mais favoravel, para as reivindicações operárias, do que a da monarchia, cujas tendencias eram, em todos os campos, cada vez mais retrógradas.

Não se surpreenderam pois os operários sindicalistas com as medidas de rigor tomadas pelos governantes republicanos contra as grèves, e continuaram a sua propaganda, a sua organização e os seus movimentos, sabendo que contavam apenas com quem sempre tinham contado: com elles mesmos.

Mas eis que se começa a falar em conspiração e restauração da monarchia, acentuando-se a ideia de que os movimentos grévistas só podiam aproveitar aos monarchicos e que só com a sua intervenção se podiam explicar tantas grèves.

Os operários sindicalistas riram-se da sábia interpretação da maior parte dos criticos que, de movimento operário e questão social, conheciam... os nomes. Mas para definir situações e não alimentar esperanças a reacionarios, por mais d'uma vez declararam que, apesar de tudo, entendiam que era com a república que tinha de se andar, porque seria grande desastre a volta da monarchia clerical. Se fôr preciso, reproduzem-se estas declarações. Mas ha mais.

Agora, depois dos acontecimentos de Evora e Lisboa, isto é, depois do governo da república ter mostrado, o melhor possível, que estava disposto a tudo para esmagar o movimento operário sindicalista; depois de se ter abertamente divorciado d'ele e de o ter acusado de servir interesses dos reacionarios que pretendem matar a república; passado um mez sobre as prisões, as acusações infamantes, com operários

ainda presos, a Casa Sindical fechada arbitrariamente; depois de tudo isto, que vemos nós?

Vemos o jornal dos acusados, dos caluniados, dos perseguidos, publicar um artigo de fundo intitulado: «*Seremos ouvidos?*» e fazer um apêlo ao povo, a todos os companheiros de trabalho e de perseguição, para quê?...

Para defenderem a república de qualquer tentativa dos reacionarios!

Grandes e nobres palavras são as que ali se lêem! Grande exemplo dão aqueles operários aos seus perseguidores e aos que os caluniaram, pondo, acima de tudo, a firmeza dos seus principios, a pureza das suas ideias, a consciência das suas convicções! Que importa que os governantes republicanos se tenham mostrado d'uma mediocridade que apavora, se a monarquia clerical é sempre a mesma e a sua volta seria sempre o mesmo desastre?

Evite-se, pois, esse desastre, defenda-se a existencia da república, não pelos seus homens, mas porque, apesar de tudo, ela é condição de vida social mais favoravel ao progresso da emancipação do povo. Isto não impede que se peçam aos governantes republicanos contas das asneiras e das tropelias praticadas e se continue a propaganda, a organização e a luta, indiferentes ás críticas asnáticas ou velhacas de uns e aos afagos imbecis ou hipócritas de outros... porque todos são bem conhecidos.

Eis porque recomendamos aos republicanos que para o futuro, critiquem e acusem menos e aproveitem o tempo, estudando mais; aos monárquicos, que se desenganem por uma vez, porque, se conseguem iludir um ou outro parvo ou subornar um ou outro desgraçado, não quer isso dizer que possam dispôr da massa operária. Nem as promessas nem o jogarem com as asneiras republicanas lhes pode servir; tudo isso é velho, é sabido, está gasto.

E a uns e a outros, a monárquicos e a republicanos, recomendamos o belo artigo a que nos referimos — *Seremos ouvidos?*, publicado no *Sindicalista* de 10 do corrente, porque aprendem ali o que ignoram: a pôr ideias acima de interesses e despeitos pessoais.

Amarus

«O Semeador» N.º 2

23 de Março de 1912

AS CLASSES POBRES

de Alfredo Niceforo

Resumo - Tradução e Prefácio de Emílio Costa (1912)

PREFACIO

A despeito do que certa gente afirma, a chamada questão social existe em Portugal. Negar a sua existencia, talvez tenha constituído uma habilidade de baixa politica, mas com a qual se não deve perder tempo, porque não é digna de ser tomada em consideração.

A questão social existe e acentua-se de dia para dia, á medida que a classe dominante, a burguezia, fortalece a sua dominação e que o proletariado sente mais profundamente os efeitos da dominação burguezia e adquire consciencia do seu papel na sociedade.

Não é negando ou dissimulando as dificuldades d'um problema que elle se resolve, e muito menos negando o proprio problema. E' necessario, pelo contrario, que elle se patentei no seu conjunto e nos seus detalhes, afim de que todos possuam o maior numero possivel de dados para o estudar, tentando cada um contribuir para a sua resolução aproveitando-os, segundo as suas aspirações a sua consciencia e os seus interesses.

Sendo estes muitos diversos, opostos até, acontece que as noções, os conhecimentos adquiridos da sociedade, são outros tantos instrumentos que servem fins opostos, ou armas com que adversarios se combatem. Mas seja como fôr, que a aplicação dos conhecimentos seja boa ou má, o que é certo é que sem elles não se pode realizar obra util, porque não se pode realizar obra consciente. Quanto mais se sabe, melhor se produz; quanto melhor se conhecerem os individuos e as classes que compõem a sociedade, mais rapidamente e com mais segurança se caminha para a resolução dos problemas que a vida social nos oferece.

São as classes dominadas, as que mais sofrem da desigualdade de condições em que a organização social assenta, que teem mais interesse em que a organização se modifique para melhor, diminuindo, senão fazendo desaparecer o mal-estar, característico da sua existencia. São ellas, por consequencia, que melhor podem aproveitar os conhecimentos, baseando nelles as suas aspirações e a forma de melhor as realizar.

O sofrimento na vida, filho das condições d'existencia pode levar, e tem levado muitas vezes, a actos de revolta. Mas não pode a revolta ser proficua, se não fôr acompanhada da consciencia do fim que se propõe. Originada apenas pela intensidade do sofrimento, provoca movimentos violentos, desenrolando-se por vezes tão tragicamente, que apavoram os que se julgam mais victimas e apenas os encaram como uma manifestação de força destruidora, mas que fazem sorrir os que sabem que nada teem a temer, embora os actos de violencia se dirijam contra elles. Estes sabem que, satisfeita a necessidade que originara imediatamente a revolta, tudo voltará ao estado anterior, sem que se modifiquem em coisa alguma as condições de vida d'uns e d'outros.

Não são as explosões da fome que transformam a organização social; o que a transforma, é a sciencia aplicada pelos proletarios organizados. É a revolta organizada que os dominadores inteligentes temem, porque é essa que pode transformar as condições de vida em que o seu predominio se funda, diminuindo-o ou anulando-o. A organização das massas proletarias será tanto mais perfeita e tanto mais poderosa portanto, quanto maior fôr o conhecimento da organização social que ellas combatem e dos individuos que a formam agrupados em classes.

Da mesma forma este conhecimento é necessario para os que pretendem melhorar a vida colectiva por meios diferentes, sem abalar a sociedade nos seus fundamentos, procurando conciliar o predominio exercido por certas classes com o aumento de bem-estar das classes dominadas, dos proletarios.

A uns e outros não pode ser indifferente a difusão de conhecimentos; a todos convem a vulgarização scientifica, feita sem intuitos partidarios de qualquer especie, tendo apenas por fim o estabelecimento da verdade, que está acima de todos os predominios por mais legaes que se manifestem e de todas as revoltas por mais grandiosas que se mostrem. E' por esta razão que a vulgarização de conhecimentos é sempre uma obra util e nunca é demasiada.

.....

INDICE REMISSIVO

O Tradutor — (Emilio Costa)

A

ASONHO, Manuel da Camoelha, 43, 127.
 ALEGRO, Alvaro Saffari, 41.
 ALMEIDA, Antonio José de, 147.
 ALMEIDA, Acnur Duarte da Luz, 22, 41.
 ALPHEIRINHA, Manuel, 43.
 ANTONES, Amatório, 125, 126.
 ANTONES, Joaquim, 125.
 ARIAGA, Manuel de, 22, 42.
 AVELA, Amadio José d', 34, 63.
 AZEVEDO, Mário de, 32.

B

BAKUNINE, Miguel, 22, 24, 29.
 BARBOSA, José, 41.
 BARROS, Henrique de, 32.
 BARROS, João de, 39, 43.
 BARROSO, José, 22.
 BARROSO, José Dias, 41.
 BELO, Eduardo Mendes, 41.
 BEREMAN, Alexandre, 31.
 BILM, Yon (general), 113.
 BONIFACIO, Cândido da Silva, 41.
 BONDALO, Adolfo, 22, 43.
 BRAGA, Teófilo, 42.

BRASIL, Joaze, 37.
 BRON, Artur M., 41.

C

CALADO, Joaquim Figueira de F., 19.
 CALMEIDA, Augusto, 125.
 CARDEIRA, João, 122.
 CALMON, José, 42.
 CALMON, Rosa, 42.
 CAMACHO, José Brito, 22.
 CAMACHO, Manuel de Brito, 25, 29, 42, 145, 146, 147, 159.
 CAMOESAS, João, 35.
 CAMPOS, Salust de, 157.
 CARLOS I (Rei de Inglaterra), 49, 50.
 CARLOS I (Rei de Portugal), 49, 50.
 CARVALHO, José Augusto, 41.
 CARVALHO - (Carvalhista), José Maria, 17.
 CARVALHO, Severino de, 26, 23.
 CASTELA, José, 22.
 CASTRO, João de, 29, 126, 128.
 CASTRO, Mário de, 26.
 CENA, Benedito, 122.
 CELA, Manuel, 29.

Da mesma forma este conhecimento é necessário para
de que dependem melhorar a vida existente por meios d'isto
também tem a ver com a organização dos seus fundamentos
quando consideramos o conhecimento exercido por certas classes
dos o momento de bem estar das classes dominadas dos pro-
letários.
A união e outros não pode ser indifferente a distribuição de poder
elementar a todos os convenios e vantagens sociais
sem intulos partidarios de qualquer especie tendo sempre
por fim o estabelecimento da verdade que está acima de to-
dos os partidarios por mais fortes que se manifestem e de
todas as revoluções por mais grandiosas que se movam.
Por esta razão que a universalização do conhecimento é sempre
uma obra útil e nunca é abandonada
que tem mais interesse por que a universalização
para melhorar, diminuindo, senão fazendo desaparecer o mal-
estar, característico da sua existência; não é, por con-
sequencia, que melhor podem aproveitar os conhecimentos
O Trabalho - (Educação) e a forma de melhorar as
realizar.

O sofrimento na vida, lido das condições d'existência
pode levar, e tem levado muitas vezes, a actos de revolta. Mas
não pode a revolta ser proficua, se não for acompanhada
da consciencia do fim que se propõe. Originada apenas pela
intensidade do sofrimento, provoca movimentos violentos,
desenrolando-se por vezes tão tragicamente, que apavoram os
que se julgam mais victimas e apenas se encerram como uma mani-
festação de força destruidora, mas que fazem sorrir os que sabem
que nada tem a temer, embora os actos de violencia se diri-
jam contra elles. Estes sabem que, embora a necessidade
que exigem immediatamente a revolta, não sabem ao estado
actuar, sem que se modifiquem em certa medida as condições
de vida d'uns e d'outros.

Não são as explosões de fome que transformam a orga-
nização social; o que a transforma, é a sciencia aplicada pelos
proletarios organizados. É a revolta organizada que os domi-
nadores inteligentes temem, porque é essa que pôde transfor-
mar as condições de vida em que o seu dominio se funda
diminuindo-o ou anulando-o. A organização das massas pro-
letarias será tanto mais perfeita e tanto mais poderosa por
tanto, quanto maior for o conhecimento da organização social
que ellas combatem e dos individuos que a formam agrupados
em classes.

ÍNDICE REMISSIVO

- A**
- AFONSO, Manuel da Conceição, 43, 127.
 ALEGRO, Álvaro Sollari, 41.
 ALMEIDA, António José de, 147.
 ALMEIDA, Artur Duarte da Luz, 22, 41.
 ALPEDRINHA, Manuel, 43.
 ANTUNES, Anastácio, 125, 126.
 ANTUNES, Joaquim, 125.
 ARRIAGA, Manuel de, 22, 42.
 ÁVILA, António José d', 54, 63.
 AZEVEDO, Mário de, 32.

- B**
- BAKUNINE, Miguel, 23, 24, 89.
 BARBOSA, José, 41.
 BARROS, Henrique de, 43.
 BARROS, João de, 38, 43.
 BARROSO, José, 22.
 BARROSO, José Dias, 41.
 BELO, Eduardo Mendes, 41.
 BERKMAN, Alexandre, 31.
 BLUM, Von (general), 113.
 BONIFÁCIO, Cândido da Silva, 41.
 BORDALO, Adolfo, 22, 42.
 BRAGA, Teófilo, 42.

- BRASIL, Jaime, 37.
 BROU, Artur M., 41.

- C**
- CALADO, Joaquim Ferreira de Pina, 19.
 CALDEIRA, Augusto, 125.
 CARDEIRA, João, 128.
 CALMON, José, 42.
 CALMON, Rosa, 42.
 CAMACHO, José Brito, 22.
 CAMACHO, Manuel de Brito, 25, 29, 42, 145, 146, 147, 150.
 CAMOESAS, João, 35.
 CAMPOS, Sobral de, 157.
 CARLOS I (Rei de Inglaterra), 49, 50.
 CARLOS I (Rei de Portugal), 49, 50.
 CARVALHO, José Augusto, 41.
 CARVALHO (Carvalhinho), José Maria, 17.
 CARVALHO, Severino de, 26, 32.
 CASTELO, José, 22.
 CASTRO, Jaime de, 30, 126, 128.
 CASTRO, Mário de, 38.
 CEIA, Benvindo, 158.
 CEIA, Manuel, 30.

CEIA, Manuel Maria, 19.
CHAVES, Castelo Branco, 43.
CIDADE, Hernâni, 43.
CLEMANCEAU, 141, 142, 144.
COELHO, Trindade, 22.
COMTE, Maria, 157.
CORDEIRO, José Maria, 22, 41.
CÓRDOBA, Miguel, 32.
CORNELISSEN, Christian, 32, 89.
COSTA, Afonso (Augusto da), 30,
31, 42.

COSTA, Almeida, 36.
COSTA, Angélica Martins, 17.
COSTA, António Joaquim, 22.
COSTA, Boaventura, 17.
COSTA, Fernando, 157, 158.
COSTA, Ilídio Analide da, 22.
COSTA, J. Lopes, 41.
COSTA, Thiers da, 41.
COUCEIRO, Henrique de Paiva,
63.
COUTINHO, Jorge, 126.
CRISTO, Francisco, 28.
CROISET, H., 89.
CROMWELL, O., 49.

D

DREYFUS, 81.
DUNOIS, Amedée, 89, 90, 92.
DURO, José António, 21, 41.
ENGEL, Georges, 58.
ERVIDÉLIO, L., 41.
EUGÉNIO, Sebastião, 28.
EVARISTO, António, 28.

F

FABIÃO, 22.
FABRI, Luigi, 89.
FAURÉ, 37.
FÉLIX, Luiz, 41.
FERIA, Ramon de la, 43.
FERNANDES, João, 37.
FERNANDES, Joaquim, 22.
FERRÃO, Carlos, 43.
FERREIRA, Teotónio, 42.
FERRER, Francisco, 26, 27, 128.
FIGUEIREDO, Carlos, 41.
FIGUEIREDO, Manuel, 37.

FISCHER, Adolphe, 58.
FONSECA, Carlos da, 23, 42.
FONSECA, Fernando da, 38.
FONTANA, José, 69.
FOUILLÉ, Alfred, 83.
FRAZOA, José Maria, 62.
FREDERICO II (Rei da Prússia),
111, 129, 141.

G

GARIBALDI, Giuseppe, 23.
GODINHO, José Magalhães, 43.
GOLDMAN, Emma, 31, 89, 90.
GOMES, Baptista, 41.
GOMES, Luiz de Sousa, 30, 157.
GONÇALVES, João, 21, 22, 41.
GONÇALVES, José Maria, 124,
128.
GONÇALVES, Luiz da Cunha, 42.
GRAVE, Jean, 25, 32.
GRIFFUELHES, Victor, 26, 27.
GUAPO, 22.
GUEIFÃO, Francisco, 27, 43.
GUEDES, Jules, 85, 87.
GUIMARÃES, Delfim, 27.

H

HAVELOCK, 151.
HENRIQUES, António, 127.
HERZEN, Alexandre, 158.
HUGO, Victor, 23.
IHERING, 143.

J

JACOB, João, 41.
JAURES, Jean, 37, 85.
JORDÃO, António, 41.
JORGE, Ângelo, 63.
JUNQUEIRO, Guerra, 28, 29, 42,
122.

K

KERENSKY, Alexandre Fédoro-
vitch, 34.
KRITCHEWSKY, Boris, 27.

KROPOTKINE, Pedro Alexéevitch,
24, 31, 32, 75.

L

LABRIOLA, Arturo, 27.
LAGARDELLE, Hubert, 27.
LAISANT, Charles, 26.
LANÇA, José Parreira, 42.
LAPÁ, Rodrigues, 38, 43.
LASSUS, Orlando, 38.
LEMONS, José de Marques, 18.
LENINE, V. I., 34, 35.
LIMA, Adolfo, 26, 32.
LIMA, António, 27.
LIMA, Cristiano, 43.
LIMA, João de Campos, 23, 37,
42, 43.
LIMA, José Lobo d'Ávila, 42.
LIMA, Sebastião de Magalhães, 27,
30.
LINGG, Louis, 58, 59.
LOPES, Travassos, 157.
LUCENA, Serafim, 32.

M

MACEDO, António Augusto Fer-
reira de, 38, 43.
MACHADO, Augusto, 26, 28, 32.
MACHADO, Fernão Botto, 42, 63.
MAGALHÃES, José de, 38.
MAIA, Eduardo, 24, 42.
MALATESTA, Errico, 24, 31, 89,
90.
MALATO, Charles, 30, 32.
MANUEL, Victor, 147.
MARCELO, 22.
MARCOS, Ferreira, 22.
MARQUES, Carlos, 22, 41.
MARQUES, Hilário, 26.
MARQUES, Joaquim, 124, 127.
MARTEL, 126, 128.
MARTINS, Rocha, 38.
MARX, Karl, 23, 37, 75.
MATOS, António de, 22.
MATOS, Norton de, 38.
MELLA, 24.
MENDES, José da Silva, 41.
MENDES, Silva, 24.
MENEZES, João de, 22, 42.
MEYER, Henriette, 27.
MICHELS, Robert, 27.

MIGUEL, D. (Rei de Portugal),
109, 116.

MIRANDA, Carlos Amaro de, 22,
41.

MONATTE, Pierre, 26, 89, 90.

MONTALVOR, Luiz de, 41, 42.

MONTEIRO, A. Lopes, 41.

MONTEIRO, Adolfo Casaes, 43.

MORAIS, Tito de (Almirante), 38,
43.

MOURO, Lourenço Maria, 62.

N

NAPOLEÃO I (Bonaparte), 53.

NACHT, Siegfried, 89.

NAQUET, Alfred, 27.

NEVES, Rui Alves das, 125, 126.

NICÉFORO, Alfredo, 163.

NIETZSCHE, Friedrich, 23.

NIEUWENHUIS, Domela, 31.

NOGUEIRA, A. Gomes, 41.

NORDEAU, Max, 27.

O

OLAVO, Carlos, 38.

P

PARSONS, Albert R., 58, 59.

PEDRO, D., 109.

PELLOUTIER, F., 90.

PERES, S., 41.

PESTANA, Carlos, 41.

PHILIPPES (Reis de Espanha), 53

PIÇARRA, Ladislau, 42.

PINHEIRO, Delfim de Sousa, 124.

PLEKHANOFF, George, 87.

PORTO, César, 26, 27.

PORTO, Edmundo, 31.

PORTO, Frederico, 17.

POUGET, Émile, 26, 27.

PROUDHON, Pierre-Joseph, 23.

Q

QUARTIM, António Pinto, 30, 43.

QUEIROZ, Henrique Caldeira, 41.

QUENTAL, Antero de, 69.

QUINTINHA, Julião, 37.

R

- RAMALHO, João, 41.
 RAMOS, Carlos Pereira, 62.
 RAMUS, Pierre, 89.
 RATES, José Carlos, 28, 43, 128.
 REBELO, 127.
 RECLUS, Elisée, 32.
 RECLUS, Paul, 32.
 REYS, Luís da Câmara, 31, 38, 43.
 REYS Emma Romero Santos Fonseca da Câmara, 37, 38, 43.
 RIBEIRO, Hintze, 42.
 RIBEIRO, Manuel, 30.
 RIO, Pedro Brito do, 41.
 ROBANOVITCH, 87.
 ROBINSON, George, 17, 62.
 ROCKER, Rodolf, 89.
 RODRIGUES, Edgar, 43.
 RODRIGUES, Rodrigo, 41.

S

- SÁ, Bernardo de, 26, 32.
 SÁ, Victor de, 28, 43.
 SÁ JÚNIOR, António, 125.
 SAAVEDRA, 125, 127.
 SALGUEIRO, Ivo, 22.
 SANCHEZ, Gonzalez, 30.
 SANTOS, António Francisco, 27.
 SANTOS, António Ruiz dos, 41.
 SANTOS, Augusto dos, 41.
 SANTOS, Carlos Olímpio dos, 126.
 SANTOS, Clemente Vieira dos, 32.
 SANTOS, João Pedro dos, 28, 35, 43.
 SANTOS, Joaquim dos, 41.
 SANTOS, Machado, 29.
 SANTOS, Raul Esteves dos, 43.
 SARAIVA, Luís Augusto de Almeida, 22.
 SCHAPIRO, Alexandre, 31, 89.
 SEQUEIRA, José, 158.
 SEQUEIRA, Matias Andrade, 42.
 SÉRGIO, António, 38, 43.
 SILVA, Fernando Emygdio da, 42.
 SILVA, Francisco Cristiano da, 41.
 SILVA, Francisco Soares, 125.
 SILVA, Rodolfo Xavier da, 41.
 SILVÉRIO, José, 17.

- SINGER, 87.
 SOARES, José, 22, 41.
 SOLA, 125, 127.
 SOUSA, Alberto de, 158.
 SOUSA, Jerónimo de, 127.
 SOUSA, José da Ponte e, 21, 41.
 SOUSA, Manuel Joaquim de, 32, 36.
 SOUSA, José Ferreira de Marnoco e, 42.
 SPIES, August, 58, 59.
 STEFFANINA, Celestino, 31.
 STEFFEN, Gustavo, 31.
 STIRNIR, Max, 72.

T

- TEIXEIRA, Baltazar, 28, 158.
 THOMAS, Georges, 89.
 TILLET, Ben, 151.
 TRAVELHO, António, 127, 128.

V

- VANDERVELDE, Émile, 87.
 VASCO, Neno, 32.
 VASCONCELOS, Faria de, 36, 38.
 VERÍSSIMO, António, 26.
 VERÍSSIMO, Francisco Luiz, 26.
 VIANA, Gonçalves, 24.
 VICENTE, Manuel, 41.
 VIEIRA, Alexandre, 27, 28, 37, 38, 39, 43, 123.
 VIRIATO, 53.
 VOHIZEK, K., 89.

W

- WIART, Carton de, 148.
 WILLIAMS, 151.

Y

- YVETOT, Georges, 26.

Z

- ZANT, Nina van, 59.
 ZENHA, Francisco Salgado, 77.

Este livro acabou de se imprimir
em Janeiro de 1978 nas oficinas
da Tip. «A União», Lda. para a
SEARA NOVA

R

RAMALHO, João, 41.
 RAMES, Carlos Pereira, 63.
 RAMUS, Pierre, 89.
 RATES, José Carlos, 26, 33, 129.
 REBELO, 137.
 RECLUS, Eliseo, 92.
 RECLUS, Paul, 32.
 REYS, Luis da Câmara, 31, 34, 43.
 REYS, Fátima Rostero Santos Figueira da Câmara, 27, 28, 43.
 RIBEIRO, Hirtzo, 43.
 RIBEIRO, Manoel, 39.
 RIO, Pedro Brito do, 41.
 ROZANOVITCH, 87.
 ROBINSON, George, 17, 62.
 RÖCKER, Rudolf, 89.
 RODRIGUES, Edgar, 43.
 RODRIGUES, Rodrigo, 41.

S

SÁ, Bernardo da, 26, 33.
 SÁ, Victor da, 28, 43.
 SÁ JUNIOR, Augusto, 123.
 SALVEDINA, 125, 127.
 SALGUEIRO, Ivo, 22.
 SANCHEZ, González, 39.
 SANTOS, António Francisco, 21.
 SANTOS, António Raul dos, 41.
 SANYON, Augusto dos, 41.
 SANTIAGO, Carlos Henrique dos, 126.
 SANTIAGO, Henrique Vitor dos, 21.
 SANTIAGO, João Pedro dos, 28, 23, 43.
 SANTIAGO, Joaquim dos, 41.
 SANTIAGO, Medeiros, 25.
 SANTIAGO, Rui Ribeiro dos, 43.
 SARTELLA, Sara Augusto da Almeida, 23.
 SCHAFFHO, António, 41, 99.
 SEIXEIRA, José, 138.
 SEIXEIRA, Maria Adelaide, 93.
 SEIXEIRA, António, 23, 43.
 SILVA, Fernando, 23.
 SILVA, Francisco, 23.
 SILVA, Francisco, 23.
 SILVA, Roberto, 23.
 SILVERIO, José, 33.

SINGER, 83.
 SOARES, José, 22, 41.
 SOUSA, 435, 127.
 SOUSA, Alberto de, 158.
 SOUSA, Jerônimo da, 127.
 SOUSA, José de Fátima, 21, 41.
 SOUSA, Manuel Joaquim de, 37, 43.
 SOUSA, José Ferreira de Marinho, 43.
 SPIES, August, 38, 53.
 STEFFANINA, Celestino, 81.
 STUPPIEN, Gustavo, 31.
 STEINER, Max, 72.

T

TEIXEIRA, Eulálio, 26, 134.
 THOMAS, Georges, 92.
 TILLET, Ben, 131.
 TRAVEIRO, António, 127, 124.

V

VANDERVELDE, Emilio, 37.
 VASCO, Nuno, 22.
 VASCONCELOS, Forto de, 26, 33.
 VERISSIMO, António, 26.
 VERISSIMO, Francisco Luis, 26.
 VIANA, Gonzalves, 41.
 VICENTE, Manuel, 41.
 VIEIRA, Alexandre, 27, 30, 37, 39, 43, 123.
 VIRIATO, 33.
 VOHZEK, K., 89.

W

WIART, Carlos de, 145.
 WILLIAMS, 131.

Y

YVETOF, Georges, 26.

